

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

EMPREGO INFORMAL E TRABALHO POR CONTA PRÓPRIA:
Um estudo da diversidade de manifestação do problema da falta de emprego no Brasil

Sonia Terezinha Tomazini

**Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto
de Economia da Universidade Estadual de
Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo
Eduardo de Andrade Baltar**

Campinas, maio de 1995

SUMÁRIO

ÍNDICE DE TABELAS.....	I
APRESENTAÇÃO.....	i
CAPÍTULO 1 A ESTRUTURA OCUPACIONAL NUMA ECONOMIA EM DESENVOLVIMENTO: CONSIDERAÇÕES GERAIS	1
1.1 Introdução.....	1
1.2 PREALC: setor informal urbano como manifestação do excedente estrutural de mão-de-obra ..	4
1.3 A evolução do pensamento do PREALC sobre o setor informal e o funcionamento do mercado de trabalho urbano	13
1.4 Mercado de trabalho urbano e pequena produção não capitalista	19
1.5 Comentários adicionais sobre a pequena produção não capitalista	27
1.6 Economia informal e economia não regulamentada	32
CAPÍTULO 2 SÃO PAULO E NORDESTE: PADRÕES DE INCORPORAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS EM MERCADOS DE TRABALHO COM DIFERENTES DINAMISMOS.....	41
CAPÍTULO 3 TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO EM 1988	55
3.1 Introdução.....	55
3.2 Caracterização geral dos trabalhadores por conta própria	56
3.3 Trabalhadores por conta própria de alta renda: profissionais liberais <i>versus</i> pequenos negociantes	61
3.4 Trabalhadores por conta própria de baixa renda: ocupações específicas mal remuneradas <i>versus</i> manifestação geral da existência de um excedente estrutural de mão-de-obra.....	66
CAPÍTULO 4 TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA NO NORDESTE EM 1988.....	72
CONCLUSÕES	84
ANEXO METODOLÓGICO	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	91

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 2.1 -	Distribuição por faixas etárias das pessoas ocupadas em atividades não agrícolas classificadas por posição na ocupação no estado de São Paulo em 1988 -----	46
Tabela 2.2 -	Distribuição por faixas etárias das pessoas ocupadas em atividades não agrícolas classificadas por posição na ocupação no Nordeste em 1988 -----	46
Tabela 2.3 -	Distribuição por posição na ocupação das pessoas ocupadas em atividades não agrícolas classificadas por faixas etárias no estado de São Paulo em 1988 -----	47
Tabela 2.4 -	Distribuição por posição na ocupação das pessoas ocupadas em atividades não agrícolas classificadas por faixas etárias no Nordeste em 1988 -----	47
Tabela 2.5 -	Rotatividade no emprego não agrícola no estado de São Paulo e Nordeste em 1988 -----	49
Tabela 2.6 -	População economicamente ativa, desemprego, emprego informal, não assalariados de baixa renda, e não assalariados com remuneração não especificada e desligamentos do emprego formal no estado de São Paulo e Nordeste em setembro de 1988 -----	50
Tabela 2.7 -	Desemprego, emprego informal e não assalariados de baixa renda comparativamente à população economicamente ativa não agrícola (pea) no estado de São Paulo em 1988 -----	52
Tabela 2.8 -	Desemprego, emprego informal e não assalariados de baixa renda comparativamente à população economicamente ativa não agrícola (pea) no Nordeste em 1988 -----	52
Tabela 2.9 -	Participação relativa do desemprego, emprego informal e não assalariados de baixa renda segundo faixas etárias no estado de São Paulo e no Nordeste em 1988 -----	53
Tabela 3.2.1 -	Distribuição dos trabalhadores por conta própria segundo sexo e estrato de renda no estado de São Paulo em 1988 -----	57
Tabela 3.2.2 -	Distribuição dos trabalhadores por conta própria do sexo masculino classificada por estrato de renda segundo setor de atividade econômica no estado de São Paulo em 1988 -----	59
Tabela 3.2.3 -	Distribuição dos trabalhadores por conta própria do sexo feminino classificada por estrato de renda segundo setor de atividade econômica no estado de São Paulo em 1988 -----	59
Tabela 3.2.4 -	Distribuição dos trabalhadores por conta própria do sexo masculino segundo faixas etárias e estrato de renda no estado de São Paulo em 1988 -----	60
Tabela 3.2.5 -	Distribuição dos trabalhadores por conta própria do sexo feminino segundo faixas etárias e estrato de renda no estado de São Paulo em 1988 -----	60
Tabela 3.3.1 -	Distribuição dos trabalhadores por conta própria segundo setor de atividade econômica e ocupação com renda de 10,0 ou mais salários mínimos no estado de São Paulo em 1988 -----	63
Tabela 3.3.2 -	Distribuição dos trabalhadores por conta própria segundo nível de instrução com renda de 10,0 ou mais salários mínimos no estado de São Paulo em 1988 -----	63
Tabela 3.3.3 -	Distribuição dos trabalhadores por conta própria segundo faixas etárias e sexo com renda de 10,0 ou mais salários mínimos no estado de São Paulo em 1988 -----	64
Tabela 3.4.1 -	Distribuição dos trabalhadores por conta própria de baixa renda segundo sexo no estado de São Paulo em 1988 -----	67
Tabela 3.4.2 -	Distribuição dos trabalhadores por conta própria de baixa renda segundo faixas etárias no estado de São Paulo em 1988 -----	67
Tabela 3.4.3 -	Distribuição dos trabalhadores por conta própria de baixa renda do sexo feminino classificada por faixas etárias segundo setor de atividade econômica no estado de São Paulo em 1988 -----	69
Tabela 3.4.4 -	Distribuição dos trabalhadores por conta própria de baixa renda do sexo masculino classificada por faixas etárias segundo setor de atividade econômica no estado de São Paulo em 1988 -----	70

Tabela 4.1 -	Distribuição do pessoal ocupado não agrícola segundo posição na ocupação no estado de São Paulo e no Nordeste em 1988-----	73
Tabela 4.2 -	Distribuição dos trabalhadores por conta própria segundo estrato de renda no estado de São Paulo e no Nordeste em 1988-----	73
Tabela 4.3 -	Distribuição dos empregados com carteira de trabalho assinada segundo estrato de renda no estado de São Paulo e no Nordeste em 1988-----	74
Tabela 4.4 -	Distribuição dos trabalhadores por conta própria segundo sexo e estrato de renda no estado de São Paulo e no Nordeste em 1988-----	75
Tabela 4.5 -	Distribuição dos trabalhadores por conta própria do sexo masculino segundo faixas etárias e estrato de renda no estado de São Paulo e no Nordeste em 1988-----	76
Tabela 4.6 -	Distribuição dos trabalhadores por conta própria do sexo feminino segundo faixas etárias e estrato de renda no estado de São Paulo e no Nordeste em 1988-----	77
Tabela 4.7 -	Distribuição dos trabalhadores por conta própria do sexo masculino segundo setor de atividade econômica e estrato de renda no estado de São Paulo e no Nordeste em 1988-----	78
Tabela 4.8 -	Distribuição dos trabalhadores por conta própria do sexo feminino segundo setor de atividade econômica e estrato de renda no estado de São Paulo e no Nordeste em 1988-----	79
Tabela 4.9 -	Distribuição dos trabalhadores por conta própria segundo sexo e estrato de renda no estado de São Paulo e no Nordeste em 1988-----	79
Tabela 4.10 -	Distribuição dos trabalhadores por conta própria do sexo masculino segundo faixas etárias e estrato de renda no estado de São Paulo e no Nordeste em 1988-----	80
Tabela 4.11 -	Distribuição dos trabalhadores por conta própria do sexo feminino segundo faixas etárias e estrato de renda no estado de São Paulo e no Nordeste em 1988-----	80
Tabela 4.12 -	Distribuição dos trabalhadores por conta própria do sexo feminino segundo setor de atividade econômica e estrato de renda no estado de São Paulo e no Nordeste em 1988-----	81
Tabela 4.13 -	Distribuição dos trabalhadores por conta própria do sexo masculino segundo setor de atividade econômica e estrato de renda no estado de São Paulo e no Nordeste em 1988-----	81
Tabela 4.14 -	Distribuição dos trabalhadores por conta própria do grupo A (profissionais liberais) e do grupo b (pequenos negociantes) segundo estrato de renda no estado de São Paulo e no Nordeste em 1988-----	82
Tabela 4.15 -	Distribuição dos trabalhadores por conta própria do grupo B (pequenos negociantes) segundo setor de atividade econômica e estrato de renda no estado de São Paulo e no Nordeste em 1988-----	83

APRESENTAÇÃO

O objetivo desta dissertação é mostrar a importância de se destacar a diversidade de manifestação do problema da falta de emprego e relacioná-la ao grau de desenvolvimento capitalista e suas implicações sobre o mercado de trabalho. O ponto de partida foi o referencial teórico desenvolvido pelo PREALC para o estudo da questão do emprego, proporcionado anteriormente pela CEPAL. Essas idéias foram reformuladas por Paulo Renato Costa Souza e mais recentemente, adquiriram uma outra dimensão que destaca mais o caráter não regulamentado e clandestino de algumas formas de ocupação.

O capítulo 1 da dissertação faz um apanhado destes desenvolvimentos teóricos e conclui com uma proposta de separação do emprego informal com relação às ocupações não assalariadas. Estas seriam duas formas diferentes de manifestação dos problemas da falta de emprego, que têm distinta importância conforme o grau de integração econômica e dinamismo do mercado de trabalho das regiões investigadas.

Os três capítulos subsequentes apresentam dados sobre a estrutura ocupacional do estado de São Paulo e do Nordeste, para o ano de 1988, que ajudaram a destacar a importância daquela separação, dentro do tradicional conceito de setor informal, para uma melhor compreensão das formas de manifestação da falta de emprego e sua relação com o dinamismo do mercado de trabalho.

O capítulo 2 é uma ilustração de como se dá essa diversidade de manifestações do problema do emprego. Neste particular, construiu-se uma evidência empírica onde são classificadas, segundo diversas faixas etárias, as pessoas ocupadas em atividades não agrícolas por posição na ocupação, tanto para o estado de São Paulo, quanto para a região Nordeste. Deste modo, pode-se observar o perfil ocupacional de pessoas com diversas idades, como um resultado das diferentes formas de incorporação da mão-de-obra em mercados de trabalho que possuem diferentes graus de dinamismo.

O capítulo 3 analisa especificamente a situação dos trabalhadores por conta própria no estado de São Paulo e articula duas hipóteses: a primeira, de que os trabalhadores de baixa renda não são, neste estado, a principal expressão do excedente de mão-de-obra. Em particular, é relativamente freqüente a situação de trabalhadores por conta própria que não têm baixa remuneração. Além disso, a maioria dos trabalhadores por conta própria de alta remuneração não são, como o sugerido pela literatura especializada, os profissionais liberais, senão que, pequenos negociantes muito deles com baixo nível de instrução formal. A segunda hipótese então é que no estado de São Paulo o dinamismo econômico faz com que o estabelecimento de pequenos negócios, muitas vezes constituam oportunidades de ascensão social que, ao contrário do emprego formal, estão menos estreitamente condicionadas pelo nível de escolaridade das pessoas em grande medida adquirido previamente à sua inserção no mercado de trabalho.

O capítulo 4 objetiva comparar os dados dos trabalhadores por conta própria do estado de São Paulo com os do Nordeste, articulando a hipótese de que os diferentes papéis cumpridos pelo trabalho autônomo nas duas regiões têm a ver com o seu distinto grau de desenvolvimento capitalista. No caso do Nordeste, o trabalho por conta própria tem mais claramente o papel principal como manifestação do maior problema da falta de emprego formal, conforme a opinião corrente de alguns autores.

A dissertação conclui com um resumo dos principais resultados da investigação da diversidade de formas de manifestação do excedente de mão-de-obra. Ela reafirma a necessidade de não se tentar sintetizar todas essas formas de manifestação da falta de emprego urbano numa única categoria denominada setor informal.

CAPÍTULO 1

A ESTRUTURA OCUPACIONAL NUMA ECONOMIA EM DESENVOLVIMENTO: CONSIDERAÇÕES GERAIS

1.1 Introdução

O PREALC - Programa Regional del Empleo para América Latina y Caribe é uma instituição de caráter internacional que foi constituída pela Organización Internacional del Trabajo - OIT para participar do seu Programa Mundial do Emprego, a partir do início dos anos 70. Esse programa realizou uma série de estudos sobre o desenvolvimento econômico na América Latina visando propor alternativas onde a "variável-chave" fosse a geração de empregos (Cacciamali, 1983). O que norteava os técnicos da OIT era o fato, bastante evidente na época, de que em países atrasados e (ou) em desenvolvimento, o crescimento econômico verificado no pós-guerra não fôra suficiente para gerar os empregos necessários e ao mesmo tempo melhorar as condições sociais de vastas camadas populacionais que continuaram a viver em condições de pobreza e marginalidade social.

Esta época, final dos anos 60, é marcada decisivamente por uma vaga de fundo que se manifesta através de um grande debate teórico¹, feito principalmente por técnicos da Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL² sobre questões relacionadas ao padrão de desenvolvimento econômico dos países considerados periféricos *vis-à-vis* às economias avançadas do capitalismo internacional. A estratégia de desenvolvimento mostrava-se incapaz de generalizar os frutos do progresso, oriundos de um estilo de industrialização, que ao restringir a modernização a alguns setores econômicos, criou efeitos positivos apenas para algumas camadas populacionais, quer seja em matéria de renda e emprego ou de padrão de consumo. Em particular, vários estratos sociais foram marginalizados deste processo, não encontrando inserção no mercado de trabalho criado pelos setores modernos dessas economias. Para a CEPAL, segundo Baltar (1985), a forma como se

¹ Diversas correntes do pensamento econômico e sociológico participaram ativamente deste debate produzindo uma vasta literatura representativa das suas várias vertentes: a polêmica da distribuição de renda no Brasil, a controvérsia sobre a marginalidade, a corrente sociológica que originou a teoria da dependência, o pensamento econômico estruturalista, entre outras. Não é do escopo deste trabalho o estudo desse debate, por isso apenas nomeamos algumas das suas múltiplas vertentes.

manifestaram os problemas do emprego esteve associada às especificidades da estrutura produtiva das economias nacionais periféricas. Estas apresentaram tanto um pequeno grau de diversificação e integração vertical quanto uma heterogeneidade estrutural³ dada pela incorporação desigual do progresso técnico pelos diversos setores econômicos. Nessa conjunção de fatores, o ritmo de acumulação de capital mostrou-se insuficiente, embora rápido, explicando em última instância, a não absorção pelo mercado de trabalho de uma força de trabalho que se mostrou excedentária (Baltar, 1985, cap. 4).

O Programa Mundial de Emprego estava portanto completamente sintonizado com a problemática da sua época. Sua posição era de crítica contundente às questões e os efeitos sociais de um modelo de desenvolvimento econômico interpretado como concentrador e excludente, porque da mesma forma que produzia a riqueza, criava um cenário de profundas desigualdades sociais. Para a construção do seu modelo de interpretação dos problemas de emprego dos países latino-americanos, o PREALC investigou a realidade econômica e social daqueles países, do ponto de vista da sua situação ocupacional e dos seus efeitos sobre o perfil da distribuição de renda, partindo do diagnóstico da CEPAL e sendo muito marcado, portanto, pela concepção teórica do sistema centro-periferia⁴. Foram, então, realizados diversos estudos em missões e convênios nos países latino-americanos norteados pela proposição básica da OIT: aprofundar o conhecimento da realidade sobre a situação do emprego naqueles países, através de pesquisas, constituindo assim, uma evidência para a formulação de programas e políticas econômicas cuja ênfase fosse o incremento do emprego e não simplesmente o crescimento do produto social.

² O modelo cepalino data do final da década de 40, tendo em Raul Prebisch a sua voz pioneira, mas os pontos aos quais nos referimos estão em Pinto (1976:44).

³ "Em resumo, a capacidade de irradiação ou aliança do 'setor moderno' se mostrou muito menor do que a esperada, para colocar a situação de uma maneira discreta. Desse modo, *em vez de um progresso no sentido da homogeneização da estrutura global o que se apresenta é um aprofundamento da heterogeneidade da mesma*". Pinto (1976: 49) [grifo e aspas do original].

⁴ Segundo Jaime Mezzera, "o parentesco desta concepção com as do centro-periferia é certo pois se postula que o progresso técnico se concentra no setor moderno porém não conduz a reduções nos preços da produção moderna, senão que gera rendas oligopólicas que, em parte, se transferem aos trabalhadores do setor em forma de melhores salários reais". PREALC (1990b:1-2). Veja-se também: PREALC (1987c:5) e Cacciamali (1992:1) que mostra como o PREALC incorporou o diagnóstico da CEPAL.

(*) As traduções de textos em língua estrangeira foram realizadas pela autora desta dissertação.

Dos estudos do PREALC, resultaram uma grande quantidade de relatórios e informes técnicos sobre a situação dos países investigados do ponto de vista da sua estrutura ocupacional e de renda.⁵ As sínteses desses trabalhos foram posteriormente publicadas em revistas especializadas da região. Deste modo, a interpretação do PREALC sobre o problema do emprego foi incorporada por vários organismos internacionais, pelos governos e pela literatura econômica. A contribuição desta instituição foi, sem dúvida, decisiva para o aprofundamento da compreensão de alguns aspectos do complexo fenômeno do desenvolvimento econômico em países atrasados. Deve-se ao PREALC, a descoberta da existência da informalidade na esfera produtiva daquelas economias como uma forma de conter várias situações ocupacionais, criando um paradigma que foi progressivamente incorporando novos argumentos na construção de categorias para análise do problema do emprego.

O pensamento do PREALC de como se manifesta a falta de emprego em países atrasados tem como precedência - história e teórica, além do modelo cepalino - o trabalho clássico da OIT sobre a situação econômica do Quênia e Gana (Hurt, 1973 & OIT, 1972 *apud* Dedecca, 1990:6), que contém pela primeira vez, uma análise descritiva de um "novo" setor de atividade econômica, até então não captado pela literatura econômica, que foi denominado pelo seu autor⁶, como sendo o "setor informal urbano". A partir desses trabalhos⁷, publicados em 1972, difundiram-se os termos setor informal e mercado informal de trabalho, dando início à produção de uma imensa literatura sobre o tema, marcada pela controvérsia e pela criação de correntes de pensamento, instaladas dentro e fora do PREALC. A construção teórica elaborada pelo PREALC está umbilicalmente associada à formulação de política econômica, quer seja para gerar mais empregos formais, ou de fortalecimento do setor informal urbano. Dada a natural limitação deste trabalho, ele se restringirá a resgatar o pensamento geral do PREALC, pondo em evidência as principais categorias de análise envolvidas no seu modelo de interpretação do problema do emprego sem entrar nas discussões de proposta de políticas.

⁵ Os principais trabalhos do PREALC foram: PREALC (1973) sobre o Paraguai, PREALC (1973a) sobre São Domingos, PREALC (1973b) sobre a Nicarágua, PREALC (1974a) sobre o México, PREALC (1974b) sobre San Salvador e PREALC (1974c) sobre Panamá *apud* Cacciamali (1983:17).

⁶ "Nós descrevemos esses dois setores urbanos como sendo formal e informal. Essa designação não pretende contribuir para uma proliferação de rótulos; nós queremos encontrar uma terminologia analítica que descreva a dualidade, evitando a discriminação contra o setor de baixa renda que é inerente à dicotomia moderno-tradicional. Ambos os setores são modernos, ambos são consequência da urbanização que ocorreu em Kenya ao longo dos últimos 10 anos". OIT (1972:503-4) *apud* Cacciamali (1983:11).

⁷ Para uma revisão da importância deste estudo ver Souza (1985).

1.2 PREALC: Setor informal urbano como manifestação do excedente estrutural de mão-de-obra

A experiência do PREALC em diversas pesquisas realizadas em países latino-americanos demonstrou que a situação ocupacional nestes países apresentava diversas características comuns. Apesar do crescimento econômico não se verificou, nos países investigados um nível de emprego suficiente, nem uma melhoria na distribuição de renda. Ao contrário, a evidência empírica revelou um cenário onde o enorme subemprego agrícola coexistia com um crescimento expressivo da população urbana, incrementado por um forte fluxo migratório campo-cidade, gerando uma população marginal localizada no entorno das grandes cidades.

Os estudos também mostraram que o crescimento do emprego industrial e dos serviços funcionais, desde o pós-guerra⁸, foi insuficiente para absorver toda a população economicamente ativa urbana, apesar do crescimento da produção. Logo, o resultado deste cenário foi o crescimento do produto global a um ritmo inferior às necessidades da população não gerando empregos urbanos suficientes para uma força de trabalho que aumentava de forma acelerada. Além do crescimento vegetativo da população rural e do subemprego no campo, o fluxo migratório teria sido norteado, segundo o PREALC, conforme hipótese de Harris & Todaro (1970), pelo fato do salário urbano da mão-de-obra pouco qualificada ser superior àquele que os migrantes podiam ganhar no meio rural.⁹

A complexidade da situação ocupacional *vis-à-vis* o crescimento do produto levou o PREALC à conclusão de que esta circunstância não podia ser analisada apenas através da taxa de desemprego. Ao contrário, era necessário entendê-la como um "espectro de distintas formas de subutilização da força de trabalho" (PREALC, 1978:8), semelhante a um *iceberg* que deixava à vista o desemprego aberto, mas que na realidade, significava muito mais: o subemprego, tanto rural quanto urbano.

⁸ "A lição principal dos últimos anos é que o crescimento econômico não garantiu por si só um maior nível de emprego nem uma melhor distribuição de renda. No período do pós-guerra, o produto por habitante tem crescido na América Latina a um ritmo superior a 2,0% anual e mais ainda, este vem crescendo de forma acelerada e sustentada. Em que pese isso, o número de pessoas disponíveis e de famílias, que vivem em condições de pobreza em lugar de diminuir, se tem mantido e inclusive tem tendido a aumentar". PREALC (1978:5).

⁹ q.v.Harris & Todaro (1970) *apud* Souza (1980:72). Esta é uma das hipóteses para explicar os fatores indutores do processo de migração. Existem outras, analisadas em trabalhos mais recentes do PREALC, que serão descritas em seqüência.

Retomando a formulação da CEPAL, o PREALC sintetiza o processo que gera estas diversas formas de subutilização da força de trabalho, destacando o caráter heterogêneo do crescimento da economia: "As causas pelas quais o incremento do produto têm sido incapaz de gerar a quantidade requerida de novos postos de trabalho e de elevar os níveis de renda dos grupos mais necessitados derivam principalmente do tipo de crescimento experimentado. Esse não tem sido homogêneo em toda a economia, pelo contrário, a incorporação do progresso técnico tem determinado um padrão de crescimento que se caracteriza por sua heterogeneidade" (PREALC, 1978:8).

Este estilo de desenvolvimento caracterizou-se por "ondas de modernização", que envolveram as economias periféricas do pós-guerra, criando uma dinâmica econômica mediatizada pela introdução de novas técnicas, o que por sua vez, produziu aumentos significativos, porém localizados, da produtividade. Como essas "ondas" tecnológicas não foram incorporadas de forma homogênea por todos os setores e subsetores da economia, isso implicou, segundo o PREALC, conforme tese cepalina, num desenvolvimento heterogêneo da estrutura produtiva. Como é afirmado literalmente, este padrão de desenvolvimento influi de forma decisiva e direta sobre a estrutura ocupacional e sobre o ritmo de crescimento da demanda de trabalho. "A heterogeneidade da estrutura econômica traduz uma situação de heterogeneidade no emprego" (PREALC, 1978:9).

Com isso, criam-se dois setores: um, de menor dimensão ocupacional que incorpora o progresso técnico e que tem altos níveis de produtividade, outro, de maior magnitude que é ocupado pelos estratos intermediários com correspondentes níveis de renda e produtividade. Da perspectiva da estrutura de emprego, estes dois setores constituem o que o PREALC denomina um "mercado de trabalho organizado". Eles produzem um conjunto de atividades econômicas norteados pela racionalidade econômica e com um grau razoável de organização que tem fundamento na mesma evolução histórica. Praticamente, não há subemprego nesses setores, tanto se ele for medido pelo lado da renda, quanto pelas horas de trabalho.

No entanto, estes dois setores econômicos, de distintos níveis de produtividade, que configuram uma estrutura ocupacional "organizada", mostraram-se, na verdade, incapazes de incorporar toda a força de trabalho em idade produtiva para maior participação na atividade econômica, resultando um excedente de mão-de-obra, que não encontra ocupação naqueles setores

econômicos. Esta sobreoferta de trabalho ou fica desempregada ou cria estratégias de sobrevivência nas novas atividades que ela mesma ajuda a conformar nos conglomerados urbanos. Esta visão estratificada da estrutura produtiva e do mercado de trabalho é ponto fundamental do modelo prealquiano. Os primeiros estudos da instituição apontam na direção de interpretar os problemas de emprego em termos da existência e funcionamento do mercado de trabalho diferenciado, seja na área rural, seja na área urbana. Assim, uma vez assumida a hipótese da heterogeneidade da estrutura produtiva, distinguem-se dois setores diferenciados no mercado de trabalho urbano: um é o mercado formal, que pelo lado da oferta gera ocupações em empresas organizadas e o outro é o mercado informal que, por sua vez, está relacionado às atividades de baixo nível de produtividade para trabalhadores independentes ou por conta própria e para empresas muito pequenas não organizadas institucionalmente. Esta caracterização permite ao PREALC o seguinte postulado: "Com efeito, se pode associar ao setor informal urbano como aquele mercado de trabalho no qual se encontram os problemas de baixa produtividade e das baixas rendas que recebem as pessoas que estão nele ocupadas. Se postula aqui, portanto, uma correlação entre a pobreza e a forma de inserção no mercado de trabalho" (PREALC, 1978).

Nesta primeira elaboração, admite-se que a migração cumpre um papel fundamental, contribuindo fortemente para gerar o excedente de mão-de-obra nas cidades, que ao não ser absorvido pelas atividades do setor moderno, dá origem ao setor informal. É evidente que este fato tem correspondência com os processos históricos verificados na região, tanto na esfera da agricultura, quanto no âmbito do setor produtivo urbano.

Para o PREALC, também na agricultura existe um setor moderno e um tradicional. O primeiro é caracterizado pela produção em grande escala e com modernas tecnologias, onde se observam relações de produção tipicamente capitalistas: a separação entre proprietários e trabalhadores e o lucro e o salário como categorias de renda. Porém, tal como o setor formal e organizado da economia urbana, o setor agrícola moderno é do ponto de vista da geração de empregos também pouco dinâmico e na medida em que ele se expande até as áreas da agricultura tradicional gera tendencialmente um processo de expulsão da força de trabalho rural para os centros urbanos. O setor agrícola tradicional, por um lado, proporciona a maior parte da ocupação agrícola, mas é incapaz de solucionar o problema do emprego no meio rural, porque é nele que se observam os mais baixos

níveis de renda, sendo inclusive o setor de onde se origina grande parte do fluxo migratório. Estes efeitos combinados respondem pelo rápido aumento da população ativa urbana contribuindo para gerar um excedente de mão-de-obra, promovendo uma transferência do problema da subocupação agrícola para o mercado de trabalho urbano. A conclusão do PREALC é que o problema do emprego rural está centrado no setor tradicional agrícola, sendo o principal responsável pela migração campo-cidade (PREALC, 1978). Deve-se ainda destacar que a modernização verificada na agricultura e que privilegiou inicialmente o setor de exportações igualmente oferece poucas chances de uma maior absorção da força de trabalho agrícola e ela é tradicionalmente mal remunerada mesmo no seu setor moderno. Ademais, a estrutura concentrada da propriedade da terra, entre outros fatores, desfavoreceu, historicamente, a fixação do homem no campo. Logo, é compreensível, como afirma o PREALC, que este quadro que combina uma rígida estrutura agrária com capitalização progressiva das atividades agrícolas, tenha propiciado um notável fluxo migratório, que é atraído para as cidades pelas oportunidades do emprego urbano. Segundo este modelo, portanto, as migrações campo-cidade obedecem "tanto às forças de expulsão quanto de atração" (PREALC, 1978:13).

Por outro lado, o estilo de desenvolvimento das economias atrasadas concentra no setor industrial, ao lado dos serviços funcionais, e particularmente, na indústria de transformação uma base produtiva moderna, mas incapaz de absorver todo o aumento da população ativa urbana.

Em trabalhos mais recentes, o PREALC retoma a discussão da relação entre migração, urbanização e setor informal urbano e reafirma que a estrutura agrária tem uma importância decisiva na explicação do setor informal urbano, ao marcar a urbanização e a estrutura das ocupações nas cidades através do excedente de mão-de-obra.

Segundo Ramos (1984) *apud* PREALC (1990b, cap.2:7) existem três paradigmas complementares para explicar as correlações entre migração e urbanização, sendo que em dois deles existe excedente de mão-de-obra nas cidades.¹⁰

¹⁰ q.v. sobre esse ponto ver também Dequechi Filho (1991)

O primeiro paradigma refere-se ao modelo cepalino da expulsão rural que explicou o fenômeno da crescente urbanização enfatizando a incapacidade das zonas rurais de absorver uma população agrícola cada vez maior, a partir das rupturas do tradicional inter-relacionamento do latifúndio com o minifúndio. Uma parte desta população rural que abandonou o campo deslocou-se para a fronteira agrícola e outra dirigiu-se para as cidades, esta última, sem muita preparação para a vida urbana moderna, não teve muita chance na disputa pelos empregos proporcionados pela indústria e serviços funcionais. "Assim, pois, o período do pós-guerra se havia caracterizado por uma urbanização prematura, não justificada pelo lento crescimento do emprego formal secundário e por uma terceirização e informalização excessiva como o subemprego" (Ramos, 1984 *apud* PREALC, 1990b:7). O segundo paradigma é uma alternativa à visão anteriormente descrita e postula que o setor informal urbano é tributário de um processo migratório resultante da atração de "salários urbanos artificialmente altos", explicado pelos efeitos conjuntos de "exagerados reajustes legais e salários mínimos, pressões sindicais e elevados salários no setor público". A intensidade da urbanização é então devida a essa ilusão salarial, conduzindo um contingente populacional excedente para as atividades de mais fácil acesso e de salários flexíveis. Deste ponto de vista, a conclusão é que "não é o salário, em última instância, que equilibra o mercado, mas a existência do desemprego urbano e o aumento dos empregos em atividades terciárias ou informais de escassa produtividade e que servem para absorver, melhor dizendo, disfarçar o desemprego" (Ramos, 1984 *apud* PREALC, 1990b:8). No terceiro paradigma não há problemas de emprego urbano e a atração das cidades é "genuína". Ele pressupõe que a atual industrialização requer muito menos trabalho por unidade de produto do que a exigida no século XIX. Além disso ela necessita de graus de qualificação cada vez maiores. Por essa razão, o emprego industrial crescerá pouco, sobretudo no que se refere ao emprego da mão-de-obra com baixa qualificação. Neste paradigma, o emprego terciário é uma função do produto industrial e sendo esta a variável que mais cresce, isso irá gerar uma "demanda genuína do emprego terciário". "O emprego terciário é uma espécie de demanda derivada do produto e produtividade do setor industrial e por isso se observará uma crescente urbanização a essa maior produção industrial, onde terá um peso cada vez mais importante o emprego terciário, sendo bastante inferior a geração de empregos no secundário (Ramos, 1984 *apud* PREALC, 1990b:8).

O problema do setor informal e do subemprego tenderia a diminuir na hipótese do prosseguimento da industrialização e do desenvolvimento. O PREALC sustenta que à medida que a economia se desenvolve há uma tendência para reduzir a incidência do setor informal. "Complementariamente, no interior do sistema urbano, sua distribuição deverá refletir a hipótese de que com um maior grau de modernização da economia urbana, maior deverá ser o nível alcançado pelo emprego formal, e portanto, menor a proporção do emprego informal no mercado de trabalho local. Da existência de uma associação positiva entre tamanho da cidade e nível de desenvolvimento da economia urbana e dos antecedentes, permite-se avaliar em certa medida esta afirmação; ela levaria a concluir hipoteticamente que a um maior tamanho das cidades, menor será a incidência do emprego informal no mercado de trabalho urbano" (PREALC, 1990b:9).

Em síntese, de uma conjunção da dinâmica dos fluxos migratórios e da incapacidade do setor moderno da economia de gerar oportunidades ocupacionais no ritmo exigido para absorver a população ativa urbana, surge um novo "setor tradicional" em termos de produtividade e renda (PREALC, 1978). Este setor denominado setor informal, em contraposição ao setor moderno e organizado da economia, é o mecanismo através do qual procuram sobreviver os migrantes que não encontram emprego na área organizada do mercado de trabalho. É o excedente estrutural de mão-de-obra que cria o setor informal urbano, segundo sua própria lógica: gerar circuitos de sobrevivência, através de um amplo segmento de atividades econômicas, onde seus integrantes se auto-empregam na produção de bens e serviços em pequena escala e com baixos níveis de produtividade, com os quais obtêm uma pequena renda, a renda informal.

Do que foi exposto, pode-se concluir, que para o PREALC o processo histórico de criação do setor informal urbano é um "mecanismo" encontrado pela força de trabalho excedentária, dado o "impulso universal da sobrevivência" (JASPA, 1985).

Em um trabalho mais recente, Victor Tokman reafirma este postulado primordial ao dizer que o setor informal urbano é um resultado de um excedente da oferta de mão-de-obra nas cidades e neste mesmo trabalho, Jaime Mezzera confirma, mais uma vez, que "o excedente da oferta de trabalho urbano surge porque o setor moderno é incapaz de gerar empregos bem remunerados para

todos os membros da força de trabalho das cidades. A diferença entre esta força de trabalho e o emprego moderno se define como excedente de oferta de trabalho urbano" (PREALC, 1987b:1).

Fica evidente que o setor informal urbano está implicitamente colocado como um "setor de ajuste" para as economias onde o processo de desenvolvimento econômico envolve um crescimento heterogêneo e limitado, cuja incapacidade de irradiar para todo o sistema produtivo o dinamismo necessário para a incorporação de toda a força de trabalho se expressa no baixo ritmo de acumulação de capital que nele se processa. Em sua colocação inicial, o PREALC supôs que o setor informal agrupa "boa parte dos ocupados nas cidades e constitui a porta de entrada obrigatória para os migrantes recém chegados das zonas rurais. Aí encontram ocupações seja produzindo ou vendendo bens e serviços, geralmente destinados ao resto dos ocupados do setor e cuja demanda está sujeita a fortes flutuações" (PREALC, 1978:10). Esta afirmação foi muito influenciada pelos trabalhos da OIT na África.

A lógica do setor formal ou moderno da economia determina a magnitude da demanda da força de trabalho. Esta demanda é insuficiente em grande medida porque o tamanho inicial do setor formal é relativamente pequeno, como afirma Mezzera. A consequência é a existência de uma força de trabalho excedentária, não incorporada pelas atividades formais, mas sim no setor informal, que cumpre o papel de setor de ajuste. Deste modo, o setor moderno determina o nível de emprego e renda da economia, mediatizado pela introdução do progresso técnico, enquanto o setor informal é determinado pela magnitude da mão-de-obra excedente que é capaz de produzir algo e obter com sua venda a renda informal. Os ocupantes do setor informal são caracterizados como socialmente pobres, com menor grau de instrução e em faixas etárias que incluem tanto os mais jovens quanto os mais velhos. Decisivamente, nesta versão do modelo, são as características dos migrantes e a insuficiente disponibilidade de oportunidades de emprego no setor formal urbano que determinam que o setor informal tenda a ser um receptáculo para os migrantes rurais que aportam nas cidades, como mencionado nas versões originais. O setor informal era visto como parte de uma dicotomia em que seus ocupantes produzem bens e serviços que em essência não são demandados pelo setor formal. (PREALC, 1978:11).

O PREALC avançou com relação a essa visão dualista da ocupação formal-informal, destacando os vínculos de complementariedade, "atuais ou potenciais", entre os dois setores, pelo menos em algumas áreas da atividade econômica. Algumas atividades informais, podem ser mais competitivas que suas similares do setor formal e, assim, sobreviverem, uma vez que se destinam às camadas marginais do mercado. Disso resulta a idéia de que o setor informal tende a desaparecer à medida que o setor moderno se expanda e se modernize até o ponto em que se torne economicamente viável a formalização de algumas atividades informais. Desta perspectiva, o PREALC recomenda o estudo das relações entre os dois setores com o objetivo de conhecer as atividades informais que devem ser fomentadas e outras que devem desaparecer pelas condições desfavoráveis que apresentam diante de suas similares no setor formal da economia. Tal recomendação vai no sentido de que as primeiras estabeleçam relações com o setor formal e desse modo possam ampliar seu mercado e elevar o nível de renda de seus ocupantes; as segundas devem ser alvo de uma política que consiga a transferência das pessoas que estão ocupadas no setor informal para outras atividades econômicas.

É notório que nesta primeira versão o modelo confere muita ênfase ao fenômeno da migração que compõe fração expressiva do total da força de trabalho excedentária sendo o setor informal urbano considerado "porta de entrada obrigatória" para tais migrantes.

Em trabalhos mais recentes do próprio PREALC, observa-se que a ênfase atribuída ao fluxo migratório na composição do excedente de trabalho perde a posição relevante que possuía enquanto um postulado primordial do modelo. A discussão deste assunto exige estudos específicos que analisem a trajetória dos migrantes e questões como: quanto tempo permanecem no setor informal, a partir de quando ingressaram no setor público ou no setor privado moderno. Segundo Mezzera, o PREALC realizou, em antigos trabalhos, alguns estudos medindo a proporção no emprego informal dos migrantes recentes, antigos e dos nativos. Os resultados mostraram claramente que a frequência de migrantes que tinham emprego informal decrescia rapidamente à medida que se avançava naquela classificação. A evidência de que pelo menos, por algum período, os migrantes recentes e antigos passavam pelo emprego informal deu origem à famosa afirmativa que o setor informal é a "porta de entrada" ao mercado de trabalho urbano.

Como diz Mezzera, os primeiros estudos do PREALC estão fortemente impregnados por esta idéia. Mas, em trabalhos mais recentes, dentro e fora do PREALC, a validade desta afirmação foi posta em dúvida. Segundo este autor "há uma questão de lógica elementar, que conduz a questionar como é possível que migrantes recentes consigam auto-empregar-se; vale dizer, se converterem em micro-empresários nas áreas urbanas" (PREALC, 1987b:11) . Esta questão, para este autor, está longe de ser clara e consensual uma vez que são raros os estudos de história migratória e ocupacional. Alguns trabalhos sobre a trajetória de trabalhadores por conta própria e micro-empresários que obtiveram êxito em seus negócios informais mostraram que alguns deles realmente tiveram o emprego informal como "porta de entrada" e o aproveitaram para realizar uma acumulação pessoal de capital financeiro e físico, como poupança e ferramentas, além de treinamento e (ou) aperfeiçoamento e capacitação profissional em algum ofício. Para Mezzera, não se pode generalizar a assertiva "porta de entrada" para todos os migrantes. A pergunta relevante, segundo este autor, é "quão freqüentemente isso ocorre, já que é possível que este tipo de comportamento seja aplicável somente a trabalhadores que obtiveram êxito e que a maioria dos migrantes têm usado o setor informal como sua porta de entrada (PREALC, 1987b:11). A título de ilustração, evidenciamos que um trabalho citado por Mezzera, neste mesmo estudo, mostra que pelo menos no Brasil, "a porta de entrada" é distinta quando se trata de homens ou mulheres. Os homens usam como "porta importante" a Construção Civil, enquanto as mulheres ingressam no mercado de trabalho através do trabalho doméstico. Esta discussão, segundo Mezzera, requer ainda muita investigação empírica sobre diversas áreas que envolvem o tema. Para ele, quatro pontos seriam necessários: o primeiro seria elucidar claramente o ponto da "porta de entrada" pelo menos para os homens migrantes. O segundo seria discutir a origem da acumulação que permitiu a instalação de negócios informais; o terceiro ponto diz respeito à evolução no tempo da inserção dos migrantes nos mercados de trabalho urbanos e o último ponto é saber se enquanto grupo ou classe, os migrantes desfrutam de menor bem estar que os nativos. Mezzera alerta, corretamente, para o fato de que é preciso levar em conta as peculiaridades de cada mercado de trabalho e sua evolução conjuntural, pois são variáveis que impedem generalizações sobre o tema. O "elemento crucial" para o autor, seria a distinção entre "cidades de migração final" *versus* aquelas que são pontos intermediários de um processo migratório (PREALC, 1987b:12).

1.3 A evolução do pensamento do PREALC sobre o setor informal e o funcionamento do mercado de trabalho urbano

Os estudos do PREALC sobre o Paraguai e El Salvador contêm um “esforço mais sistemático” de interpretação do setor informal urbano. (Souza, 1985).

Na pesquisa sobre o Paraguai, o setor informal é definido em contraposição ao setor privado formal e ao setor público. Trata-se de uma maneira de recolocar a idéia de que o sistema econômico é marcado por uma heterogeneidade da estrutura produtiva que se reflete em uma heterogeneidade no mercado de trabalho (PREALC, 1978, cap.1:144). Neste contexto, o crescimento do emprego no setor privado formal é uma função da expansão da produção e do tipo de tecnologia adotada, sendo portanto determinado pelas características particulares do processo de acumulação do capital. Já o setor público, embora a geração de emprego tenha uma lógica distinta, uma vez que sua expansão dependeria da disponibilidade de recursos públicos e das particularidades da política econômica, também não é considerado pelo PREALC como variável de ajuste ou resíduo do mercado de trabalho. Contrariamente aos dois outros setores, o setor informal é sim caracterizado por ser o resíduo do mercado de trabalho. Nele inexiste a relação capital-trabalho; vale dizer, nas atividades informais o produtor não se distingue do trabalhador, ainda que seja somente ele o proprietário dos instrumentos requeridos para o exercício de suas atividades.

Ao contrário das atividades formais privadas, a expansão da ocupação nos negócios informais não é uma função das decisões de investimento, mas da existência do excedente de mão-de-obra, que não encontra ocupação nos outros dois setores. Os espaços existentes para serem ocupados pelas pessoas dedicadas aos negócios informais não são do interesse do setor formal privado por não apresentarem perspectivas de lucro. Ou seja, as atividades informais não são atraentes para o capital privado porque a instalação de empresas para ocupar estes mercados não é rentável. Enquanto não houver esta lucratividade, o setor informal poderá prosseguir proporcionando rendimentos cujo nível dependerá da quantidade de pessoas, que por não terem outras alternativas de emprego, disputam uma parte dos espaços para os negócios informais.

Os aspectos descritivos do setor informal também são apresentados pelo PREALC por contraposição com os setores formal e público. Assim é que Tokman & Griffin, num estudo sobre a

situação ocupacional do Equador, afirmam literalmente: “O setor informal é quase a antítese do moderno. Predominam o emprego por conta própria e as pequenas empresas familiares. A escala de produção e do volume de vendas são pequenas e as técnicas intensivas em mão-de-obra. O acesso a mercados de capitais organizados está restringido e a taxa de juro no mercado ao qual devem recorrer resulta muito elevada. Em consequência, a produtividade média do trabalho é baixa. Poucas vezes o setor informal se vê favorecido com assistência governamental ou proteção tarifária. A legislação social não é obrigatória ou simplesmente não se aplica. A força de trabalho está dispersa e seu nível de qualificação é insuficiente, incluindo um grande número de analfabetos. Não há segurança do emprego e as rendas médias estão muito abaixo daquelas verificadas no setor moderno, aproximando-se bastante, algumas vezes, do nível de renda da área rural” (PREALC, 1978, cap.4:196) .

Esta descrição do setor informal pelo PREALC indica o quanto é marcante a presença deste setor na ocupação das pessoas em economias em desenvolvimento e as características pessoais peculiares dos trabalhadores nele ocupados e reflete a opinião corrente de que este setor é passível de sofrer ações discriminatórias pelo Estado.

O estudo sobre o setor informal do Paraguai contém uma hipótese sobre a funcionalidade das atividades informais, no contexto de uma expansão do conjunto do sistema econômico, pondo à prova a potencialidade do setor informal enquanto um setor produtivo. Nesta discussão, a questão fundamental é das relações com o setor formal. Os produtos destes dois setores podem ter uma relação de complementariedade ou de substituição. Como um todo, não haveria porque postular o desaparecimento das atividades informais, apesar do setor formal ter vantagens competitivas próprias de suas características de produção empresarial. Sejam complementares ou substitutas, as relações do setor informal com o formal, a persistência do primeiro está associada à preservação de uma parte dos mercados existentes que não oferecem perspectivas de lucro para a produção empresarial.

A funcionalidade da produção informal, portanto, já é nos primeiros trabalhos do PREALC a de cobrir os espaços deixados em aberto pela produção formal, sendo, portanto, intersticiais. Estes

espaços intersticiais podem estar localizados em mercados competitivos e nas margens de mercados oligopolizados.

O reconhecimento da potencialidade produtiva do setor informal com a predominância econômica do setor privado formal leva seus autores à formulação de um postulado clássico que propõe generalizar as relações do setor informal com o resto da economia. “Em resumo, se postula a existência de relações tanto competitivas quanto complementares entre os dois setores. A importância de um ou outro tipo de relação depende de cada atividade. Isto implica que o setor informal apresente atividades funcionais ao sistema econômico, em que pese a disfuncionalidade de grande parte do mesmo resultar, ao competir com o setor formal, em uma tendência assintótica para a diminuição" (PREALC, 1978, cap.1:146) . Logo, do ponto de vista da inserção do setor informal no mercado, conclui-se que o setor tanto engloba atividades funcionais quanto marginais. Assim, o PREALC recomenda que somente as primeiras atividades informais sejam fortalecidas, mediante a ação de uma política que permita elevar os níveis de produtividade e renda do setor, através de um reforço na estrutura da oferta e da demanda dos seus produtos. Para as atividades que apenas ocupam os estratos marginais do mercado, a política, ao contrário, deveria ser orientada no sentido de qualificar e transferir seus ocupantes para outras atividades econômicas. Além disso, propõe que sejam feitas revisões legais e administrativas, que favoreçam o funcionamento da economia informal.

O PREALC, entretanto, vai além de apenas reconhecer a potencialidade produtiva do setor informal, manifestada na persistência do setor na produção de bens complementares e substitutos aos do setor formal apesar da sua predominância econômica e postula a existência de atividades informais que podem ser promovidas pelas políticas públicas, sem serem, entretanto, absorvidas pelo setor formal.

As atividades informais que mereceriam o apoio público seriam as que, apesar deste apoio, continuariam na margem do mercado absorvendo mais pessoas e proporcionando-lhes mais rendimentos. De outro modo, ou a política seria ineficaz ou apenas transformaria o espaço informal em formal, provavelmente resultando em uma menor geração de empregos do que o número de pessoas que antes as atividades informais ocupavam. Deste modo, o setor informal passível de apoio

tem que proporcionar um produto útil que ao mesmo tempo não motive a atividade empresarial. A dúvida que fica é se tais atividades informais realmente existem, e em caso afirmativo, se elas são suficientemente expressivas para merecerem a definição de uma política pública para apoiá-las.

No estudo sobre o setor informal de El Salvador, ele é descrito como aquele que absorve os trabalhadores por conta própria, os prestadores de serviços domésticos, os patrões e empregados de micro-unidades não organizadas e que operam em atividades marginais do mercado. Novamente, é enfatizado que são os mais pobres na hierarquia social os ocupantes do setor informal, uma vez que é apenas nele que encontram uma forma econômica que lhes permitam obter alguma renda.(PREALC, 1978, cap.3:173).

O setor informal, portanto, está associado à pobreza. Além disso, as características pessoais dos que são obrigados a disputar os espaços informais são exatamente aquelas que lhes deram desvantagens na competição por um lugar no emprego formal. Deste modo, sua baixa renda pode, indiretamente, ser associada às debilidades de suas características pessoais.

Uma vez que o setor informal é uma consequência da força de trabalho excedentária, disto se deduz que uma de suas características mais gerais é a facilidade de entrada de novos trabalhadores-produtores. O postulado da livre entrada implica que a renda média de seus ocupantes tenderá a cair à medida que cresça, de forma constante e sistemática, o número de pretendentes ao exercício das atividades informais. O nível da renda média, além de depender do *quantum* destes produtores, depende, outrossim, do tamanho do mercado onde operam. A renda média dos ocupados no setor informal seria a variável de ajuste entre o tamanho do mercado informal e o número das pessoas nele ocupadas.

A facilidade de entrada nas atividades informais e sua relação com a natureza de variável de ajuste da renda média informal destaca dois aspectos sempre mencionados nas descrições do setor informal. De um lado, seu caráter intensivo no uso de mão-de-obra e, de outro lado, a predominância da competição em preços nestes mercados (PREALC, 1978, cap.3:174).

Nesta construção, a caracterização dos ocupantes do setor informal está decisivamente associada à pobreza, uma vez que o setor informal poderia ser visto como “o último escalão da cadeia de heterogeneidade” da estrutura produtiva urbana (PREALC, 1978:175).

Num outro estudo sobre a estrutura do emprego na Jamaica, Mezzera & Coore reenfatizam a questão da pobreza e sua associação com o setor informal ao afirmarem que este setor “é a resposta que as pessoas necessitadas dão à subutilização do trabalho urbano” (PREALC, 1978, cap.5:208). Uma assertiva correta porque associa o setor informal ao complexo contexto da manifestação social da pobreza, que tem sua face mais evidente na questão da precariedade ocupacional. Ainda que o setor informal não seja receptáculo apenas para os indivíduos com as características pessoais associadas aos pobres, como será visto posteriormente, esta afirmação conclusiva tem sua atualidade confirmada por evidências empíricas mais recentes sobre a condição social dos ocupantes do setor informal.

Na pesquisa da Jamaica, é introduzida a idéia da heterogeneidade dentro do próprio setor informal. Assim, ele passa a ser analisado, no contexto histórico deste estudo, considerando-se que no seu interior coexistem pelo menos dois sub setores: o estrato superior, ocupado pelos produtores informais, que empregam de três a nove trabalhadores, onde se observam níveis de produtividade relativamente mais altos e cujo potencial de crescimento é verificável sempre que existam condições. Contrariamente a isso, existe dentro do sistema informal um estrato inferior que é constituído por unidades muito pequenas de baixo grau de produtividade e mais propensas ao desaparecimento econômico. A causa atribuída à heterogeneidade do setor informal está relacionada com seu potencial produtivo, e portanto, com sua capacidade de expansão e acumulação. Assim, nos estratos inferiores, a potencialidade produtiva é muito baixa e aí que se concentra o que os autores chamam de “núcleo irredutível” do setor informal. Fica a dúvida, nesta formulação, sobre qual é realmente a diferenciação entre os setores formal e informal.

Os principais problemas do “núcleo irredutível” do setor informal se concentrariam na falta de capital fixo e humano, na pouca especialização dos seus trabalhadores e na ação negativa da influência e do poder econômico das empresas maiores. A sua dimensão ocupacional se reduz à

presença do produtor e “dono” dos pequenos negócios, podendo empregar um único trabalhador que, não raro, não é assalariado.

Este estudo pelo menos mencionou a questão do caráter subordinado do setor informal ao setor formal da economia e a questão da heterogeneidade dentro do próprio setor informal. Este tema será desenvolvido posteriormente numa análise mais avançada sobre o funcionamento do setor informal e sua inter-relação com o resto da economia, como se verá mais adiante.

No artigo “O setor informal e a pobreza urbana na América Latina”, de Souza & Tokman (1979a), as idéias do PREALC ganham uma formulação mais elaborada, em que pese o fato do núcleo central da argumentação já ter sido apresentado nos estudos anteriores sobre o Paraguai e El Salvador (Souza & Tokman, 1976; PREALC, 1978). Propõe-se uma discussão dos aspectos conceituais do setor informal urbano, que mantém a antiga explicação de sua origem. Assim, “...o setor informal[...] é um produto do próprio processo de crescimento das atividades modernas: num contexto de rápido crescimento da força de trabalho, escassez de oportunidades no campo e elevado ritmo de incorporação de progresso técnico nas atividades modernas, o excedente de mão-de-obra ‘cria’ este setor” (Souza & Tokman, 1979a, cap.5:129) [aspas do original]. O estudo enfatiza o fato da montagem do parque industrial na América Latina ter sido parte do movimento de internacionalização das grandes empresas, desde os países desenvolvidos, que determinaram a incorporação de uma tecnologia que provocou um limitado aumento do emprego nos setores modernos *vis-à-vis* o ritmo do processo de acumulação de capital. Este processo não incorporou nos setores modernos todo o aumento da população ativa urbana e constituiu uma estrutura de produção marcada por uma enorme heterogeneidade. De um lado, um núcleo produtivo cada vez mais dinâmico e integrado, e de outro lado, segmentos de produção e prestação de serviços de baixos rendimentos com grande ocupação da população ativa urbana. Nessa versão mais elaborada, o PREALC também ressalta as conseqüências da heterogeneidade estrutural da economia sobre o mercado de trabalho.

O excesso de população ativa urbana, comparativamente ao crescimento do emprego nos setores modernos, tem uma dupla implicação sobre a pobreza e a desigualdade da distribuição de renda. De um lado, o elevado número de pessoas ativas que disputam ocupações nas atividades

informais resulta diretamente em baixo nível médio de renda nestas atividades. De outro lado, esta massa de subocupados representa uma pressão sobre o verdadeiro mercado de trabalho, que dificulta a elevação dos salários nos setores modernos, mesmo em épocas de rápido crescimento do emprego.¹¹

A visão do PREALC sobre o setor informal, como forma de manifestação do excedente de mão-de-obra e suas implicações sobre a distribuição de renda no processo de crescimento econômico dos países latino-americanos será revista por Paulo Renato Costa Souza, tendo por referência uma reinterpretação da evolução da economia brasileira no pós-guerra.

1.4 Mercado de trabalho urbano e pequena produção não capitalista

Conforme análise de Souza (1985) a trajetória do PREALC na análise dos problemas de emprego na América Latina conduziu aos seguintes pontos consensuais: a) o setor informal é a porta de entrada dos migrantes no trabalho urbano; b) o nível de ocupação no setor informal não é função derivada do seu volume de produção; c) supondo facilidade de entrada de novos produtores no setor, a renda média informal atua como variável de ajuste entre o tamanho do mercado informal e o número de seus ocupantes; e d) a elasticidade da ocupação informal faz com que somente uma pequena fração da população economicamente ativa esteja desempregada e ela não é necessariamente a de menores recursos econômicos.

Quanto à interação do setor informal com o resto da economia haviam dois pontos consensuais: em primeiro lugar, a idéia de que as atividades informais podem estar em todos os setores, produzem para o mercado e não para o auto-consumo, ocupam pessoas de baixa qualificação, em termos de educação formal e capacitação profissional, possuem instrumentos rudimentares de trabalhos e, costumam fornecer bens e serviços para os estratos sociais de mais baixa renda; em segundo lugar, supunha-se que as atividades informais se inseriam em mercados competitivos ou na base da pirâmide da oferta de mercados oligopolísticos, com o que sua expansão estaria limitada pela tendência à crescente concentração dos mercados nas economias da América Latina. De modo que, apesar da potencialidade produtiva de algumas atividades informais, suas

¹¹ O PREALC nesta relação entre os salários e o setor informal segue a linha de análise de Arthur Lewis (1954) e

possibilidades de expansão estavam restringidas pela atuação das grandes e médias empresas organizadas de forma tipicamente capitalista.

Segundo Tokman (1987) ainda é matéria de controvérsia as inter-relações dos setores formal e informal. Este tema ganhou atualidade nas discussões mais recentes sobre o papel do setor informal na crise econômica dos anos 80. A conclusão mais frequente foi de que as políticas de ajuste macroeconômico implementadas na América Latina resultaram em crescente ocupação nas atividades informais, que ter-se-iam mostrado como uma opção para os trabalhadores, diante da contração do nível da atividade econômica, suavizando o aumento do desemprego. Neste contexto, a noção de atividade econômica de setor informal sofre uma redefinição, passando a enfatizar mais a conjuntura que as mudanças na estrutura da economia. Na nova definição é ainda mais forte o papel do setor informal quanto à absorção do excedente de mão-de-obra, pois a retração da atividade econômica, ao contrário do desenvolvimento da economia, significa ampliar o espaço para as atividades informais. “Uma grande proporção deste excedente conjuntural inventa emprego no que se pode chamar setor informal cíclico. Dado, por um lado, a urgência destes trabalhadores por encontrar uma renda alternativa, ao haverem perdido a que tinham e, por outro lado, o fato de que as oportunidades de gerar rendas informais estão especialmente deprimidas junto com o resto da economia, parece altamente provável que a renda média deste setor informal cíclico é, *ceteribus paribus*, abaixo da que se obtém com o setor informal estrutural e, com mais razão, do que se obtém nos empregos modernos” (PREALC, 1987b:8).

Tokman, do mesmo modo que Souza, enfatiza também o caráter heterogêneo do setor informal, questão esta não suficientemente destacada na abordagem original e importante para o estudo das relações entre os setores formal e informal. Souza (1980), entretanto, tentou ir além da simples análise das relações entre os setores, procurando usar os resultados desta análise para repensar o próprio conceito de setor informal.

Em sua visão alternativa, o “setor informal” é interpretado como um conjunto de unidades produtivas não capitalistas, embora seu funcionamento, esteja totalmente sujeito aos movimentos da acumulação capitalista, que explicariam a magnitude do espaço para as atividades informais, bem

como o número de produtores que disputam este espaço. Esta concepção parte da seguinte idéia: “O desenvolvimento do capitalismo não significou a obstrução das formas de organização que não são características deste modo de produção. Desde logo, as empresas tipicamente capitalistas são dominantes e têm uma crescente participação na produção e no mercado, mas até mesmo no caso dos países avançados e industrializados, o espaço reservado à produção autônoma e às empresas familiares se reproduz ao compasso da evolução e das transformações do capital através do núcleo do sistema; ou seja das empresas organizadas com trabalho assalariado e com a separação dos proprietários do capital das tarefas produtivas” (Souza, 1980:51).

O pressuposto do autor é considerar o conjunto da economia como tendo um caráter integrado, embora comporte diversas formas de organização da produção. Todos estes segmentos procedem da dinâmica geral da acumulação engendrada pelo núcleo hegemônico verdadeiramente capitalista. É próprio deste modo de produção conter diversas formas de organizações produtivas que persistem ou não de acordo com determinações mais amplas do núcleo dominante. A existência das formas simples mercantis tem papéis específicos, quer na esfera produtiva ou da circulação de bens e serviços, preenchendo espaços econômicos determinados, mas não ocupados pelo núcleo capitalista¹². Deste modo, a reprodução do setor informal configura um conjunto de unidades não tipicamente capitalistas que se inserem de “forma intersticial” na economia.

A dinâmica do núcleo capitalista determina o espaço econômico para a atividade informal. Sua dimensão ocupacional, entretanto, é variável e depende das pessoas ativas, capacitadas e com interesse em disputar estes espaços. O nível de renda será relativamente pequeno apenas no caso de um número muito grande de produtores terem que “apertar-se”, disputando as franjas dos mercados fixadas pela dinâmica da economia comandada pelo núcleo capitalista.

Deste modo, a nova definição de setor informal não destaca, como na versão original, sua relação com o problema da pobreza provocado pela existência de um excedente de mão-de-obra. Não é dada ênfase à condição de livre e fácil entrada, mas sim ao caráter não capitalista da produção informal, a qual pode envolver distintas condições de entrada. Assim, o setor informal, embora

¹² q.v. sobre este ponto Baltar & Guimarães Neto (1987).

expressando as possibilidades de estratégia de sobrevivência, que evitam o trabalho assalariado para o capital, não necessariamente se restringe às situações de baixa renda.

O capital segundo sua lógica de valorização determina em que medida as unidades não tipicamente capitalistas - e de uma forma mais geral, o grau de informalidade na economia - persistem enquanto organização produtiva e como uma forma de expressar diversas situações ocupacionais. Desta compreensão do sistema econômico surge um novo paradigma para explicar o setor informal. “No contexto aqui explicitado, podemos afirmar que o núcleo verdadeiramente capitalista de uma economia, no seu movimento de expansão, cria, destrói e recria os espaços econômicos nos quais atuam a pequena produção não tipicamente capitalista. É neste sentido também que podemos dizer que os espaços econômicos da pequena produção são perfeitamente determinados pelo núcleo capitalista. Isso significa que a pequena produção não tem capacidade de gerar seu próprio espaço econômico numa economia em que o capital já é dominante” (Souza, 1980:79) [grifo do original]. Não se pode, portanto, entender os pequenos produtores como expressão de um “modo de produção separado” do setor capitalista; ao contrário, não existe autonomia ou independência econômica, mas total subordinação ao núcleo hegemônico. O que não significa, desde logo, o desaparecimento econômico da pequena produção no interior da economia capitalista. Em alguns ramos, o seu espaço tende a ser absorvido pelas empresas capitalistas, em outros, elas persistem ao não apresentarem perspectivas de lucro para aquelas empresas. Este ponto, aliás, está perfeitamente de acordo com a visão original do PREALC, em especial com os argumentos do estudo de El Salvador, como foi descrito na seção anterior. Em síntese, do ponto de vista da lógica da acumulação capitalista, pode ser inexorável a absorção progressiva dos espaços informais, mas outras podem surgir da mesma dinâmica capitalista.

A partir da nova concepção, alguns aspectos da antiga são minimizados ou redefinidos. Uma das principais reformulações foi a revisão da suposição da existência de competição entre os setores formal e informal.

A noção de competição adotada na concepção original enfatizava a possibilidade de substituição do produto vendido pelas empresas capitalistas pelo produto da unidade informal. Esta possibilidade não é negada pela nova abordagem, pois pode ser o instrumento pelo qual os espaços

informais são preservados da ocupação pelas empresas, sempre que não existam nestes mercados, vantagens associadas às economias da produção em grande escala. A nova concepção dá ênfase à outra aceção do termo competição. Ela destaca a competição intercapitalista, no cerne da dinâmica da economia, abrindo inclusive espaços não ocupados pelas empresas, mas sim pela produção informal. Esta, portanto, no máximo mostra-se, em determinadas circunstâncias, capaz de preservar aqueles espaços, sendo uma alternativa à produção empresarial, sem ser a responsável pela geração destes espaços que surgem da dinâmica do capital em geral.

Esta diferença conceitual parece sutil, mas tem claras implicações para a análise das possibilidades de formulação de uma política eficaz de defesa das ocupações e renda do setor informal. Por exemplo, não é suficiente para justificar, em princípio, tal política apenas a constatação de que o produtor informal foi capaz de substituir os produtos das empresas. É preciso ir além e mostrar que com o auxílio daquela política, a expansão capitalista será capaz de ampliar aqueles espaços para a produção informal. É neste sentido preciso que ganha significação a afirmação de que o setor informal não tem uma dinâmica própria e que seus espaços são intersticiais à produção capitalista.

Como afirma Possas (1985:174), a concorrência deve ser entendida a partir de uma “concepção mais ampla, que permita fundar teoricamente a análise dinâmica dos mercados no capitalismo... (ela se configura) como um processo de defrontação (“enfrentamento”) dos vários capitais, isto é, das unidades de poder de valorização e de expansão econômica que a propriedade de capital em função confere. Deve ser pensada neste sentido como parte integrante inseparável do movimento global da acumulação de capital, em suas diferentes formas e que lhe imprime, na qualidade de seu móvel precário e vetor essencial, uma direção e ritmo determinados e um conteúdo historicamente específico”[aspas e grifos do original]¹³.

Uma outra reformulação importante do modelo anterior foi o abandono da caracterização do setor informal a partir da condição de fácil entrada em suas atividades. Admite-se agora que possam haver distintas condições de entrada em diferentes partes do setor informal. Deste modo, embora em todo o setor informal a renda média possa continuar sendo considerada como uma variável de ajuste

¹³ q.v. a esse respeito Baltar (1985:239).

entre o espaço econômico existente para estas atividades e o total de pessoas capacitadas para disputar um lugar nestes espaços, somente nos segmentos informais particulares onde a entrada é fácil é que a simples existência de um excedente de mão-de-obra não qualificada implica necessariamente uma tendência à redução da renda média informal¹⁴. Portanto, o fato é que a renda média continua como variável de ajuste enquanto característica do setor informal; o que foi posto em questão foi apenas a condição de fácil entrada como aspecto comum a todo o setor informal. Com isto, entretanto, é também questionada a existência de uma associação necessária entre setor informal e pobreza. Vale dizer, somente a parcela do setor informal com fácil entrada é fonte de baixa renda. Em algumas atividades existem barreiras à entrada e elas podem estar associadas ao uso de algum equipamento, qualificação especial, ou habilidades pessoais, inatas ou adquiridas, até mesmo à uma acumulação prévia à instalação dos negócios informais. Estes pré-requisitos para a instalação destes negócios informais atuam como barreiras que dificultam a proliferação de unidades informais. Deste modo, o sistema informal é heterogêneo e perde significado como categoria para análise da distribuição da renda e de sua relação com a estrutura ocupacional. Ou seja, na medida em que a condição de entrada ao setor informal pode ser variada, as diferenças de renda média do setor informal podem ser tão ou mais importantes que entre os setores formal e informal¹⁵.

Para evidenciar o caráter heterogêneo do setor informal e mostrar quais dos seus segmentos possuem barreiras à entrada, Souza propõe uma taxonomia das organizações não tipicamente capitalistas¹⁶, pois houve indevida generalização na questão das barreiras à entrada, e portanto da renda média como variável de ajuste, no modelo original do PREALC, conforme assume o próprio autor: “Em outras palavras, nele estávamos misturando desde as pequenas empresas familiares (como as padarias, oficinas mecânicas, etc.) até os vendedores ambulantes, engraxates e empregadas domésticas, passando inclusive por pequenas empresas que utilizam basicamente trabalho

¹⁴ O poder de compra da renda média informal depende ainda dos preços dos produtos consumidos pelos trabalhadores afetados. Em todo caso, na presença de um excedente de mão-de-obra não qualificada, esta parcela do setor informal será, provavelmente, a que apresenta menor renda média dentre todos os segmentos de não trabalho qualificado. Sobre este ponto ver Baltar (1985).

¹⁵ q.v. sobre este ponto Baltar & Guimarães Neto (1987:13).

¹⁶ A tipologia elaborada pelo autor para explicitar as unidades produtivas não capitalistas em economias urbanas atrasadas envolve: a) formas de organização mercantis simples (sem assalariamento permanente), classificadas como: i) empresas familiares; ii) trabalhadores por conta própria subordinados; iii) pequenos vendedores e serviços; e b) quase empresas capitalistas. Apenas em i e b existem barreiras à entrada, onde, portanto, a renda média não é variável de ajuste Souza (1980:94-9).

assalariado com certa qualificação (“micro-indústria” mecânica, metalúrgica, etc.)” (Souza, 1979a:31).

Deste modo, há um reconhecimento da existência da grande heterogeneidade dentro do setor informal e com isso não mais se pode postular, de forma apriorística, que somente as pessoas caracterizadas como as mais pobres na hierarquia social sejam seus únicos ocupantes. Ao contrário, as atividades informais envolvem um conjunto extremamente heterogêneo de ocupações, que se reflete num amplo espectro de remunerações, incluindo desde o mais baixo rendimento até as mais altas rendas¹⁷. Logo, não é mais possível postular o caráter excedentário de todo o setor não capitalista, como também ele pode não ser a porta de entrada para os migrantes ao mundo do trabalho urbano. Tal assertiva só é verdade para alguns segmentos do setor, pois como mostram diversas pesquisas, partes importantes do próprio setor formal também servem para introduzir migrantes ao trabalho urbano. Não tem portanto nenhum sentido vincular diretamente o setor informal com a absorção de migrantes. É perfeitamente possível que a maior parte dos migrantes sejam absorvidos pelo setor formal, enquanto a maior parte dos ocupados em atividades informais não sejam necessariamente migrantes.

Não é preciso, portanto, qualquer referência à regulação dos fluxos migratórios do campo à cidade para compreender o papel do setor informal no desenvolvimento da economia. Esta revisão da noção de setor informal implica numa visão diferente acerca da determinação do nível dos salários dos trabalhadores urbanos não qualificados. Anteriormente, o nível de salários era vinculado à renda média informal. Agora, ele passa a ser determinado de forma endógena à dinâmica da produção capitalista.

Não há necessariamente uma relação entre a base salarial do núcleo capitalista e a renda do setor informal, uma vez que não é simplesmente a diferença de renda o fator indutor que leva um indivíduo a participar de um ou outro segmento da economia. Este fato é determinado pelo núcleo

¹⁷ Novamente aqui está em questão a estruturação de rendas nominais. O poder de compra de cada uma delas depende ainda da estrutura de gastos dos indivíduos e dos preços envolvidos nas transações realizadas por eles. Neste sentido, as diversas rendas informais não podem ser determinadas, em termos reais, apenas pela consideração das condições em que operam os vários mercados informais. Aliás, este problema também ocorre no mercado de trabalho *strictu sensu* que, mesmo levando-se em conta as instituições que afetam seu funcionamento, são incapazes de determinar os salários em termos reais, apenas explicando a estrutura dos salários nominais.

capitalista, que na sua ação expansiva atinge as atividades mais tradicionais, destruindo e criando espaços econômicos nos quais atuam. Deste modo, “o sistema normalmente é capaz de satisfazer suas necessidades com a mobilização de trabalhadores ocupados em outras esferas produtivas, o que significa que a taxa de salários pode situar-se em qualquer nível, não necessitando guardar relação com a renda da economia não capitalista” (Souza, 1980:88).

Em síntese, a concepção alternativa de Souza (1980) sobre a inserção da pequena produção não capitalista no funcionamento global do mercado de trabalho e sua inter-relação com o resto da economia, pode ser resumida nos seguintes pontos:

i) o setor informal passa a ser denominado como o conjunto de unidades produtivas não tipicamente capitalistas que produzem nos interstícios dos mercados produtivos e de serviços funcionais, sendo estes espaços totalmente determinados pelo núcleo capitalista;

ii) o setor informal pode no máximo preencher os espaços não ocupados pelas empresas capitalistas, sendo uma alternativa a elas, não tendo dinâmica própria, portanto, para gerar seus próprios mercados;

iii) a facilidade de entrada não é condição geral das atividades não capitalistas, assim o ajuste em algumas destas atividades não tem porque apresentar baixas rendas médias, na presença de um excedente de força de trabalho no núcleo capitalista. As barreiras à entrada podem ser significativas nos segmentos constituídos especialmente pelas empresas familiares;

iv) a heterogeneidade da pequena produção não capitalista prejudica a associação entre esta manifestação do excedente de mão-de-obra e o fenômeno da pobreza urbana, já que uma parte do setor não se caracteriza pelas baixas rendas; e

v) a acumulação capitalista no seu movimento cíclico determina, em última instância, o nível de produção, emprego e renda de todos os segmentos econômicos, organizados ou não, logo não há necessariamente uma relação direta entre o nível dos salários no núcleo capitalista e a magnitude da renda nos setores informais de fácil entrada.

1.5 Comentários adicionais sobre a pequena produção não capitalista

O trabalho realizado pelo PREALC, na década de 70, contribuiu para criar uma imensa popularidade da idéia de setor informal, embora o uso deste termo envolva significados muito diferentes na tentativa de expressar as formas de manifestação do problema da falta de emprego dos países latino-americanos. Esta variabilidade conceitual tem prejudicado uma avaliação mais precisa da significação e alcance, do ponto de vista econômico e ocupacional, do setor informal¹⁸.

No debate sobre o significado econômico do setor informal e seu papel nas economias capitalistas periféricas das últimas décadas foram postos à prova vários postulados da visão original do PREALC, como também a concepção alternativa de Souza (1980) adquiriu considerável espaço entre os estudiosos do tema.

É o caso da contribuição de Cacciamali (1983), que adota uma linha de abordagem semelhante a de Souza, onde o setor informal é visto como subordinado e intersticial ao núcleo capitalista hegemônico. Sua interpretação sobre o setor informal pode ser sintetizada em alguns pontos. Em primeiro lugar, a autora considera o setor como uma forma de organização social da produção subordinada às leis gerais do desenvolvimento capitalista, mas mediada pelas especificidades socioeconômicas de cada país ou região onde se observa sua persistência. Em segundo lugar, o setor informal configura um processo de trabalho onde o trabalhador não é dissociado da propriedade dos meios de produção. Em terceiro lugar, as atividades informais sofrem a influência das particularidades da produção capitalista, sendo por ela criadas, destruídas e recriadas, amoldando-se particularmente às condições mais gerais da economia urbana. Finalmente, o setor informal não necessariamente conduz às ocupações de baixa renda (Cacciamali, 1983, cap.2:28).

Desta perspectiva, concebe-se a produção informal como “um conjunto de formas de organização da produção que não se baseia, para seu funcionamento, no trabalho assalariado. Ela ocupa os espaços econômicos, os interstícios, não ocupados pelas formas de organização da

¹⁸ Para um quadro geral do debate acadêmico sobre o assunto, q.v. Tokman (1978). Para uma análise sobre a evolução do trabalho independente nos principais países europeus, q.v. OCDE (1992). Para o exame dos estudos e pesquisas sobre o setor informal na América Latina e no Brasil inclusive, q.v. PREALC (1989). Para uma resenha sobre o debate brasileiro acerca do setor, q.v. Souza (1985); Dedecca & Ferreira (1990). Estas últimas duas resenhas mostram a evolução do modelo do PREALC e as contribuições mais recentes sobre o tema.

produção capitalista, que estão, potencial ou efetivamente, a sofrer contínuos desenvolvimentos pela ação destas últimas” (Cacciamali, 1983, cap.2:28). A operacionalização do conceito de setor informal envolve as seguintes considerações: i) o produtor direto, apesar de ser possuidor dos instrumentos de trabalho, é simultaneamente patrão e empregado; ii) pode ocorrer emprego de mão-de-obra familiar ou de outros ajudantes; iii) a produção é destinada ao mercado de bens e serviços, podendo proporcionar, com a realização de sua venda, algum tipo de acumulação pessoal, dependendo da natureza da atividade informal; iv) do que foi exposto, deduz-se que é a renda pessoal do proprietário o objetivo último da atividade informal e não o lucro, pois não se trata de produção tipicamente capitalista; v) predomina o caráter pessoal dos vínculos entre os que lidam na produção informal, pois via de regra, empregam-se membros da própria família, característica esta que se estende igualmente às relações do vendedor com os compradores; vi) pode haver divisão do trabalho informal, mas o proprietário mantém o domínio sobre a totalidade das etapas que compõem aquela produção; e vii) o avanço produtivo do setor informal depende estreitamente de suas relações com o setor formal.

A autora coloca em discussão três ordens de questões: a primeira diz respeito à origem do setor informal como tributária do excedente de mão-de-obra composto principalmente pelos mais desfavorecidos socialmente, particularmente, pelo contingente de migrantes que chegam às cidades em busca de um trabalho. A segunda questão põe em dúvida se a produção do setor informal destina-se exclusivamente aos mercados consumidores de baixa renda. A terceira refere-se ao grau de concorrência dentro do setor informal.

O tratamento de Cacciamali a estas questões permite qualificar o setor informal, tendo em vista as especificidades históricas da economia brasileira. Assim é que o papel do excedente de mão-de-obra na constituição do setor informal é relativizado, já que “a vida da produção informal é antes determinada pelo espaço econômico permissível pela dinâmica produtiva do capital do que pelo excedente de mão-de-obra. É evidente que este contribui e alimenta o Setor Informal em certos ramos de atividade, no entanto, não é esta a dimensão vital, já que o indivíduo expulso temporária ou definitivamente da produção pode converter-se à mendicância, criminalidade, prostituição, além de outras formas não institucionalizadas ou violentas de se ganhar a vida que, guardados certos limites, são absorvidos pela sociedade como um todo e estão sob o controle dos mecanismos de assistência social e de repressão” (Cacciamali, 1983, cap.2:34)[grifo do original]. Enfatiza-se, neste particular, que o espaço para a atividade informal só pode ser compreendido a partir das

particularidades do país ou das suas regiões, que ao refletirem uma história própria, não autorizam uma concepção generalizada do setor. Não obstante, a autora admite que a grande magnitude do setor informal é inversamente proporcional ao grau de desenvolvimento econômico: “O Setor Informal, em função do padrão de crescimento e do desenvolvimento capitalista encerrado em uma dada realidade, é representado por uma determinada composição de atividades, cuja importância pode variar em termos de espaço econômico, valor da produção, tamanho e composição do mercado[...]. Pode-se afirmar que, em regiões relativamente atrasadas do ponto de vista de consolidação da estrutura de produção capitalista, existe, em geral, maior espaço econômico para trabalhadores autônomos dedicados à manufatura de bens de consumo tais como, alimentos, calçados, móveis e utilidades domésticas. Já nas regiões mais desenvolvidas, os produtores informais concentram-se relativamente mais em atividades do setor terciário. No entanto, indiferente do desenvolvimento da região, à medida que o mercado se amplia e a tecnologia imprime níveis de produtividade social, que permite a exploração dos mercados ocupados em bases capitalistas, a produção informal é deslocada e, não obrigatoriamente, extingue-se. O movimento relevante é que a produção capitalista pode vir a destruir certas atividades informais num determinado momento e local e simultaneamente criar e recriar outras” (Cacciamali, 1983, cap.2:29-30).

A segunda ordem de questões tem uma resposta ancorada sobre os resultados da pesquisa para o município de São Paulo. A autora descarta a idéia generalizada que somente os pobres seriam abastecidos pela rede da produção informal, posto que estes procuram, dado seu baixo nível de renda, fazer suas compras onde se observam preços menores. As atividades informais, segundo a autora, operam a nível da circulação geral das mercadorias com preços mais altos, tanto nas zonas centrais como periféricas do mercado consumidor. “Estes últimos (estabelecimentos informais) distribuem quase só produtos industriais e, geralmente, guardada a mesma qualidade, a preços mais altos, cumprindo, em geral, um papel complementar às compras - baixos salários ou rendas e imprevistos - prestando um serviço ao consumidor pela sua localização, por ser um ponto de encontro, pelos laços pessoais cliente/fornecedor, pelas formas de venda e pelas facilidades no pagamento” (Cacciamali, 1983, cap.2:43)[grifo do original]. Apenas em regiões menos desenvolvidas, os bens e serviços informais abastecem significativamente a população de baixa renda, mas isto não quer dizer que esta população faça suas compras apenas no setor informal. “Em São Paulo, estudos preliminares parecem indicar que nem o Setor Informal tem como principal cliente a população de baixa renda, nem esta população se abastece principalmente por ele. Aliás,

caso isto acontecesse estaria contrariando as leis da produção e do mercado de uma economia industrial, como a presente na região de São Paulo” (Cacciamali, 1983, cap.2:43)[grifo do original].

Finalmente, a explicação da terceira questão - o elevado grau de competitividade dentro do setor informal - remete-se ao fato dele possuir grande heterogeneidade, assim, nem todos os seus segmentos se caracterizam pela baixa renda, facilidade de entrada e mercados competitivos. Parte-se da idéia de que o acesso aos meios de trabalho, qualificação, especialização e habilidades pessoais constituem possíveis barreiras à entrada de novos produtores nas atividades informais. Tais fatores poderiam bloquear a entrada de parte do excedente de mão-de-obra. Notadamente, os migrantes e jovens “encontram refúgio em particulares atividades formais e informais que representam possibilidades de readaptação relativamente maior às propriedades cognitivas, da experiência vivencial e de trabalhos adquiridos no passado (serviço doméstico para mulheres, ambulante e tarefeiro para homens e ainda trabalhos na construção civil, serviço de carga, limpeza, conservação e vigilância). Enfim, pobreza e trabalho integram duas faces da mesma moeda. Os trabalhos que retribuem baixa remuneração envolvem tanto postos de trabalho no Setor Formal como trabalhadores informais” (Cacciamali, 1983, cap.2:44).

A partir de informações primárias para o município de São Paulo, de janeiro de 1980, Cacciamali chegou às seguintes conclusões: i) o setor informal gera ocupação para os que não conseguem ou desejam emprego assalariado; ii) não se pode generalizar que o setor é totalmente competitivo, podendo ocorrer barreiras à entrada; iii) não é inerente ao setor fornecer bens e serviços apenas para os segmentos mais pobres, embora isto também ocorra; iv) a existência e persistência do setor informal é determinada principalmente pelo espaço econômico passível de ser ocupado pelo setor; v) a conformação de um setor informal de baixo nível de renda expressa, mais que uma debilidade inerente deste setor, os reflexos sobre ele do padrão de desenvolvimento capitalista e um perfil do setor formal; vi) ainda que o setor seja constituído por uma proporção relativamente alta de trabalhadores urbanos de baixa qualificação recebendo baixos níveis de renda, não significa que este fato seja pertinente somente ao setor informal. Ao contrário, trabalhadores com características idênticas são ocupados também no setor formal (Cacciamali, 1983:97-100).

A autora finaliza este estudo com uma reflexão sobre o papel que cumpre o Estado em relação às atividades informais. Medidas de apoio ao setor como criação de cooperativas de autônomos ou vínculos de subcontratação, que são as sugestões mais comuns, conduziriam segundo a autora, à

“desorganização” dos mercados criados pelo setor, e muito provavelmente, ao fim das atividades informais.

“Outras sugestões de intervenção são quase ameaças para a produção informal, quando visam transformar a própria forma de organizá-los. São estas: capacitação administrativa do produtor informal, assistência técnica administrativa, alteração tecnológica e ordenamentos legais. A hipótese subjacente nesse caso é que o produtor independente seja uma microempresa ou que não exista diferença entre essas formas de organizar a produção e que além de desejável é obrigatório que para sobreviver tenha que alterar sua forma de organização” (Cacciamali, 1983:100). Com esta argumentação, a autora descarta propostas de promoção do setor informal dando a entender que políticas neste sentido apenas contribuiriam para transformar o setor informal em formal.

Num outro estudo, Cacciamali (1989b) chama a atenção para a proliferação de definições diferentes do setor informal, umas destacando o pequeno tamanho do estabelecimento, outras o não cumprimento de regulamentações fiscais, trabalhistas e sanitárias e outras ainda destacando incorretamente, o baixo nível de renda proporcionado pela atividade informal. Essa diversidade de abordagens envolveu diferentes diagnósticos do problema do emprego e aponta para orientações distintas de políticas econômicas, ajudando a pôr em “xeque” o setor informal como uma categoria de análise para o desenvolvimento econômico e suas implicações sobre o mercado de trabalho.

A autora também enfatiza o caráter heterogêneo do setor informal que apresenta grande diversidade de oportunidades econômicas, algumas delas permitindo altas rendas e servindo como instrumento de ascensão social. Todavia, para um outro conjunto de trabalhadores informais, o setor gera oportunidades para empreender apenas estratégias de sobrevivência de baixa renda. Observa-se entretanto, que o setor informal não pode ser considerado como o mecanismo principal para a solução do problema da falta de emprego da economia capitalista subdesenvolvida.

As oportunidades para a ascensão social no setor informal seriam limitadas e não alcançáveis para os segmentos populacionais mais desfavorecidos na disputa pelas ocupações informais. Assim, a parcela dos ocupados na parte privilegiada do setor informal tende a aumentar, sem prejudicar o nível de renda, justamente nas épocas de expansão da economia, quando também se amplia o emprego formal. Na retração da economia, a queda do emprego formal é acompanhada de menores

espaços para as atividades informais privilegiadas e a ocupação informal total aumenta, às custas do nível de renda.

Finalmente, assume a proposta sobre o caráter subordinado e intersticial do setor informal. Os vínculos estruturais do setor informal com o núcleo capitalista concretizam-se sob a forma de fluxos de renda do segundo para o primeiro, através de diversos mecanismos, entre eles, subcontratação de empresas informais, prestação de serviços, venda de mercadorias para os ocupados em atividades formais.

Em outro trabalho, Cacciamali (1989a) critica o postulado da insuficiência do setor industrial na geração de postos de trabalho que dá origem ao excedente estrutural de mão-de-obra e então, ao setor informal urbano. Para ela, trata-se de um diagnóstico incorreto da realidade do mercado de trabalho latino-americano. Segundo a autora, não se pode “acusar” o setor industrial e de serviços funcionais destes países, e particularmente do Brasil, de não terem sido suficientemente dinâmicos na geração de empregos, pois existem evidências empíricas que mostram que houve expressivo crescimento do emprego industrial e do setor terciário funcional.

Os dados indicam que o setor industrial cumpriu um importante papel na integração da população ativa ao mercado de trabalho urbano. Não significa contudo, considerar que o processo de industrialização tenha eliminado a heterogeneidade estrutural e a pobreza do Brasil. Ademais, a expansão industrial não impediu a abertura de espaços para produção não capitalista. O Brasil foi um exemplo marcante de desenvolvimento desigual que produziu uma enorme diferenciação sócioeconômica aprofundando as desigualdades de renda entre a população incorporada pelos setores dinâmicos e a parcela que não foi absorvida por esses setores.

A autora critica, entretanto, as análises que reduzem as causas dos problemas da pobreza, rural e urbana, às características do processo de industrialização, desconhecendo, simultaneamente, o profundo impacto direto e indireto desse processo na estrutura ocupacional do país.

1.6 Economia informal e economia não regulamentada

Em decorrência dos efeitos da crise econômica industrial, do final da década de 70, sobre o mercado de trabalho dos países industrializados, surgiu uma nova categoria procurando expressar a

crescente evasão das regulamentações institucionais que regem o trabalho naqueles países. A organização do trabalho à margem das leis e contratos vigentes foi denominada de economia subterrânea, submersa, oculta ou não regulamentada.¹⁹

A idéia foi elaborada, entre outros autores, por Portes, Castells & Benton (1989) e propagou-se pelos países latino-americanos, inclusive no Brasil, colocando questões adicionais no já tão controvertido conceito de economia informal.

Considera-se que a economia informal seja uma noção de “senso comum” possuindo fronteiras móveis, que não podem ser plenamente explicitadas numa definição precisa. Põe-se, mais categoricamente, em questão o fato da economia informal ser um conjunto de atividades que resolvem os problemas de sobrevivência das pessoas destituídas socialmente, por não terem espaço no emprego assalariado. Não se descarta que as atividades informais tenham também esta dimensão até porque é grande a evidência empírica que mostra que elas são, muitas vezes, fruto de atividades “desesperadas” de trabalhadores para garantir sua sobrevivência e de seus familiares. Apesar disto, a economia informal não seria propriamente um “eufemismo da pobreza”, mas sim, uma forma específica de relações sociais de produção, que podem ou não levar à pobreza.

Propõe-se uma redefinição dos limites e da possível articulação entre as atividades formais e informais. Na nova formulação, a “economia informal” é definida, explicitamente, pela ausência de regulação por instituições sociais que regem as atividades similares legalizadas. Na anterior acepção, a informalidade, decorrente da natureza não capitalista da pequena produção, não se confundia com a ilegalidade, embora possa haver concretamente uma superposição das situações destacadas pelas duas conceituações.

Na nova definição basta uma mudança na vigência das relações institucionais para provocar um realinhamento das relações formais e informais. Acredita-se que quanto mais a sociedade se institucionaliza, os atores sociais ao tentarem escapar das regulamentações tornam mais aguda a separação entre a economia formal e informal. Ademais, a existência da economia formal e

¹⁹ Segundo Cacciamali (1989b), o fenômeno ganhou muitas denominações no decorrer das análises sobre o tema como: economia escondida, invisível, informal, não registrada, não enumerada, a dinheiro corrente, irregular, paralela, clandestina, não observada, não oficial, secundária, por debaixo do pano e negra.

institucionalizada é pré-condição para a emergência da sua contraface: a economia informal não regulamentada.

Admite-se que numa economia de mercado “ideal” ou “abstrata” todas as atividades seriam não regulamentadas, enquanto que no polo oposto, a extremada institucionalização sócioeconômica conduziria os agentes sociais a tentarem burlar as normas, ampliando a parcela não regulamentada da sociedade. Em todo caso, a proliferação dos negócios ilegais é um sintoma da debilidade das entidades responsáveis pela operação, controle e supervisão das regulamentações, sejam elas, legais ou contratuais.

Considera-se, também, que a ausência de regulação institucional na economia informal afeta os trabalhadores e o próprio processo de trabalho; o trabalhador perde seu *status* e sua consciência de proletário ao não ser considerado como tal e não sendo beneficiado pela legislação trabalhista; sendo remunerado abaixo dos salários correntes; ao trabalhar, enfim, em circunstâncias que as normas sociais não permitem. Ademais, as condições de trabalho, no contexto da não regulamentação, são as piores, pois nelas não se observam as determinações legais quanto à saúde pública, higiene, segurança no trabalho e aquelas quanto ao uso legal do solo urbano, ignorando-se o zoneamento público para o exercício das atividades informais, por exemplo. Do ponto de vista das empresas informais, observa-se que sua administração envolve práticas como sonegação fiscal e uso generalizado de pagamentos não registrados como meio de transação econômica. Neste sentido, os autores acreditam que não há razões teóricas para excluir o “caixa 2” da economia informal, ou as práticas não registradas das grandes corporações, particularmente porque elas se relacionam com outras atividades informais. Assim, a economia informal não é um fenômeno marginal senão que é um processo econômico e político fundamental no interior de uma sociedade em crise. Fica mais difícil justificar, entretanto, como separar da economia informal outros tipos de atividades ilegais melhor caracterizadas como criminosas.

Nos países desenvolvidos, a alta freqüência de arranjos informais constitui uma novidade que parecia excluída do contexto sócioeconômico de uma sociedade industrializada. A evidência do ressurgimento desses arranjos justificou algumas generalizações sobre a economia informal, que já não tinham sua validade restrita apenas aos países subdesenvolvidos. Os arranjos informais hoje são

universais e em todas as partes, o setor é heterogêneo, admitindo ampla diversidade de condições de trabalho e remuneração. Houve um crescimento generalizado dessas atividades nos últimos anos em países industrializados ou não. Quanto a isto, existe uma grande diferença entre os Estados Unidos e a Europa. Nos EUA, encontra-se principalmente nas comunidades de migrantes aí radicada um cenário propício para a informalidade, pois fornecem mão-de-obra e impulso para iniciar pequenos arranjos informais. Na Europa, o maior vigor das regulamentações provocou uma economia informal com menor dimensão, em compensação a crise econômica provocou maior desemprego aberto. As redes informais muitas vezes livraram as grandes empresas de restrições impostas por controles sociais e pelas normas institucionais, que pesam principalmente em época de instabilidade e falta de continuidade da orientação da política econômica. Esta instabilidade foi acompanhada de crescente competição a nível internacional e motivou uma tendência das grandes empresas na direção da descentralização de suas atividades, na busca de uma maior flexibilidade de atuação. Uma parte da expansão das atividades informais é explicada como sendo pertinente a este movimento mais amplo de descentralização.

No que se refere às características da mão-de-obra empregada nas atividades informais, salienta-se o fato de que o trabalho informal é considerado como “trabalho degradado” ou “rebaixado”, mal remunerado; mas os trabalhadores o aceitam principalmente como forma de ingressarem no mercado de trabalho formal. Neste sentido, a maior vulnerabilidade da mão-de-obra concentra-se nas comunidades de migrantes ilegais, no grupo das minorias étnicas, entre as mulheres e os jovens; os candidatos potenciais ao trabalho informal.

Quanto à posição do Governo em relação à economia informal, considera-se que ele é tolerante com ela, pois acreditam que funcionam como “colchões amortecedores” de possíveis conflitos sociais, quando o Estado está sem recursos para enfrentar, de outro modo, esta situação. Neste particular, alguns governos europeus chegaram a cogitar da possibilidade de abrir espaço para a economia informal, como forma de reduzir a taxa de desemprego. Neste sentido, a informalidade não seria um processo social que se desenvolve às expensas do controle do Estado, mas ao contrário, seria a expressão de uma nova “ordem” caracterizada pela perda de direitos da cidadania de uma fração significativa da classe trabalhadora com a aquiescência do Estado.

A gênese da economia informal nos países avançados é interpretada então como parte do processo de reestruturação econômica com o aprofundamento da crise que vem dos anos 70. Três causas gerais levaram a acentuar o processo de informalidade não regulamentada naqueles países. A primeira tem a ver com a reação das empresas ao poder sindical, considerado como um obstáculo à informalidade. A informalização é vista como uma forma de “minar o poder sindical”, pois os trabalhadores informais são mais difíceis de serem enquadrados na legislação sindical. A segunda causa é a reação das empresas contra a regulação econômica, num sentido mais amplo e principalmente oriunda das normas do Estado do Bem Estar Social. Neste sentido, a informalização é considerada como uma forma de escapar das regulamentações impostas pelo *Welfare State*. A terceira causa tem a ver com o impacto da própria reestruturação econômica, que como foi dito, acirrou a concorrência intercapitalista internacional. A globalização econômica supõe, principalmente para os países subdesenvolvidos, rebaixamentos dos custos de trabalho para que possam competir no mercado internacional. A “nova” ordem enfatiza a competição entre os capitais em todos os países, quer do primeiro ou do terceiro mundo e a redução dos custos do trabalho torna-se um imperativo para a concorrência internacional, nos países onde são mais elevados, apesar do maior nível da produtividade.

Em síntese, as razões últimas que levam ao crescimento da economia informal estão relacionadas com os efeitos da crise econômica em todo mundo nos anos recentes. Os efeitos sócioeconômicos, a nível global e nacional da informalidade, se reúnem em dois pontos: primeiro, é parte de um processo de descentralização econômica em que se constituem redes de firmas menores, com freqüência articuladas em torno de grandes empresas. Estas redes não são exclusivamente informais, mas a tendência é que nelas se apoiem, criando uma conexão entre o setor formal e informal através da subcontratação. Com isso, parece estar ocorrendo uma reversão da tendência secular de declínio da pequena produção. O efeito econômico mais conhecido do processo de informalidade é a redução substancial dos custos do trabalho; esta é a razão principal que induz o seu crescimento em muitos países. Não é somente pelo fato de que os salários sejam menores, mas porque permitem às empresas o não pagamento de encargos trabalhistas. Neste sentido, a economia informal contribui para uma maior rentabilidade do capital. O segundo ponto diz respeito à própria e maior flexibilidade das relações no processo de trabalho, permitindo às empresas melhor adaptação à competição intercapitalista.

A nova abordagem ao setor informal destacando não a ausência de trabalho assalariado, mas a fuga das regulamentações institucionais, foi questionada por Tokman (PREALC, 1987c) que reafirmou as virtudes da formulação original do conceito elaborado pelo PREALC. O fato das empresas não cumprirem com as normas legais, mais que causa da informalidade é um dos seus eventuais resultados. Além disso, nem todas as empresas que desrespeitam as regulações legais seriam informais. Assim, para Tokman, a sonegação fiscal e o não cumprimento das leis trabalhistas pelas grandes empresas não podem ser considerados como um fenômeno associado à informalidade. Na realidade, o aumento da ilegalidade seria um fenômeno novo, associado à crise contemporânea, e se soma ao problema da verdadeira informalidade, produto da existência de um excedente de mão-de-obra e da possibilidade, vigente no capitalismo, dos indivíduos poderem obter uma renda de diversos níveis, fora do trabalho assalariado.

Ainda, segundo Tokman, existem diferenças importantes entre economia informal nos países industrializados e nos países periféricos. Nos primeiros, como visto anteriormente, a descentralização do processo produtivo com o objetivo de flexibilizar principalmente o uso da força de trabalho provocou um aumento das pequenas empresas que se relacionam com outras empresas maiores através da subcontratação. Isto se deu como parte do processo de reestruturação industrial mais recente, que também vem ocorrendo na América Latina provocando efeitos similares. Não é para este fenômeno relativamente novo que apontava a problemática do setor informal examinada pelo PREALC. Esta, por sua vez, fazia parte de um peculiar processo de desenvolvimento periférico que esgotou-se em meados dos anos 70 na América Latina. É possível que ela ainda subsista, porém reformulada, já que a informalidade nos anos 80 ocorreu em meio à estagnação da economia em nossos países. Deste modo, é possível afirmar que existe simultaneamente na América Latina os processos destacados pelas duas abordagens ao setor informal: a das relações de trabalho assalariado em pequenas empresas, onde observa-se o fenômeno da ilegalidade e o da ausência de relações de trabalho assalariado, própria da abordagem original do PREALC. Com respeito ao problema da ilegalidade da pequena produção valeria a pena distinguir as questões do próprio reconhecimento legal das unidades produtivas e as legalidades impositiva e trabalhista. Quanto ao reconhecimento legal da pequena produção, destaca-se, de um lado, o excesso de burocracia, e de outro os conflitos da iniciativa privada com a regulação do Estado. Este, através de suas instâncias municipais, possui

diversos instrumentos de fiscalização quanto à prestação de serviços como o transporte coletivo, a construção civil e a prática do comércio. Na tentativa de regularizar estas atividades, o Estado nelas interfere alterando a distribuição dos benefícios entre os grupos privados. É claro que para a sociedade tal interferência pode ser desejável e necessária; ela, entretanto, pode prejudicar os que não estão em condições de cumpri-la; pois uma parte destes pode não ter uma fonte alternativa de renda. Quanto às ilegalidades fiscal e trabalhista elas com freqüência permitem altos lucros para os proprietários às custas das condições de trabalho e remuneração dos empregados e da escassez de recursos do erário público. Aqui, ao contrário da abordagem original do PREALC, é fundamental distinguir as situações que diferenciem os padrões dos empregados.

Em vista das diferenças das duas abordagens, Cacciamali (1989b) propõe que a economia informal, na acepção de não respeitar as regulações vigentes, fiscal ou trabalhista, seja denominada pelos termos de economia subterrânea, submersa ou invisível. A experiência dos anos 80 no Brasil revelou um forte crescimento do trabalho assalariado não regulamentado tal como indicado pelo número de empregados sem carteira de trabalho. Tal aumento do emprego “clandestino” foi mais expressivo que o aumento do trabalho por conta própria de baixa renda, pelo menos nas regiões mais desenvolvidas do país, ocorrendo o contrário nas regiões menos desenvolvidas; refletindo o peso relativo do mercado de trabalho de cada uma dessas regiões. Deste modo, pode-se dizer que o setor informal pesou mais no ajustamento da estrutura ocupacional à estagnação econômica nas regiões menos desenvolvidas, enquanto nas mais desenvolvidas foi mais importante naquele ajustamento, a economia ilegal, subterrânea, ilustrada pelo crescimento do trabalho assalariado sem carteira de trabalho assinada.

Cacciamali (1989b), ao analisar o desempenho da economia brasileira durante a década de 80, destacou que o ajustamento do mercado de trabalho ocorreu principalmente de duas maneiras distintas: primeira, através da diminuição dos níveis globais de produtividade média do trabalho nos setores econômicos urbanos, para as distintas posições na ocupação; e segunda, por meio do aumento do emprego assalariado à margem da legislação trabalhista e com redução dos salários reais. Essa última razão deveu-se não somente à estagnação econômica observada durante a década de 80, mas também como decorrência da crise do Estado e suas implicações em termos de garantir uma maior regulação à sociedade brasileira.

Ao analisar o problema mais amplo da geração global de emprego durante a década de 80, num outro estudo, Cacciamali (1993) destacou o papel que cumpriu o setor público na geração de empregos nas diversas regiões do Brasil, principalmente no Nordeste. Baltar & Henrique (1994) também evidenciaram o aumento no emprego no setor público. Analisando as mudanças na composição setorial da ocupação não agrícola segundo ramos de atividade para o Brasil em seu conjunto entre 1979 e 1989, chegaram à conclusão que o emprego formal - conceituado como o emprego da administração pública e atividades sociais, mais o emprego legalizado pela carteira de trabalho nos demais ramos de atividade - diminuiu seu peso relativo no total dos ocupados não agrícolas. Enquanto que a participação do emprego “informal” - compreendido como os empregados sem carteira, os trabalhadores por conta própria, os empregadores e os trabalhadores sem remuneração - aumentou entre o total dos ocupados não agrícolas durante o mesmo período, destacando a elevação dos empregados sem carteira e dos trabalhadores por conta própria. Deste modo, o aumento do emprego público no Brasil não impediu que se elevasse nos anos 80 a participação na ocupação total do setor informal, entendido nas duas acepções anteriores de ilegalidade do trabalho e de pequenos negócios sem trabalho assalariado.

O grau de formalização do mercado de trabalho teria diminuído de 59,1% para 55,6% entre 1979 e 1989 e a informalização, nas posições de ocupação descritas acima, cresceu de forma significativa. “A informalização da ocupação não agrícola nos anos 80 está associada, portanto, ao lento crescimento do emprego formal e à proliferação de pequenos negócios e do trabalho autônomo” (Baltar & Henrique, 1994:7).

Isso ocorreu devido ao fato de que o emprego formal foi insuficiente para absorver todo o crescimento da população ativa, aumentando a ocupação nas categorias ocupacionais informais. Como destacam os autores, observaram-se “alterações desfavoráveis da estrutura do trabalho assalariado. A primeira, foi a ampliação dos empregos sem carteira de trabalho. A segunda foi o movimento simultâneo de eliminação de empregos com carteira que favoreciam estruturalmente a barganha de uma alta remuneração e a criação de outros, que embora também com carteira, não reúnem aquelas condições estruturais. O paradigma disto é o emprego industrial. Os empregos industriais formais que foram criados após a recessão do início dos anos oitenta não tiveram a mesma natureza daqueles eliminados neste período, já que ocorreu uma redução definitiva da participação dos empregos das categorias profissionais metalúrgicas e um aumento dos empregos

nas chamadas indústrias de bens de consumo não duráveis, notadamente vestuário e calçados, produtos alimentares e bebidas. Finalmente, houve um crescimento expressivo do emprego público, mas com rebaixamento sensível no nível dos salários” (Baltar & Henrique, 1994:614).

Em síntese, os autores consideram que, ao lado do setor público, houve uma expansão da dimensão ocupacional do setor informal como uma forma de ajustamento do mercado de trabalho frente à crise e estagnação dos anos 80. Em outro trabalho, Baltar *et alii* (1993:13) chamam a atenção para que este cenário não seja considerado “como uma alternativa que viabilize de forma permanente e suficiente a convivência da sociedade com o fenômeno do baixo crescimento do nível de emprego, num país que carece de um sistema amplo e adequado de proteção social”.

A crise contemporânea, portanto, aprofundou o problema da falta de emprego urbano no Brasil. No estudo de suas manifestações, entretanto, vale a pena insistir na necessidade de distinguir as várias formas que elas assumem. De um lado, o trabalho assalariado que foge das regulamentações, especialmente nas pequenas empresas sem um mínimo de organização e no trabalho doméstico remunerado e do outro o trabalho por conta própria de baixa remuneração.

Na crise há um reforço desses dois tipos de manifestação da falta de emprego formal, além do próprio aumento do desemprego aberto, mas o peso relativo dessas diferentes manifestações varia muito conforme o tamanho do mercado de trabalho formal e o dinamismo econômico global. Esta dissertação pretende contribuir para o exame dessa diversidade de manifestações do problema da falta de emprego formal através de uma análise do tipo *cross section* que compara, num dado momento do tempo, duas regiões com mercado de trabalho formal e dinamismo econômico global muito diferentes como são o estado de São Paulo e a região Nordeste do Brasil.

CAPÍTULO 2

SÃO PAULO E NORDESTE: PADRÕES DE INCORPORAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS EM MERCADOS DE TRABALHO COM DIFERENTES DINAMISMOS

O objetivo deste capítulo é comparar as diferentes formas de incorporação da força de trabalho urbana pelos mercados de trabalho de São Paulo e do Nordeste. Pretende-se destacar as principais diferenças de estrutura ocupacional naquelas duas regiões, como resultado da diversidade entre elas de dinamismo do mercado de trabalho. De um lado, o estado mais desenvolvido do país e, de outro, a região mais pobre e o mercado de trabalho mais precário. Os dados se referem ao ano de 1988 para as duas regiões estudadas.

A principal manifestação das diferenças de padrão de uso do trabalho urbano nas duas regiões é o grau de formalidade do mercado de trabalho. Assim é que em São Paulo 67,0% das pessoas ocupadas fora da agricultura são empregadas formais, isto é, trabalham em estabelecimentos com um mínimo de organização jurídico-institucional, o que imprime características particulares ao vínculo empregatício. O emprego fora desses estabelecimentos, por sua vez, não ultrapassa 12,4% do total da ocupação não agrícola do estado de São Paulo. Ou seja, neste estado cerca de 80,0% de todos os ocupados não agrícolas são trabalhadores assalariados e destes assalariados 84,4% têm emprego formal e 15,6% têm emprego informal.

Na região Nordeste, o trabalho assalariado também é predominante na estrutura da ocupação não agrícola, abrangendo 68,7% dos ocupados. Não obstante, a composição dos assalariados não agrícolas em função da formalidade do emprego é bastante diferente da verificada em São Paulo, pois o emprego formal abrange 59,0% de todos os assalariados fora da agricultura. Portanto, 41,0% dos assalariados não agrícolas do Nordeste são empregados por famílias ou por estabelecimentos que não têm um mínimo de organização, tendo então uma inserção precária no trabalho assalariado.

Acrescente-se a essa maior precariedade da inserção no trabalho assalariado, o fato de que 23,0% da força de trabalho não agrícola da região Nordeste está configurada como trabalhadores por

conta própria e pequenos negociantes de baixa renda que ganham menos de dois salários mínimos junto com trabalhadores membros da família sem remuneração. Em São Paulo, essas mesmas ocupações de baixa renda envolvem 6,5% dos trabalhadores não agrícolas. Os trabalhadores por conta própria e os donos de pequenos negócios que ganham mais de dois salários mínimos têm, em São Paulo, uma participação de quase 14,0% na força de trabalho não agrícola, enquanto no Nordeste ela equivale apenas a 8,0%.

A faixa etária das pessoas, que são absorvidas por cada uma das categorias utilizadas para descrever as estruturas da ocupação não agrícola, é muito diferente e isto ocorre nas duas regiões. (ver Tabelas 2.1 e 2.2) Assim, tanto no Nordeste quanto em São Paulo, a maior parte dos empregados formais têm de 18 a 49 anos e poucos são os que têm menos de 18 anos e mais de 50 anos. Em São Paulo, tanto quanto no Nordeste, os empregados informais são mais jovens, tendo menos de 24 anos de idade (60,9% em São Paulo e 62,6% no Nordeste). Os não assalariados, pelo contrário, têm idade superior, notadamente os de maior remuneração, entre os quais somente cerca de 20,0% têm menos de 30 anos de idade, sendo que mais de 20,0% têm acima de 50 anos e isto ocorre nas duas regiões.

Quando se observa o padrão de absorção de mão-de-obra segundo faixa etária, nota-se que mesmo em São Paulo, onde o mercado de trabalho é caracterizado por um maior grau de formalização do emprego, os jovens com menos de 14 anos ingressam no mercado de trabalho como empregados informais. Isto tem a ver com o fato da legislação trabalhista proibir o emprego de menores de 14 anos. Na faixa etária subsequente, que abrange jovens de 15 a 17 anos, mais da metade dos ocupados ou 55,4% são incorporados como empregados formais, sendo que 40,2% são empregados de modo informal. Em São Paulo, portanto, a fração deste contingente de jovens trabalhadores absorvida em trabalhos autônomos é insignificante. (ver Tabela 2.3)

O emprego formal é predominante em São Paulo, nas faixas etárias de 18 a 49 anos, embora não sejam desprezíveis nem o emprego informal, nem a ocupação não assalariada, especialmente a que proporciona rendimento de mais de dois salários mínimos. A partir dos 30 anos de idade, a ocupação não assalariada ganha crescente expressão como forma de absorção das pessoas na atividade econômica, destacando-se novamente as que permitem razoável ou alta remuneração.

Deste modo, à medida que a idade avança tende a declinar gradativamente o peso do emprego formal e aumentar a participação tanto de não assalariados de alta renda quanto a de empregados informais e de não assalariados de baixa renda. Essas duas mudanças no perfil ocupacional das pessoas com o avanço da idade é uma das características do mercado de trabalho em São Paulo. Uma parcela dos empregados formais tem oportunidade de acumular uma experiência de trabalho que lhes permitem, depois de certa idade, montar um negócio próprio, auferindo elevada remuneração. Outra parcela de empregados formais não tem esse privilégio e encontra, com o aumento da idade, crescentes dificuldades para continuar disputando um emprego formal, principalmente aqueles que são submetidos à elevada rotatividade no emprego, característica do mercado de trabalho formal no Brasil. Esses ex-empregados formais são obrigados a aceitar empregos informais e (ou) tentar negócios próprios sem grandes chances de obter adequada remuneração. Isto não é particularidade do Brasil e ocorre nas suas mais diversas regiões, tanto em São Paulo como no Nordeste. A diferença é que, como se verá a seguir, o emprego formal é maior em São Paulo, bem como as oportunidades de obtenção de alta renda com o trabalho por conta própria.

Na região Nordeste, embora com números relativos bem diferentes, as tendências de mudança com a idade dos padrões de uso da força de trabalho são semelhantes às verificadas no estado de São Paulo, tanto para empregados formais, quanto para os não assalariados de alta renda. Vale dizer, a importância do emprego formal na ocupação das pessoas aumenta com a idade de 29 anos e depois começa gradativamente a declinar enquanto aumenta a importância de outras formas de ocupação. Já com os não assalariados de alta renda ocorre o contrário, sua participação na absorção das pessoas é significativa apenas para os que têm acima de 25 anos, sendo que em São Paulo, mas não tanto no Nordeste, ela tende a aumentar com a idade. As diferenças mais marcantes entre o Nordeste e São Paulo residem, entretanto, na participação muito maior do emprego informal e da ocupação não assalariada de baixa renda. Chama a atenção principalmente a alta participação no Nordeste das ocupações não assalariadas de baixa renda, na absorção das pessoas com mais de 30 anos, superando, neste particular, o emprego informal.

A iniciação do jovem no mercado de trabalho do Nordeste é diferente da verificada em São Paulo. O menor de até 14 anos também começa a trabalhar no Nordeste com um emprego informal porém é mais expressiva a presença de ocupados não assalariados de baixa renda nesta faixa de idade. Mesmo entre os de 15 a 17 anos, só uma parcela ínfima tem acesso ao emprego formal no Nordeste e a maioria é empregado informal ou em menor proporção, não assalariado de baixa renda.

Das pessoas que têm idade de maior participação na atividade econômica pouco mais da metade consegue um emprego formal no Nordeste, sendo que essa proporção no estado de São Paulo atinge aproximadamente três quartos. Ou seja, mesmo entre as pessoas na força da idade pesa bastante no Nordeste o emprego informal e principalmente as ocupações não assalariadas de baixa renda.

Finalmente, o perfil ocupacional das pessoas com idade mais avançada para o trabalho também difere bastante entre o Nordeste e São Paulo. Na região cujo mercado de trabalho tem menor dinamismo são menores as participações do emprego formal e dos negócios que proporcionam alto rendimento, destacando-se principalmente as ocupações não assalariadas de baixa renda.

Em suma, as diferenças entre o Nordeste e São Paulo, quanto ao padrão de uso dos trabalhadores de diferentes faixas etárias, indicam claramente o menor dinamismo econômico e tamanho do mercado de trabalho não agrícola do Nordeste, manifestado basicamente na menor capacidade de geração de emprego formal e nas mesmas oportunidades para obtenção de alta renda no trabalho por conta própria. É a carência de empregos formais que obriga os jovens, ou mesmo os trabalhadores adultos do Nordeste, a permanecer desempregados ou a ter de se submeter a um emprego informal e (ou) principalmente a aproveitar qualquer oportunidade de ocupação, realizando trabalhos por conta própria que proporcionam uma baixa remuneração. Em São Paulo, pelo contrário, a maior geração de empregos formais abre maiores oportunidades para o trabalhador maduro ou mesmo para o jovem que tem a idade mínima fixada por lei para trabalhar. O maior vigor do mercado de trabalho em São Paulo, por sua vez, não somente prepara maior número de pessoas para tentar montar seus próprios negócios, como, ao fazer parte de uma situação econômica mais favorável, proporciona também mais oportunidades de “lucros” nesses pequenos negócios. Não

obstante, mesmo em São Paulo, o mercado de trabalho não se caracteriza por escassez de mão-de-obra. Uma manifestação clara nesse sentido são as elevadas taxas de rotatividade no emprego formal, verificadas principalmente para a mão-de-obra com menor nível de instrução. A rotatividade dessa mão-de-obra é maior em São Paulo do que no Nordeste, expressando não somente as maiores possibilidades de emprego alternativo para os trabalhadores mas também e principalmente a facilidade com que eles podem ser substituídos pelas empresas, impedindo que acumulem e adquiram os direitos associados ao tempo de serviço, o que decorre da presença de abundante mão-de-obra não qualificada.

Tabela 2.1 - Distribuição por faixas etárias das pessoas ocupadas em atividades não agrícolas classificadas por posição na ocupação no estado de São Paulo em 1988

Faixa Etária	Emprego Formal		Emprego Informal		Não empregado sem remuneração ou com rendimento inferior a 2,0 sm		Não empregado com rendimento de 2,0 ou mais sm		Não empregado com remuneração não especificada		Pessoal Ocupado	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
de 10 a 14 anos	46.640	0,6	202.803	13,7	18.722	2,4	-	-	-	-	268.165	2,3
de 15 a 17 anos	387.210	4,9	281.115	19,2	24.451	3,2	6.105	0,4	-	-	698.881	5,9
de 18 a 24 anos	1.964.274	24,8	410.600	28,0	75.100	9,8	92.979	5,7	1.690	3,8	2.544.643	21,5
de 25 a 29 anos	1.425.531	17,9	49.844	3,4	72.945	9,5	217.120	13,4	3.507	8,0	1.768.947	14,9
de 30 a 39 anos	2.227.630	28,0	166.917	11,4	208.310	27,3	577.764	35,5	11.554	26,2	3.192.175	26,9
de 40 a 49 anos	1.227.942	15,4	147.757	10,1	153.777	20,1	388.136	23,9	11.427	26,0	1.929.039	16,3
50 anos ou mais	669.455	8,4	208.146	14,2	211.887	27,7	342.935	21,1	15.842	36,0	1.448.465	12,2
TOTAL	7.948.682	100,0	1.467.182	100,0	765.192	100,0	1.625.039	100,0	44.020	100,0	11.850.115	100,0

Fonte: RAIS, 1988; IBGE: PNAD, 1988, Censo Demográfico 1980 e 1991. Tabulação Especial
(Ver Anexo Metodológico)

Tabela 2.2 - Distribuição por faixas etárias das pessoas ocupadas em atividades não agrícolas classificadas por posição na ocupação no Nordeste em 1988

Faixa Etária	Emprego Formal		Emprego Informal		Não empregado sem remuneração ou com rendimento inferior a 2,0 sm		Não empregado com rendimento de 2,0 ou mais sm		Não empregado com remuneração não especificada		Pessoal Ocupado	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
de 10 a 14 anos	4.357	0,1	223.342	8,8	128.256	6,2	1.530	0,2	-	-	357.485	4,0
de 15 a 17 anos	37.289	1,0	415.261	16,3	110.367	5,3	5.595	0,8	1.325	4,8	569.837	6,3
de 18 a 24 anos	704.279	19,2	956.430	37,5	307.997	14,8	73.248	10,1	4.508	16,4	2.046.462	22,6
de 25 a 29 anos	712.319	19,5	298.747	11,7	215.696	10,4	84.771	11,7	1.789	6,5	1.313.322	14,5
de 30 a 39 anos	1.154.722	31,5	305.480	12,0	474.375	22,7	222.773	30,7	6.328	23,1	2.163.678	23,9
de 40 a 49 anos	666.885	18,2	185.695	7,3	404.550	19,5	190.177	26,3	7.434	27,1	1.454.741	16,1
50 anos ou mais	385.627	10,5	163.097	6,4	438.456	21,1	146.317	20,2	6.068	22,1	1.139.565	12,6
TOTAL	3.665.478	100,0	2.548.052	100,0	2.079.697	100,0	724.411	100,0	27.452	100,0	9.045.090	100,0

Fonte: RAIS, 1988; IBGE: PNAD, 1988, Censo Demográfico 1980 e 1991. Tabulação Especial
(Ver Anexo Metodológico)

Tabela 2.3 - Distribuição por Posição na Ocupação das pessoas ocupadas em Atividades não Agrícolas classificadas por Faixas Etárias no Estado de São Paulo em 1988

(em %)

Faixa Etária	Emprego Formal	Emprego Informal	Não empregado sem remuneração ou com rendimento inferior a 2,0 sm	Não empregado com rendimento de 2,0 ou mais sm	Não empregado com remuneração não especificada	Pessoal Ocupado
de 10 a 14 anos	17,4	75,6	7,0	-	-	100,0
de 15 a 17 anos	55,4	40,2	3,5	0,9	-	100,0
de 18 a 24 anos	77,2	16,1	3,0	3,7	0,1	100,0
de 25 a 29 anos	80,6	2,8	4,1	12,3	0,2	100,0
de 30 a 39 anos	69,8	5,2	6,5	18,1	0,4	100,0
de 40 a 49 anos	63,7	7,7	8,0	20,0	0,6	100,0
50 anos ou mais	46,2	14,4	14,6	23,7	1,1	100,0
TOTAL	67,0	12,4	6,5	13,7	0,4	100,0

Fonte: RAIS, 1988; IBGE: PNAD, 1988, Censo Demográfico 1980 e 1991. Tabulação Especial
(Ver Anexo Metodológico)

Tabela 2.4 - Distribuição por Posição na Ocupação das pessoas ocupadas em Atividades não Agrícolas classificadas por Faixas Etárias no Nordeste em 1988

(em %)

Faixa Etária	Emprego Formal	Emprego Informal	Não empregado sem remuneração ou com rendimento inferior a 2,0 sm	Não empregado com rendimento de 2,0 ou mais sm	Não empregado com remuneração não especificada	Pessoal Ocupado
de 10 a 14 anos	1,2	62,5	35,9	0,4	0,0	100,0
de 15 a 17 anos	6,5	72,9	19,4	1,0	0,2	100,0
de 18 a 24 anos	34,4	46,7	15,1	3,6	0,2	100,0
de 25 a 29 anos	54,2	22,8	16,4	6,5	0,1	100,0
de 30 a 39 anos	53,4	14,8	21,9	10,3	0,3	100,0
de 40 a 49 anos	45,8	12,8	27,8	13,1	0,5	100,0
50 anos ou mais	33,9	14,3	38,5	12,8	0,5	100,0
TOTAL	40,5	28,2	23,0	8,0	0,3	100,0

Fonte: RAIS, 1988; IBGE: PNAD, 1988, Censo Demográfico 1980 e 1991. Tabulação Especial
(Ver Anexo Metodológico)

Efetivamente os dados da Tabela 2.5 mostram de fato que, comparativamente ao estoque médio de empregados, os fluxos de contratação e dispensa são maiores entre os empregados formais não agrícolas de São Paulo do que entre os do Nordeste. Assim, em 1988, ano em que o emprego formal aumentou ligeiramente em São Paulo e no Nordeste, como indicam as cifras maiores de admissão que de desligamentos, os estabelecimentos de São Paulo dispensaram mensalmente o equivalente a 4,6% do emprego médio, enquanto que no Nordeste essa proporção atingiu somente 2,8%.

Na duas regiões, a taxa de desligamento é tanto maior quanto menor for o grau de instrução dos empregados, mas no Nordeste essa proporção é menor que em São Paulo para todos os graus de instrução. Deste modo, a maior capacidade do estado de São Paulo para gerar emprego formal é acompanhada de uma maior rotatividade neste emprego. Esse fato é confirmado pela proporção de empregados formais que deixaram os estabelecimentos ao longo de 1988. Essa proporção também é tanto maior quanto menor o nível de instrução dos empregados e para cada um deles é menor no Nordeste do que em São Paulo. Para o total de empregados formais do estado de São Paulo, pouco menos de um terço deixaram os estabelecimentos ao longo do ano de 1988, enquanto que no Nordeste essa proporção é de apenas um quinto.

Deste modo, São Paulo tem maior capacidade de geração de emprego formal, mas a rotatividade da mão-de-obra nesse emprego é maior, com o que a cada momento, maior fração de pessoas estão transitando de um emprego formal para outro. Enquanto for mantido o elevado ritmo de geração de emprego formal em São Paulo as pessoas afetadas pela transitoriedade e instabilidade dos vínculos de emprego formal - especialmente o caso dos adultos mais plenamente inseridos no mercado de trabalho - encontrarão rapidamente alternativa no próprio emprego formal, padecendo quando muito de um curto período de desemprego, inatividade forçada, ou submissão a outro tipo de ocupação, seja emprego informal ou ocupação não assalariada de baixo rendimento.

Tabela 2.5 - Rotatividade no Emprego não agrícola no Estado de São Paulo e Nordeste em 1988

Nível de Instrução	São Paulo								Nordeste							
	Admissões Mensais		Desligamentos Mensais		Emprego Médio		Taxa de Rotatividade (1)	Taxa de Perda de Empregados (2)	Admissões Mensais		Desligamentos Mensais		Emprego Médio		Taxa de Rotatividade (1)	Taxa de Perda de Empregados (2)
	N	%	N	%	N	%	(%)	(%)	N	%	N	%	N	%	(%)	(%)
Analfabeto	12.550	3,2	11.981	3,4	194.060	2,6	6,2	35,2	11.440	9,9	9.343	9,2	253.612	7,0	3,7	24,4
4a. série incompleta	76.087	19,6	72.853	20,8	942.519	12,5	7,7	39,4	33.371	28,7	30.981	30,7	568.086	15,8	5,5	32,0
4a. série completa	96.849	25,0	91.929	26,2	1.699.481	22,5	5,4	34,4	18.065	15,6	16.689	16,5	467.873	13,0	3,6	24,9
8a. série incompleta	74.569	19,3	66.634	19,0	1.274.873	16,9	5,2	35,6	13.875	11,9	11.906	11,8	354.969	9,8	3,4	25,7
8a. série completa	45.919	11,9	39.926	11,4	920.274	12,2	4,3	31,4	11.454	9,9	9.463	9,3	410.830	11,4	2,3	18,3
2o. grau incompleto	25.643	6,6	22.358	6,4	574.361	7,5	3,9	30,8	7.318	6,3	5.953	5,8	246.061	6,8	2,4	20,5
2o. grau completo	27.968	7,2	22.591	6,4	858.627	11,3	2,6	21,8	13.924	12,0	11.015	10,9	782.241	21,7	1,4	12,4
superior incompleto	9.179	2,4	7.789	2,2	307.604	4,0	2,5	22,2	1.768	1,5	1.533	1,5	104.833	2,9	1,5	13,6
superior completo	14.500	3,7	11.205	3,2	702.991	9,3	1,6	14,9	3.014	2,6	2.455	2,4	314.980	8,7	0,8	7,7
não declarado	4.056	1,1	3.674	1,0	87.79	1,2	4,2	26,1	1.842	1,6	1.902	1,9	103.861	2,9	1,8	16,8
TOTAL	387.320	100,0	350.940	100,0	7.562.584	100,0	4,6	30,8	116.071	100,0	101.240	100,0	3.607.346	100,0	2,8	20,2

Fonte: RAIS, 1988

(1) Relação entre o menor valor de admitidos ou desligados e o estoque médio de emprego

(2) Proporção de empregados em 1º de janeiro que não encontravam-se no mesmo estabelecimento em 31 de dezembro

De fato, como mostram os dados da Tabela 2.6, em São Paulo, por um lado a taxa de desligamento do emprego formal é maior que a do Nordeste e por outro, o número de pessoas envolvidas no emprego formal é bem maior comparativamente aos desempregados, ao emprego informal e aos não assalariados de baixa remuneração. Ou seja, o emprego formal em São Paulo será a principal referência para as pessoas que são habitualmente desligadas deste emprego, enquanto que no Nordeste o número de empregados formais é bem menor, enquanto são maiores os números dos desempregados, empregados informais e não assalariados de baixa renda. Entretanto uma redução significativa do nível de emprego formal, em São Paulo mais do que no Nordeste, deve provocar sensível aumento seja no desemprego, seja no emprego informal e (ou) nas ocupações não assalariadas de baixa renda.

A taxa de desemprego aberta não expressa cabalmente a dimensão do problema da falta de emprego. Assim, em São Paulo somente 4,5% da PEA está completamente sem ocupação e procuram trabalho, mas 11,8% têm emprego informal e 6,2% têm ocupação não assalariada de baixa remuneração. No Nordeste, a situação é ainda mais gritante porque somente 6,2% da PEA está desempregada mas 26,4% têm emprego informal e 21,6% têm ocupação não assalariada de baixa renda. A soma dos desempregados e empregados informais e não assalariados de baixa remuneração, como indicando o problema da falta de emprego, atingiria 22,5% da PEA em São Paulo e 54,2% no Nordeste. Números bem mais expressivos dos que da taxa de desemprego e com uma diferença mais marcante entre São Paulo e Nordeste.

Tabela 2.6 - População Economicamente Ativa, Desemprego, Emprego Informal, Não Assalariados de Baixa Renda, e Não Assalariados com remuneração não especificada e Desligamentos do Emprego Formal no Estado de São Paulo e Nordeste em Setembro de 1988

Variáveis	São Paulo (%)	Nordeste (%)
PEA Não Agrícola	100,0	100,0
Desemprego	4,5	6,2
Emprego Informal	11,8	26,4
Não Assalariados de Baixa Renda	6,2	21,6
Emprego Formal	64,1	38,0
Não Assalariados de Alta Renda	13,1	7,5
Não Assalariados com remuneração não especificada	0,3	0,3
Desligados do Emprego Formal em Setembro de 1988	370.763	115.600
Taxa de Rotatividade	4,7	3,2

Fonte: RAIS, 1988; IBGE: PNAD, 1988. Tabulação Especial

Os dados das Tabelas 2.7 e 2.8 mostram a classificação das pessoas ativas por faixas etárias. O desemprego aberto é maior entre os mais jovens, porém mesmo neste caso, subestima bastante a dimensão do problema da falta de emprego, porque as cifras do emprego informal são muito maiores do que as dos desempregados, tanto para São Paulo quanto para o Nordeste. No caso do Nordeste, o que chama a atenção, entretanto, são as cifras para os não assalariados de baixa renda, principalmente as pessoas adultas que chegam a superar em maior medida que em São Paulo o número de empregados informais. O emprego informal tem um peso maior no problema ocupacional do jovem, enquanto a ocupação não assalariada de baixa renda pesa mais no emprego do trabalhador adulto. Os números, entretanto, são bem maiores no caso do Nordeste do que em São Paulo. Assim, metade das pessoas ativas de 15 a 17 anos não encontra emprego formal ou ocupação assalariada de alta renda em São Paulo, enquanto essa proporção no caso do Nordeste é de 93,0%. Essa proporção declina com a idade, de modo que entre as pessoas ativas de 30 a 39 anos, 13,8% em São Paulo e 38,4% no Nordeste está desempregado ou tem emprego informal ou ocupação não assalariada de baixa renda e essa proporção aumenta respectivamente a partir dessa faixa etária, atingindo 31,1% em São Paulo e 53,4% no Nordeste para as pessoas com mais de 50 anos de idade.

Finalmente, a Tabela 2.9 mostra, para São Paulo e Nordeste, a composição do problema da falta de emprego através da participação relativa dos desempregados, empregados informais e não assalariados de baixa renda, por faixa etária. Nota-se para o Nordeste um maior peso dos não assalariados de baixo rendimento entre o total de pessoas ativas que não têm emprego formal ou uma ocupação não assalariada de alto rendimento. A elevada participação dos não assalariados de baixa renda no total do problema da falta de emprego é particularmente marcante para pessoas ativas com mais de 30 anos de idade.

Tabela 2.7- Desemprego, Emprego Informal e Não Assalariados de Baixa Renda comparativamente à População Economicamente Ativa Não agrícola (PEA) no Estado de São Paulo em 1988

Faixa Etária	(A) PEA Não agrícola de 1988 N	(B) Desemprego Estimado de 1988 N	(C) Taxa de Desemprego da PEA Não agrícola (%)	(D) Emprego Informal N	(E) Proporção do Emprego Informal s/a PEA Não agrícola (%)	(F) (C + E) (%)	(G) Não Assalariados de baixa renda N	(H) Proporção dos Não Assalariados de baixa renda s/a PEA Não agrícola (%)	(I) (C + E + H) (%)
de 10 a 14 anos	300.314	32.149	10,7	202.803	67,5	78,2	18.722	6,2	84,4
de 15 a 17 anos	787.199	88.318	11,2	281.115	35,7	46,9	24.451	3,1	50,0
de 18 a 24 anos	2.747.060	202.417	7,4	410.600	14,9	22,3	75.100	2,7	25,0
de 25 a 29 anos	1.865.284	96.337	5,2	49.844	2,7	7,9	72.945	3,9	11,8
de 30 a 39 anos	3.268.066	75.891	2,3	166.917	5,1	7,4	208.310	6,4	13,8
de 40 a 49 anos	1.965.450	36.411	1,9	147.757	7,5	9,4	153.777	7,8	17,2
50 anos ou mais	1.471.679	23.414	1,6	208.146	14,1	15,7	211.887	14,4	30,1
TOTAL	12.405.052	554.937	4,5	1.467.182	11,8	16,3	765.192	6,2	22,5

Fonte: IBGE: PNAD, 1988. Tabulação Especial

Tabela 2.8- Desemprego, Emprego Informal e Não Assalariados de Baixa Renda comparativamente à População Economicamente Ativa Não agrícola (PEA) no Nordeste em 1988

Faixa Etária	(A) PEA Não agrícola de 1988 N	(B) Desemprego Estimado de 1988 N	(C) Taxa de Desemprego da PEA Não agrícola (%)	(D) Emprego Informal N	(E) Proporção do Emprego Informal s/a PEA Não agrícola (%)	(F) (C + E) (%)	(G) Não Assalariados de baixa renda N	(H) Proporção dos Não Assalariados de baixa renda s/a PEA Não agrícola (%)	(I) (C + E + H) (%)
de 10 a 14 anos	382.056	24.571	6,4	223.342	58,5	64,9	128.256	33,6	98,5
de 15 a 17 anos	638.571	68.734	10,8	415.261	65,0	75,8	110.367	17,3	93,1
de 18 a 24 anos	2.310.779	264.317	11,4	956.430	41,4	52,8	307.997	13,3	66,1
de 25 a 29 anos	1.420.232	106.910	7,5	298.747	21,0	28,5	215.696	15,2	43,7
de 30 a 39 anos	2.247.462	83.784	3,7	305.480	13,6	17,3	474.375	21,1	38,4
de 40 a 49 anos	1.487.409	32.668	2,2	185.695	12,5	14,7	404.550	27,2	41,9
50 anos ou mais	1.156.286	16.721	1,4	163.097	14,1	15,5	438.456	37,9	53,4
TOTAL	9.642.795	597.705	6,2	2.548.052	26,4	32,6	2.079.697	21,6	54,2

Fonte: IBGE: PNAD, 1988. Tabulação Especial

Tabela 2.9 - Participação Relativa do Desemprego, Emprego Informal e Não Assalariados de Baixa Renda segundo Faixas Etárias no Estado de São Paulo e no Nordeste em 1988

Variáveis	São Paulo							Nordeste						
	de 10 a 14 anos	de 15 a 17 anos	de 18 a 24 anos	de 25 a 29 anos	de 30 a 39 anos	de 40 a 49 anos	50 anos ou mais	de 10 a 14 anos	de 15 a 17 anos	de 18 a 24 anos	de 25 a 29 anos	de 30 a 39 anos	de 40 a 49 anos	50 anos ou mais
Desemprego	12,7	22,4	29,6	44,1	16,7	11,0	5,3	6,5	11,6	17,2	17,2	9,6	5,2	2,6
Emprego Informal	80,0	71,4	59,6	22,9	37,0	43,6	46,8	59,4	69,9	62,7	48,1	35,4	29,8	26,4
Não Assalariados de Baixa Renda	7,3	6,2	10,8	33,0	46,3	45,4	47,8	34,1	18,5	20,1	34,7	55,0	65,0	71,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE: PNAD, 1988. Tabulação Especial

Em outras palavras, o dinamismo do mercado de trabalho em São Paulo transparece no intenso ritmo em que são gerados os empregos formais. Esses empregos, entretanto, não proporcionam estabilidade de vínculo com o empregador. Ao contrário, são muito intensos os fluxos de dispensa que ocorrem em simultâneo às contratações. Não obstante, o dinamismo com que são gerados os empregos formais é tão intenso na economia não agrícola de São Paulo, que principalmente os adultos, podem ter uma inserção plena no mercado de trabalho através do emprego formal, mediante uma troca constante de empregos formais. Essa situação é mais difícil de ser lograda no caso do jovem que tenta entrar no mercado de trabalho e no das pessoas que, por sua idade mais elevada, encontram problemas para continuar transitando de um emprego formal a outro. Portanto, muitos terminam estacionando no emprego informal ou na ocupação não assalariada de baixo rendimento. A situação do emprego em São Paulo, entretanto, pode ser agravada quando diminuir o ritmo de geração de empregos formais, tal como ocorreu no começo da década de noventa.

CAPÍTULO 3

TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO EM 1988

3.1 Introdução

O objetivo deste capítulo é estudar os trabalhadores por conta própria no estado de São Paulo em 1988, qualificando-os segundo características tais como: sexo, idade, grau de instrução, nível de renda e setor de atividade econômica.

O capítulo começa com uma caracterização geral dos trabalhadores por conta própria que coloca dúvidas sobre a validade, para o estado de São Paulo, da idéia bastante difundida de que eles seriam expressão das principais manifestações da existência de um excedente estrutural de mão-de-obra.

O segundo item pretende mostrar que, no estado de São Paulo, os trabalhadores de alta renda mais freqüentes não são os profissionais liberais, mas sim os dedicados a pequenos negócios, que em grande medida têm baixo grau de instrução. Assim, no estado que concentra uma grande parcela da economia brasileira e que tem uma parte expressiva da população de alta renda do país, não basta excluir dos trabalhadores por conta própria os profissionais liberais para isolar os trabalhadores por conta própria de nível de renda relativamente baixo que seriam, supostamente, a verdadeira expressão do excedente estrutural de mão-de-obra.

O terceiro item examina, detalhadamente, o perfil dos trabalhadores por conta própria de baixo nível de renda e sugere que se trata de situações mais particulares como a de mulheres dedicadas à prestação de Serviços Pessoais e Domiciliares e de homens em idade de maior participação na atividade econômica ocupados na Indústria da Construção Civil e prestação de Serviços de Reparação e Conservação, bem como idosos que estão menos concentrados no trabalho duro da Indústria da Construção Civil e dos Serviços de Reparação e Conservação e mais dispersos nas atividades dos setores de Comércio de Mercadorias, na prestação de Serviços Pessoais e Domiciliares, Transporte e Comunicação e na própria Indústria de Transformação. Deste modo, o

perfil do trabalhador por conta própria de remuneração muito baixa põe em dúvida a idéia de que sua baixa renda seja expressão da existência de um excedente geral de mão-de-obra.

3.2 Caracterização geral dos trabalhadores por conta própria

Os dados da Tabela 3.2.1 mostram que do total de trabalhadores por conta própria, a participação masculina manifesta-se de forma majoritária (61,9%), contra a menor representação da mulher autônoma (38,1%).

Uma evidência fundamental, desde logo, deve ser destacada: mais de um terço dos trabalhadores por conta própria ganham menos de dois salários mínimos. Ademais, desse contingente de trabalhadores de baixa renda, 66,7% são mulheres, contra 33,3% de participação masculina. Vale a pena ressaltar que a participação da mulher entre os conta própria de baixa renda é então quase o dobro da sua participação no total de trabalhadores por conta própria. Na verdade, 77,0% das mulheres conta própria têm renda inferior a três salários mínimos. Essa proporção no caso dos homens é de 37,8%.

Outro ponto a ser destacado é que a participação masculina é tanto maior quanto maior a faixa de renda considerada. As mulheres somente são maioria na faixa de menor nível de remuneração. Assim, nas duas faixas de maior nível de renda, que congrega 30,6% dos trabalhadores por conta própria que ganham mais de cinco salários mínimos, a proporção de homens atinge 83,9%.

Por conseguinte, resta a conclusão de que os homens têm uma participação desproporcional entre os conta própria de maior nível de renda, ocorrendo o contrário com as mulheres que têm um peso desproporcional entre os conta própria de baixa renda.

Essa conclusão deve ser qualificada com a observação de que a super-representação das mulheres entre os conta própria de baixa renda deve-se, em grande medida, ao trabalho doméstico autônomo remunerado.

Tabela 3.2.1 - Distribuição dos trabalhadores por conta própria segundo sexo e estrato de renda no estado de São Paulo em 1988

Estrato de Renda	Homem	Mulher	TOTAL	Proporção de homens
	%	%	%	%
menos de 2,0 sm	19,0	61,9	35,4	33,3
de 2,0 a 3,0 sm	18,7	15,1	17,3	66,9
de 3,0 a 5,0 sm	19,5	9,1	15,6	77,7
de 5,0 a 10 sm	23,8	6,1	17,0	86,4
mais de 10,0 sm	17,8	6,8	13,6	80,8
s/rem./ignorado	1,2	1,0	1,1	66,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	61,9

Fonte: IBGE: PNAD, 1988. Tabulação Especial

A seqüência da análise visa mostrar em que setores da atividade econômica estão inseridos os conta própria masculinos e femininos. As Tabelas 3.2.2 e 3.2.3 proporcionam uma visão genérica desta inserção dos autônomos, considerado o nível de renda.

Os principais setores responsáveis pelo trabalho por conta própria de homens são: Indústria da Construção Civil (24,1%), Comércio de Mercadorias (21,7%), Serviços de Reparação e Conservação (12,7%), Serviços Técnicos e Auxiliares à Atividade Econômica (11,3%) e Transporte e Comunicação (10,0%).

Do ponto de vista do nível de renda auferida, a Indústria da Construção Civil e a prestação de Serviços de Reparação e Conservação responde por parcela substancial dos conta própria dos estratos de renda de nível baixo e intermediário.

Já os setores de Atividades Sociais e prestação de Serviços Técnicos e Auxiliares à Atividade Econômica, têm peso desproporcional na absorção dos conta própria masculinos de nível de renda mais elevado. Finalmente, o setor de Comércio de Mercadorias responde por alta proporção do trabalho por conta própria de todos os estratos de renda.

As mulheres conta própria se inserem predominantemente no setor de prestação de Serviços Pessoais e Domiciliares, o que atinge uma participação da ordem de 58,9%. Em seguida, são também importantes absorvedores do trabalho autônomo feminino o setor de Comércio de Mercadorias (19,3%), os serviços de Atividades Sociais (8,4%) e Serviços de Alojamento e Alimentação (6,0%).

Do ponto de vista do nível de renda auferida pelas mulheres autônomas, o setor de Serviços Pessoais e Domiciliares destaca-se pela alta participação nos estratos de renda mais baixa. Contudo, esse setor é responsável também pela ocupação de uma fração mais importante da mulher conta própria de renda de nível intermediário. Neste estrato de renda intermediária, a prestação de Serviços de Alojamento e Alimentação tem também um peso importante. O setor de Comércio de Mercadorias, análogo ao que acontece para os conta própria masculinos, tem elevada participação em todos os estratos de renda. Finalmente, os Serviços Técnicos e Auxiliares à Atividade Econômica e as Atividades Sociais respondem por alta proporção das mulheres conta própria de renda intermediária e elevada.

Em resumo, comparando-se as Tabelas 3.2.2 e 3.2.3, pode-se concluir que os homens conta própria de mais baixa renda se ocupam, além do Comércio de Mercadorias, da Indústria da Construção Civil e Serviços de Reparação e Conservação, enquanto as mulheres autônomas estão majoritariamente empregadas em Serviços Pessoais e Domiciliares, além do Comércio de Mercadorias.

Já os homens e mulheres conta própria de alta renda se ocupam em Comércio de Mercadorias, Serviços Técnicos e Auxiliares à Atividade Econômica e Atividades Sociais, bem como Transporte e Comunicação, este último apenas no caso dos homens.

Tabela 3.2.2 - Distribuição dos trabalhadores por conta própria do sexo masculino classificada por estrato de renda segundo setor de atividade econômica no estado de São Paulo em 1988

Setor de Atividade	s/rem./ign.	menos de 2,0 sm	de 2,0 a 3,0 sm	de 3,0 a 5,0 sm	de 5,0 a 10,0 sm	mais de 10,0 sm	TOTAL
	%	%	%	%	%	%	%
Ind. de Transf.	6,5	7,0	4,3	4,5	4,7	1,7	4,5
Ind. de Constr.	6,5	32,2	39,0	36,6	11,6	3,7	24,1
Outs.Ativs. Indls.	-	-	-	-	-	-	-
Comércio	25,9	22,7	18,9	22,7	23,2	20,3	21,7
Ativ. Financ/Imob.	29,7	1,5	0,7	1,5	2,2	3,0	2,1
Transp/Comunic.	-	4,1	7,5	8,3	14,8	14,9	10,0
Serv. Aloj/Aliment.	-	2,3	5,1	4,4	7,2	4,2	4,7
Serv. Rep/Conserv.	12,0	11,9	14,0	12,3	15,8	8,7	12,7
Serv. Pes/Domicil.	-	11,8	4,7	2,3	8,2	1,7	5,8
Serv. Div/Tec/Aux.	12,9	5,2	5,4	6,6	11,1	29,2	11,3
Serv. Ativ. Sociais	6,5	0,8	-	0,8	0,9	12,6	2,8
Adm. Pública	-	-	-	-	0,3	-	0,1
Outras	-	0,4	0,4	-	-	-	0,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE: PNAD, 1988. Tabulação Especial

Tabela 3.2.3 - Distribuição dos trabalhadores por conta própria do sexo feminino classificada por estrato de renda segundo setor de atividade econômica no estado de São Paulo em 1988

Setor de Atividade	s/rem./ign.	menos de 2,0 sm	de 2,0 a 3,0 sm	de 3,0 a 5,0 sm	de 5,0 a 10,0 sm	mais de 10,0 sm	TOTAL
	%	%	%	%	%	%	%
Ind. de Transf.	-	1,1	4,2	-	2,1	-	1,4
Ind. de Constr.	-	-	-	-	-	-	-
Outs.Ativs. Indls.	-	0,2	-	-	-	-	0,1
Comércio	50,0	15,2	27,4	30,6	18,2	20,0	19,3
Ativ. Financ/Imob.	-	-	-	-	-	3,5	0,2
Transp/Comunic.	-	0,2	-	1,2	1,8	-	0,3
Serv. Aloj/Aliment.	37,0	4,2	8,2	7,1	16,1	1,9	6,0
Serv. Rep/Conserv.	-	0,4	0,8	-	-	1,9	0,5
Serv. Pes/Domicil.	13,0	73,2	48,8	45,0	26,6	5,4	58,9
Serv. Div/Tec/Aux.	-	1,7	2,3	4,1	16,1	31,6	4,9
Serv. Ativ. Sociais	-	3,8	8,3	11,9	19,1	35,7	8,4
Adm. Pública	-	-	-	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD, IBGE, 1988. Tabulação Especial

As Tabelas 3.2.4 e 3.2.5 mostram a distribuição dos conta própria masculinos e femininos segundo estratos de renda em cada uma das faixas etárias.

Os conta própria masculinos de maior nível de renda são os que têm a idade de maior participação na atividade econômica. Entre os mais jovens e principalmente os mais idosos é menor a fração dos conta própria de baixo nível de remuneração. Já no caso das mulheres é muito elevada a proporção das que estão no estrato de menor nível de renda em todas as faixas etárias.

Tabela 3.2.4 - Distribuição dos trabalhadores por conta própria do sexo masculino segundo faixas etárias e estrato de renda no estado de São Paulo em 1988

Estrato de Renda	de 10 a 29 anos	de 30 a 39 anos	de 40 a 49 anos	50 anos ou mais	TOTAL
	%	%	%	%	%
menos de 2,0 sm	17,5	14,0	12,1	31,5	19,0
de 2,0 a 3,0 sm	24,5	17,0	20,9	14,4	18,7
de 3,0 a 5,0 sm	23,2	18,4	21,1	16,8	19,5
de 5,0 a 10,0 sm	18,0	28,3	25,2	21,9	23,8
mais de 10,0 sm	15,0	21,8	19,2	14,0	17,8
sem rem./ignorado	1,8	0,5	1,5	1,4	1,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE: PNAD, 1988. Tabulação Especial

Tabela 3.2.5 - Distribuição dos trabalhadores por conta própria do sexo feminino segundo faixas etárias e estrato de renda no estado de São Paulo em 1988

Estrato de Renda	de 10 a 29 anos	de 30 a 39 anos	de 40 a 49 anos	50 anos ou mais	TOTAL
	%	%	%	%	%
menos de 2,0 sm	59,6	56,5	62,6	72,8	61,9
de 2,0 a 3,0 sm	18,8	15,9	15,3	9,2	15,1
de 3,0 a 5,0 sm	10,0	9,0	11,0	6,2	9,1
de 5,0 a 10,0 sm	7,0	6,7	3,9	6,8	6,1
mais de 10,0 sm	4,1	10,8	5,7	4,4	6,8
sem rem./ignorado	0,5	1,1	1,5	0,6	1,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE: PNAD, 1988. Tabulação Especial

3.3 Trabalhadores por conta própria de alta renda: profissionais liberais *versus* pequenos negociantes

O objetivo desse item é estudar quem são os trabalhadores por conta própria que obtiveram alta renda em 1988, entendendo por tal, um rendimento acima de dez salários mínimos, neste tipo de posição na ocupação.

Para a elaboração dessa análise partimos, inicialmente, de uma amostra de trabalhadores por conta própria, destacando-se os localizados naquele estrato de renda.

Nessa faixa de renda estão alocados 13,6% da amostra de trabalhadores por conta própria. Distribuídos em treze setores de atividade, ela representa um conjunto heterogêneo de situações que vão desde o empreiteiro de obras passando pelos profissionais liberais e atingindo uma série muito ampla de pequenos negociantes, desde que não contratem empregados.

O objetivo é verificar a importância relativa de dois amplos grupos de trabalhadores por conta própria de alta renda, de um lado, os profissionais liberais, e de outro, os pequenos negociantes. Os elementos do primeiro grupo foram identificados pelo fato de terem curso superior completo e trabalharem nos setores de Serviços Técnicos e Auxiliares à Atividade Econômica e de Atividades Sociais. O outro grupo é formado por todos os outros trabalhadores por conta própria de alta renda, independentemente do setor de atividade e (ou) grau de escolaridade. Além de compararmos o número de pessoas envolvidas nesses dois grupos de trabalhadores por conta própria de alta renda, serão contrastadas as características dessas pessoas, especialmente sexo e idade.

O primeiro grupo (Grupo A), então, é formado pelos trabalhadores por conta própria tais como: consultores, engenheiros, advogados, economistas, administradores, assistentes sociais, médicos, dentistas, veterinários e professores, que são em sua maioria agentes das áreas de saúde e educação, de apoio técnico às empresas e de serviços comunitários. Estão inseridos, portanto, em dois amplos setores de atividades, respectivamente: os de Serviços Técnicos e Auxiliares da Atividade Econômica e os de Atividades Sociais. Nos dois setores identificados, esses profissionais representam aproximadamente 33,0% do total dos trabalhadores por conta própria que ganham mais

de dez salários mínimos no estado de São Paulo. Os demais trabalhadores representam 67,0% do total da amostra e formam o Grupo B.

Essa metodologia permitiu mostrar, em primeiro lugar, que além dos profissionais liberais que obtêm alta renda trabalhando por conta própria, existe um grande número de pessoas que também obtêm altas rendas como autônomos no mundo dos negócios urbanos, em atividades mercantis e de prestação de serviços. Ademais, esses pequenos negociantes de alta renda conformam um número muito maior que o dos profissionais liberais de alta renda. Em segundo lugar, a análise da distribuição das pessoas que formam o Grupo B, segundo o grau de instrução, mostra que as atividades que ocupam essas pessoas prescindem da escolaridade superior para obtenção de altas rendas. Assim é que nesse grupo, apenas os setores de Comércio de Mercadorias, Atividades Financeiras e (ou) Imobiliárias e de Transporte e Comunicação têm alguns trabalhadores com diploma de curso superior. Eles representam uma proporção ínfima, de apenas 7,8% da amostra de trabalhadores por conta própria de alta renda com grau de instrução, enquanto os profissionais liberais representam os outros 92,2% dos conta própria de alto nível de renda e instrução. Entre os negociantes de alta renda somente 4,2% tem nível superior de instrução e os outros 95,8% não precisam de diploma universitário para obter uma alta renda com pequeno negócio.

A Tabela 3.3.1 mostra quais são os setores de atividade econômica que ocupam esses pequenos negociantes de alta renda.

Pode-se observar por essa Tabela que só a atividade de Comércio de Mercadorias absorveu 30,2%, do total de negociantes de alta renda, e se a ela somar-se outros segmentos como os de Transporte e Comunicação, Serviços de Alojamento e Alimentação, Serviços de Reparação e Conservação, Serviços Pessoais e Domiciliares, chega-se a um percentual de 68,2, ou seja, mais de 2/3 do total de pequenos negociantes de alta renda.

Tabela 3.3.1 - Distribuição dos trabalhadores por conta própria segundo setor de atividade econômica e ocupação com renda de 10,0 ou mais salários mínimos no estado de São Paulo em 1988
Grupo B

Setor de Atividade	Pessoal Ocupado
	%
Ind. de Transf.	2,1
Ind. de Constr.	4,5
Outs. Atvs. Indls.	-
Comércio	30,2
Ativ. Financ./Imob.	4,6
Transp./Comunic.	17,9
Serv. Aloj/Aliment.	5,6
Serv. Rep./Conserv.	10,9
Serv. Pes./Domicil.	3,6
Serv. Div./Tec/Aux.	18,4
Ativs. Sociais	2,2
Adm. Pública	-
Outras	-
TOTAL	100,0

Fonte: IBGE: PNAD, 1988. Tabulação Especial

A Tabela 3.3.2 fornece uma informação mais completa sobre o grau de instrução dos pequenos negociantes de alta renda. Estamos admitindo que todos os trabalhadores por conta própria são negociantes. Os de nível superior dos setores dos Serviços Técnicos e Auxiliares da Atividade Econômica e de Atividades Sociais são considerados profissionais liberais por trabalharem expressivamente em suas respectivas profissões de nível superior.

Tabela 3.3.2 - Distribuição dos trabalhadores por conta própria segundo nível de instrução com renda de 10,0 ou mais salários mínimos no estado de São Paulo em 1988

Grupo B

Nível de Instrução	%
Instrução Ignorada	0,5
Até 4a. série incompleta	8,0
4a. a 8a. série incompleta	35,6
8a. série a Colegial incompleto	18,9
Colegial completo a Superior incompleto	32,9
Superior completo	4,1
TOTAL	100,0

Fonte: IBGE: PNAD, 1988. Tabulação Especial

Quando se agrupam esses trabalhadores por conta própria segundo o grau de instrução, observa-se que quase dois terços do total não completaram o segundo grau. Mais que isso, os dados mostram que 44,1% não completaram sequer a escola básica, ou seja a 8ª série do primeiro grau. Os números não deixam margem a dúvidas: 63,0% no máximo completou a escolaridade básica. Mais uma vez confirma-se que a alta renda desses negociantes nada tem a ver com o grau de sua escolaridade. As atividades desenvolvidas por eles, em sua maioria, prescindem de escolaridade. Mais importante pode ser a habilidade pessoal inata, ou adquirida e desenvolvida ao longo de sua trajetória profissional. Como as atividades desses pequenos negociantes não parecem exigir sequer que tenham completado a 8ª série, e ainda assim, foram capazes de obter mais de dez salários mínimos em 1988, certamente, a qualificação dada pela instrução foi provavelmente substituída por outras qualidades pessoais como tenacidade, habilidade, capacidade de aproveitar as oportunidades de negócio.

Finalmente, a Tabela 3.3.3 permite ver as diferenças entre os Grupos A e B segundo duas características: idade e sexo.

Tabela 3.3.3 - Distribuição dos trabalhadores por conta própria segundo faixas etárias e sexo com renda de 10,0 ou mais salários mínimos no estado de São Paulo em 1988

Faixa Etária	Pessoal Ocupado		Homem		Mulher	
	Grupo A	Grupo B	Grupo A	Grupo B	Grupo A	Grupo B
	%	%	%	%	%	%
até 14 anos	-	-	-	-	-	-
de 15 a 17 anos	-	-	-	-	-	-
de 18 a 24 anos	-	5,0	-	5,1	-	4,1
de 25 a 29 anos	14,5	12,8	16,9	12,9	9,5	11,8
de 30 a 39 anos	48,9	38,2	40,6	38,0	66,7	39,7
de 40 a 49 anos	16,4	24,9	16,2	24,9	16,9	24,9
50 anos ou mais	20,2	19,1	26,3	19,1	6,9	19,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE: PNAD, 1988. Tabulação Especial

A análise dessa Tabela mostra, em primeiro lugar, que há uma fração maior de trabalhadores na faixa de 30 a 39 anos, enquanto no Grupo B é relativamente maior o peso dos que têm 40 a 49 anos de idade. Isso quer dizer que, em comparação aos profissionais liberais, os pequenos negociantes atingem a situação que lhes permitem usufruir de uma elevada remuneração com uma idade relativamente mais avançada. O profissional liberal de alta renda atinge esta situação com

menos tempo para acumular experiência de trabalho. Ele tem que dispor do título de curso superior para poder exercer a profissão . Isto certamente atrasa seu ingresso na vida profissional, mas de posse desse título pode mais rapidamente atingir a posição de alta renda. O pequeno negociante não tem que esperar a conclusão de um curso superior, mas em compensação precisa de mais idade e experiência de trabalho para galgar a posição de alta remuneração.

Em segundo lugar, quando se compara, dentro do Grupo A, a distribuição por faixas etárias, observa-se que a maior participação feminina se encontra na faixa dos 30 a 39 anos de idade e cai drasticamente, nas faixas subseqüentes de maior idade. No caso dos homens, é maior a freqüência de profissionais liberais de alta renda com idade acima de 50 anos. Nossa hipótese é que essa diferença entre os sexos, no perfil da distribuição dos profissionais liberais de alta renda, reflete basicamente o ingresso mais tardio da mulher nessa parte do mundo profissional. A comparação entre sexos no Grupo B, nos perfis de distribuição por faixas etárias, sugere que , no caso dos pequenos negociantes não foi tardio o ingresso das mulheres, pois essas distribuições são estatisticamente idênticas.

Em terceiro lugar, a comparação do perfil etário dos Grupos A e B, controlando a variável sexo, mostra que por trás das diferenças globais apontadas existem outros fatores além da eventual maior rapidez com que o profissional liberal atinge a posição de alta renda. No caso dos homens não é verdade que a proporção dos profissionais liberais com alta renda com mais de 50 anos de idade seja menor que a dos pequenos negociantes. Provavelmente ocorre o contrário, talvez devido a que, de um lado, os pequenos negociantes tenham maior facilidade para transferir seus negócios para outros membros da família, enquanto no caso do profissional liberal esta transferência está condicionada à conclusão de um curso de nível superior. De outro lado, é possível que os homens formados pela escola de nível superior encontrem menor espaço do que no passado para montar seu próprio negócio e, ao invés de se tornarem realmente profissionais liberais, são obrigados a disputar emprego assalariado. No caso da mulher, existe uma diferença pronunciada na proporção das que têm idade mais avançada devido à entrada tardia do sexo feminino no mundo dos profissionais liberais de alta renda. Dado que a mulher hoje representa 32,0% dos profissionais liberais de alta renda, sua entrada tardia no mercado de trabalho é a principal responsável pela presença mais marcante de profissionais liberais de alta renda que têm de 30 a 39 anos de idade.

Do que foi exposto, podemos arrolar as seguintes conclusões principais: Em primeiro lugar, os trabalhadores por conta própria de alta renda não são apenas os profissionais liberais. Outra categoria de trabalhadores por conta própria de alta renda é a dos pequenos negociantes. Do total de trabalhadores por conta própria de alta renda, um terço são profissionais liberais e dois terços pequenos negociantes.

Em segundo lugar, a conclusão de um curso superior não é pré-requisito para a obtenção de altas rendas em pequenos negócios. Menos de 5,0% dos pequenos negociantes de alta renda dispõem do diploma de curso superior. Na realidade, grande parte dos negociantes de alta renda não tem qualquer exigência de nível de instrução, pois 43,5% desses negociantes sequer completou a 8^a. série do primeiro grau.

Finalmente, a composição dos profissionais liberais por gênero tem se modificado com a recente entrada maciça da mulher nesse mercado de trabalho. Assim, entre os profissionais liberais de alta renda com mais de 40 anos de idade, 79,0% são homens e 21,0% são mulheres. Enquanto os de menos de 40 anos, 62,0% são homens e 32,0% são mulheres. Ou seja, mesmo entre os jovens profissionais liberais de alta renda o homem continua sendo a maioria, mas a entrada da mulher nesse mercado de trabalho tem elevado significativamente a participação feminina entre os jovens profissionais liberais de alta renda.

3.4 Trabalhadores por conta própria de baixa renda: ocupações específicas mal remuneradas versus manifestação geral da existência de um excedente estrutural de mão-de-obra

O objetivo deste item é estudar quem são os trabalhadores por conta própria de baixa renda, entendidos como aqueles que ganham até dois salários mínimos, no estado de São Paulo, em 1988. Eles representam 35,4% do total de conta própria paulistas daquele ano.

A Tabela 3.4.1 mostra a distribuição dos trabalhadores por conta própria de baixa renda segundo o sexo. Aqui se observa a expressiva participação feminina no total dos autônomos de baixa renda no estado de São Paulo. Assim, dois terços desses autônomos são mulheres enquanto apenas um terço é do sexo masculino.

Tabela 3.4.1 - Distribuição dos trabalhadores por conta própria de baixa renda segundo sexo no estado de São Paulo em 1988

Sexo	Pessoal Ocupado
	%
Homem	33,3
Mulher	66,7
TOTAL	100,0

Fonte: IBGE: PNAD, 1988. Tabulação Especial

A Tabela 3.4.2 classifica os conta própria de baixa renda segundo a faixa etária.

Tabela 3.4.2 - Distribuição dos trabalhadores por conta própria de baixa renda segundo faixas etárias no estado de São Paulo em 1988

Faixa Etária	Pessoal Ocupado	Homem	Mulher
	%	%	%
de 10 a 14 anos	1,2	2,3	0,6
de 15 a 17 anos	1,0	1,6	0,6
de 18 a 24 anos	8,5	8,7	8,3
de 25 a 29 anos	9,1	6,5	10,4
de 30 a 39 anos	28,7	23,1	31,4
de 40 a 49 anos	21,1	13,1	25,0
50 anos ou mais	30,4	44,3	23,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE: PNAD, 1988. Tabulação Especial

Por ela observa-se uma grande concentração de autônomos de baixa renda nas faixas etárias mais altas. Assim, 51,5% dos conta própria de baixa renda têm mais de 40 anos de idade. Somente 19,8% têm menos de 30 anos. Portanto, essa elevada proporção de trabalhadores por conta própria de baixa renda com idade superior a 30 anos ocorre tanto entre os homens quanto entre as mulheres. Há entretanto diferenças significativas na distribuição de homens e mulheres de baixa renda por faixa etária. A proporção dos que têm mais de 50 anos de idade é muito maior no caso dos homens. Ou seja, uma parcela muito grande dos homens que trabalham por conta própria com uma remuneração muito pequena é formada de pessoas que, por sua elevada idade, foram excluídas de outros empregos ou, ao se aposentarem, foram obrigadas a trabalhar por conta própria por qualquer remuneração para complementar o pequeno valor de suas respectivas aposentadorias.

No caso da mulher, elas têm uma participação muito maior, entre esses autônomos de baixa renda e, por não terem outra alternativa de emprego, exercem as atividades de conta própria mesmo quando não têm idade tão avançada. A maior presença feminina e a maior idade das mulheres trabalhadoras por conta própria de baixa renda é um claro sintoma da inserção mais precária das mulheres no mercado de trabalho no estado de São Paulo.

A Tabela 3.4.3 classifica os trabalhadores por conta própria de baixa renda segundo a idade e o setor de atividade econômica de sua ocupação. Observa-se que 73,2% de mulheres estão inseridas na prestação de Serviços Pessoais e Domiciliares. Distinguem-se das empregadas domésticas remuneradas apenas por trabalhar por dia de trabalho, prestando serviços específicos de costureira, manicure, lavadeira, faxineira, cabeleireira, cozinheira, etc. Outras mulheres representando 15,2% trabalham no Comércio de Mercadorias; 4,2% prestam Serviços de Alojamento e Alimentação; 3,9% se ocupam nas Atividades Sociais, onde se destacam a saúde, educação e serviços comunitários.

Esses poucos setores de atividades totalizam 96,5% das mulheres conta própria de baixa renda. As restantes 3,5% estão dispersas em diversas outras atividades. A elevada proporção de mulheres autônomas de baixa renda prestando Serviços Pessoais e Domiciliares verifica-se em todas as faixas etárias.

A Tabela 3.4.4 mostra que a maior concentração masculina se dá nos setores da Indústria da Construção Civil (32,3%), Comércio de Mercadorias (22,7%), Serviços de Reparação e Conservação (11,9%) e Serviços Pessoais e Domiciliares (11,8%). Portanto, ao contrário das mulheres, os homens autônomos de baixa renda têm ocupação mais dispersa entre vários setores de atividade econômica. Há entretanto diferenças expressivas nos setores de atividade econômica dos autônomos de baixa renda com mais de 50 anos e com 30 a 49 anos de idade. No caso dos autônomos de baixa renda de maior idade pesa relativamente mais a ocupação no Comércio de

Mercadorias, Transporte e Comunicação e na Prestação de Serviços Pessoais e Domiciliares, enquanto que no caso dos mais jovens pesa muito mais a ocupação na Indústria da Construção Civil e nos Serviços de Conservação e Reparação. Uma parte desses homens adultos que ingressam no trabalho por conta própria no vigor de sua idade produtiva pode estar recebendo uma baixa remuneração por estar no início da montagem do seu próprio negócio, apenas circunstancialmente, ao contrário dos mais idosos. Esses podem ter idade, mas com êxito nos seus negócios, elevar sua remuneração.

Tabela 3.4.3 - Distribuição dos trabalhadores por conta própria de baixa renda do sexo feminino classificada por faixas etárias segundo setor de atividade econômica no estado de São Paulo em 1988

Setor de Atividade	de 10 a 14 anos	de 15 a 17 anos	de 18 a 24 anos	de 25 a 29 anos	de 30 a 39 anos	de 40 a 49 anos	50 anos ou mais	TOTAL
	%	%	%	%	%	%	%	%
Ind. de Transf.	-	-	-	3,7	1,1	-	1,5	1,1
Ind. de Constr.	-	-	-	-	-	-	-	-
Outs. Ativs. Indls.	-	-	-	-	-	0,7	-	0,7
Comércio	34,9	33,3	18,2	9,2	12,1	17,1	17,7	15,2
Ativ. Financ/Imob.	-	-	-	-	-	-	-	-
Transp/Comunic.	-	-	-	-	-	0,7	-	0,2
Serv. Aloj/Aliment.	34,9	-	-	7,5	6,5	2,4	2,4	4,2
Serv. Rep/Conserv.	-	-	2,2	-	-	0,8	-	0,4
Serv. Pes/Domicil.	30,2	66,7	75,0	69,9	73,0	74,3	74,3	73,2
Serv. Div/Tec/Aux.	-	-	2,4	6,0	1,7	1,6	-	1,8
Serv. Ativ. Sociais	-	-	2,2	3,7	5,6	2,4	4,1	3,9
Adm. Pública	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE: PNAD, 1988. Tabulação Especial

Tabela 3.4.4 - Distribuição dos trabalhadores por conta própria de baixa renda do sexo masculino classificada por faixas etárias segundo setor de atividade econômica no estado de São Paulo em 1988

Setor de Atividade	de 10 a 14 anos	de 15 a 17 anos	de 18 a 24 anos	de 25 a 29 anos	de 30 a 39 anos	de 40 a 49 anos	50 anos ou mais	TOTAL
	%	%	%	%	%	%	%	%
Ind. de Transf.	-	-	13,7	-	3,4	3,2	10,3	7,0
Ind. de Constr.	15,4	22,4	39,1	29,9	43,4	50,5	21,2	32,3
Outs. Ativs. Indls.	-	-	-	-	-	-	-	-
Comércio	33,3	-	12,3	51,8	13,4	17,3	27,1	22,7
Ativ. Financ/Imob.	-	-	-	-	1,8	2,7	1,6	1,5
Transp/Comunic.	-	-	-	-	1,8	2,7	7,6	4,1
Serv. Aloj/Aliment.	-	-	-	-	3,1	3,2	2,7	2,3
Serv. Rep/Conserv.	-	25,9	17,1	5,5	18,1	9,1	9,6	11,9
Serv. Pes/Domicil.	33,3	51,7	8,9	6,4	8,3	8,6	13,4	11,8
Serv. Div/Tec/Aux.	18,0	-	8,9	6,4	4,9	2,7	4,7	5,2
Serv. Ativ. Sociais	-	-	-	-	1,8	-	0,9	0,8
Adm. Pública	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-	-	-	0,9	0,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE: PNAD, 1988. Tabulação Especial

A análise anterior permite concluir que a grande maioria dos trabalhadores por conta própria de baixa renda são mulheres, a partir de certa idade, ocupadas principalmente no setor de Prestação de Serviços Pessoais e Domiciliares e homens, em pleno vigor da idade produtiva, ocupados principalmente na Indústria da Construção Civil e na Prestação de Serviços de Reparação e Conservação; e homens idosos, muitos deles que retornam ao trabalho depois da aposentadoria, ocupados, de forma muito menos concentrada, na Indústria da Construção Civil e nos Serviços de Reparação e Conservação, e de forma mais dispersa nas atividades do Comércio de Mercadorias, Serviços Pessoais e Domiciliares, Indústria de Transformação e Transporte e Comunicação.

As observações anteriores dão um significado particular à interpretação habitual de que o trabalho por conta própria de baixa renda seja uma manifestação do excedente da oferta de mão-de-obra no mercado de trabalho. A grande maioria desses conta própria de baixa renda são mulheres que têm ocupações específicas na prestação de Serviços Pessoais e Domiciliares. Os homens em plena idade produtiva, que trabalham por conta própria com baixa remuneração, podem estar na situação de um começo de carreira relativamente promissora na organização de seus próprios

negócios, principalmente nos setores da Indústria da Construção Civil e Prestação de Serviços de Reparação e Conservação. Já os homens de mais idade continuam trabalhando por conta própria por uma baixa remuneração porque precisam encontrar uma alternativa à ausência e (ou) complementação para o baixo valor de suas aposentadorias.

As análises precedentes sugerem que ao menos no estado de São Paulo são outras as formas principais de manifestação do excedente de mão-de-obra no mercado de trabalho, que não a proliferação do trabalho por conta própria de baixa remuneração. Nossa hipótese é que essas manifestações principais do excedente de mão-de-obra no estado de São Paulo ocorrem no interior do próprio mercado de trabalho, através da elevada rotatividade da mão-de-obra no emprego formal e na elevada proporção dos empregados sem vínculos empregatícios formalizados pela posse de uma carteira de trabalho assinada pelo patrão.

Noutras regiões, com economias menos dinâmicas que a do estado de São Paulo, onde o peso do mercado de trabalho e especialmente do emprego formal é bastante inferior, o trabalho por conta própria de baixa remuneração tem um papel mais expressivo como manifestação do excedente de mão-de-obra no mercado de trabalho.

CAPÍTULO 4

TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA NO NORDESTE EM 1988

Neste capítulo, nosso objetivo é comparar as características dos trabalhadores por conta própria do estado de São Paulo com os da região Nordeste. Serão utilizadas as mesmas variáveis que no capítulo anterior ajudaram a caracterizar os trabalhadores por conta própria no estado de São Paulo. As variáveis usadas foram sexo, idade, grau de instrução, nível de renda e setor de atividade econômica.

Deve-se ter presente que a estrutura ocupacional global do Nordeste é profundamente diferente da do estado de São Paulo. Em particular, a participação relativa dos trabalhadores por conta própria no total de pessoas ocupadas no conjunto dos setores não agrícolas é muito maior no Nordeste que no estado de São Paulo. Assim é que 27,0% dos ocupados não agrícolas do Nordeste são trabalhadores por conta própria, enquanto no estado de São Paulo, equivalem a 15,6%. Nesse estado, o mais desenvolvido do país, a contrapartida do menor peso relativo dos trabalhadores por conta própria é uma maior participação do empregador e principalmente dos empregados. (ver Tabela 4.1). Chama a atenção, inclusive, que nessas duas posições na ocupação, ao contrário dos trabalhadores por conta própria e dos membros da família que trabalham sem remuneração, o número absoluto de pessoas envolvidas é maior no estado de São Paulo do que em toda a região Nordeste. As diferenças são tão marcantes que fazem com que o total de pessoas ocupadas fora da agricultura seja maior no estado de São Paulo. A participação dos empregados na ocupação não agrícola total do Nordeste é um pouco maior que dois terços, enquanto que no estado de São Paulo ela atinge quatro quintos.

Tabela 4.1 - Distribuição do pessoal ocupado não agrícola segundo posição na ocupação no estado de São Paulo e no Nordeste em 1988

Posição na ocupação	São Paulo	Nordeste
	%	%
Empregados	79,4	68,7
Conta própria	15,6	27,0
Empregadores	4,1	2,0
Não Remunerados	0,9	2,3
Sem Declaração	-	0,0
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: IBGE: PNAD, 1988

Os dados anteriores mostram a maior magnitude do mercado de trabalho do estado de São Paulo. Essa diferença de dimensão do mercado de trabalho repercute profundamente nas características do trabalho autônomo nas duas regiões.

Pelos dados da Tabela 4.2, pode-se observar que no estado de São Paulo, apenas 16,5% dos trabalhadores por conta própria têm remuneração menor do que o salário mínimo. Essa proporção atinge 47,7% no Nordeste onde, além disso, 25,8% dos autônomos ganham menos que a metade do salário mínimo. Em contrapartida, os autônomos que no estado de São Paulo ganham mais de três salários mínimos, representam 46,2% do total, sendo que no Nordeste essa proporção não passa de 13,5%. É evidente, portanto, que o trabalho por conta própria em atividades não agrícolas é muito melhor remunerado em São Paulo do que no Nordeste.

Tabela 4.2 - Distribuição dos trabalhadores por conta própria segundo estrato de renda no estado de São Paulo e no Nordeste em 1988

Estrato de renda	São Paulo	Nordeste
	%	%
menos de 0,5 sm	6,5	25,8
de 0,5 a 1,0 sm	10,0	21,9
de 1,0 a 2,0 sm	18,9	27,5
de 2,0 a 3,0 sm	17,3	10,4
de 3,0 a 5,0 sm	15,6	6,9
de 5,0 a 10,0 sm	17,0	4,3
mais de 10,0 sm	13,6	2,3
s/rem./ignorado	1,1	0,9
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: IBGE: PNAD, 1988. Tabulação Especial

Os dados da Tabela 4.3 mostram, tanto para São Paulo quanto para a região Nordeste, a distribuição dos empregados que possuem carteira de trabalho assinada por faixas de salário

mínimo.²⁰ Esses números incluem os empregados com carteira do setor agrícola, mas eles são apenas 4,4% dos empregados com carteira no estado de São Paulo e 7,1% no Nordeste.

Tabela 4.3 - Distribuição dos empregados com carteira de trabalho assinada segundo estrato de renda no estado de São Paulo e no Nordeste em 1988

Estrato de Renda	Com Carteira de Trabalho Assinada	
	SP	NE
	%	%
até 0,5 salário mínimo	0,3	6,5
mais de 0,5 a 1,0 sm	4,7	22,6
mais de 1,0 a 2,0 sm	24,3	32,0
mais de 2,0 a 3,0 sm	20,5	12,9
mais de 3,0 a 5,0 sm	22,9	11,5
mais de 5,0 a 10,0 sm	16,0	7,7
mais de 10,0 sm	10,8	5,9
Sem rendimento	-	0,0
Sem declaração	0,5	0,9
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: IBGE: PNAD, 1988.

Por essa Tabela, observa-se que apenas 5,0% dos assalariados formais ganham o valor correspondente até um salário mínimo no estado de São Paulo, enquanto na região Nordeste isso representa 29,1% do total de assalariados com carteira assinada pelo empregador. Em compensação, nas faixas superiores a três salários mínimos estão praticamente 50,0% dos assalariados paulistas, enquanto na região Nordeste ela equivale a 25,1%.

Observa-se, entretanto, que as diferenças de rendas são maiores ainda em favor do trabalho autônomo no estado de São Paulo. Isso justamente porque esse estado tem um mercado de trabalho muito mais formalizado e que possibilita maiores remunerações.²¹ Trata-se de uma situação em que menos pessoas são obrigadas a disputar um lugar na atividade econômica autônoma e esta, simultaneamente, tem uma dimensão superior, devido ao maior nível global da renda no estado de São Paulo. Na região Nordeste, pelo contrário, o menor dinamismo da economia se traduz num

²⁰ Essas distribuições não podem ser comparadas com as da tabela 4.2. Existem dois problemas metodológicos: o primeiro diz respeito às diferentes formas em que o nível de renda é medido. Na tabela 4.2, a renda é medida levando em conta as horas trabalhadas, enquanto na tabela 4.3 refere-se à renda total sem considerar as horas trabalhadas. O segundo problema reside no fato da tabela 4.2 ter excluído os trabalhadores por conta própria da agricultura, enquanto os empregados com carteira deste setor da atividade econômica são incluídos na tabela 4.3.

²¹ Segundo dados da PNAD, em São Paulo 74,1% dos empregados possuem carteira de trabalho assinada enquanto essa proporção na região Nordeste é de 52,0%..

menor e menos formalizado mercado de trabalho e então um contingente maior de pessoas disputam um espaço menor para as atividades econômicas autônomas.

A Tabela 4.4 mostra a distribuição por gênero dos trabalhadores por conta própria em cada intervalo de baixa renda em São Paulo e no Nordeste. Por ela, observa-se que a participação relativa da mulher no trabalho autônomo de baixa renda é desproporcional principalmente em São Paulo e entre os conta própria que ganham menos que a metade do salário mínimo. Nesse estado, 92,2% dos conta própria de tão baixa renda são mulheres. Recorde-se que nele somente 6,5% dos conta própria ganhavam renda tão baixa. No Nordeste, essa proporção é bem maior atingindo 25,7%. Refletindo a maior freqüência de trabalhadores por conta própria com renda ínfima, a participação das mulheres é menor no Nordeste. Nesta região, o trabalho masculino por conta própria é com freqüência muito mal remunerado igualando as piores oportunidades abertas para as mulheres. De fato, no Nordeste a participação das mulheres é majoritária somente entre os conta própria que ganham menos da metade do salário mínimo. Nas outras duas faixas de baixo rendimento, a participação do homem é superior, ao contrário do ocorrido em São Paulo.

O resultado anterior aponta para a conclusão de que no estado de São Paulo o trabalho por conta própria mal remunerado é fundamentalmente de mulheres na prestação de Serviços Pessoais e Domiciliares, enquanto no Nordeste a ocupação autônoma de baixíssima renda alcança um contingente apreciável da população ocupada total atingindo não só as mulheres, mas também uma fração substancial de homens, indicando o papel diferente do trabalho autônomo nas duas regiões.

Tabela 4.4 - Distribuição dos trabalhadores por conta própria segundo sexo e estrato de renda no estado de São Paulo e no Nordeste em 1988

Sexo	menos de 0,5 sm		de 0,5 a 1,0 sm		de 1,0 a 2,0 sm	
	SP	NE	SP	NE	SP	NE
	%	%	%	%	%	%
Homem	7,8	29,9	28,0	59,0	44,8	70,5
Mulher	92,2	70,1	72,0	41,0	55,2	29,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE: PNAD, 1988. Tabulação Especial

Em seqüência, as Tabelas 4.5 e 4.6 mostram a distribuição por faixa etária dos conta própria masculinos e femininos que têm baixa remuneração. A comparação entre Nordeste e São Paulo mostra que neste estado, entre os homens conta própria de baixo rendimento, é relativamente mais

freqüente a presença de maiores de 50 anos. No Nordeste, pelo contrário, é mais freqüente o caso de homens jovens e adultos que são autônomos de baixa renda. Este é outro sintoma da estreiteza do mercado de trabalho no Nordeste que leva muitos homens jovens e adultos a ter que viver do trabalho por conta própria mal remunerado. Em São Paulo, esta situação diz respeito mais especialmente aos homens cuja idade avançada prejudica a obtenção de um emprego assalariado.

No caso das mulheres conta própria observa-se que tanto para São Paulo, quanto para o Nordeste, é forte a presença, entre os conta própria de baixa renda, das que têm idade mais produtiva indicando a especificidade da inserção feminina na ocupação, onde ressalta a prestação de serviços pessoais mal remunerados, tanto no emprego assalariado quanto no trabalho autônomo.

Tabela 4.5 - Distribuição dos trabalhadores por conta própria do sexo masculino segundo faixas etárias e estrato de renda no estado de São Paulo e no Nordeste em 1988

Faixa Etária	menos de 0,5 sm		de 0,5 a 1,0 sm		de 1,0 a 2,0 sm	
	SP	NE	SP	NE	SP	NE
	%	%	%	%	%	%
de 10 a 14 anos	18,3	16,4	5,0	3,5	0,5	1,3
de 15 a 17 anos	-	8,3	3,5	3,8	1,1	1,8
de 18 a 24 anos	9,8	15,3	6,3	18,7	9,5	13,5
de 25 a 29 anos	-	7,1	1,7	11,7	8,6	13,0
de 30 a 39 anos	9,8	12,7	19,5	22,0	25,2	27,4
de 40 a 49 anos	9,8	11,9	9,5	17,4	14,6	20,4
50 anos ou mais	52,3	28,3	54,5	22,9	40,5	22,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE: PNAD, 1988. Tabulação Especial

Tabela 4.6 - Distribuição dos trabalhadores por conta própria do sexo feminino segundo faixas etárias e estrato de renda no estado de São Paulo e no Nordeste em 1988

Faixa Etária	menos de 0,5 sm		de 0,5 a 1,0 sm		de 1,0 a 2,0 sm	
	SP	NE	SP	NE	SP	NE
	%	%	%	%	%	%
de 10 a 14 anos	1,5	4,8	0,7	0,6	-	0,9
de 15 a 17 anos	-	5,6	1,4	2,3	0,5	1,3
de 18 a 24 anos	11,9	14,4	7,4	10,7	7,0	10,4
de 25 a 29 anos	2,4	9,0	13,2	10,9	13,0	10,1
de 30 a 39 anos	25,2	21,2	34,1	29,4	33,1	31,4
de 40 a 49 anos	22,9	20,8	21,8	25,0	28,6	28,5
50 anos ou mais	36,1	24,0	21,4	21,1	17,8	17,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE: PNAD, 1988. Tabulação Especial

Da análise dos dados sobre o perfil de gênero e idade dos trabalhadores autônomos de baixa renda pode-se concluir que eles apontam para a proliferação de trabalhos por conta própria de homens jovens e adultos no Nordeste, como manifestação importante da existência de um excedente de mão-de-obra não absorvido pelo mercado de trabalho. Em São Paulo, pelo contrário, os trabalhadores por conta própria de baixa renda são fundamentalmente mulheres de todas as idades e homens de idade avançada. Estes últimos expressam em São Paulo um dos aspectos dos problemas de absorção da população masculina pelo mercado de trabalho.

As Tabelas 4.7 e 4.8 mostram o perfil da distribuição dos conta própria, paulistas e nordestinos de baixa renda, segundo o setor de atividade econômica. No estado de São Paulo, o número relativamente pequeno de conta própria das faixas de menor rendimento torna sem sentido verificar o setor no qual realizam suas atividades. Foi visto no capítulo anterior que os homens conta própria de renda inferior a dois salários mínimos em São Paulo estão concentrados em Comércio de Mercadorias, Indústria da Construção Civil e Serviços de Reparação e Conservação. No Nordeste, pelo contrário, embora se destaquem também os setores de Comércio de Mercadorias e Indústria da Construção Civil é relativamente mais expressiva a participação de outros setores na ocupação dos conta própria masculinos de baixa remuneração. Ou seja, a proliferação de trabalhos por conta própria de homens, jovens e adultos, mal remunerados não se concentra tão marcadamente em setores específicos, particularmente propícios para o trabalho por conta própria, atingindo um espectro mais amplo da totalidade da economia nordestina.

Para as mulheres autônomas de baixa renda, observa-se uma concentração maior em São Paulo do que no Nordeste, no setor de Prestação de Serviços Pessoais e Domiciliares. No Nordeste, uma elevada fração das mulheres conta própria que ganham menos de meio salário mínimo ocupam-se em atividades da Indústria de Transformação, enquanto nas outras duas faixas de baixa renda destacam-se, além da Prestação de Serviços Pessoais e Domiciliares, o Comércio de Mercadorias e os Serviços de Alojamento e Alimentação. Essa maior diversificação das atividades das mulheres conta própria de baixa renda no Nordeste está relacionada com a maior fração de mulheres que estão na situação de autônomas de baixa renda, no caso do Nordeste, manifestando também aqui uma maior dificuldade de absorção das mulheres pelo mercado de trabalho.

Tabela 4.7 - Distribuição dos trabalhadores por conta própria do sexo masculino segundo setor de atividade econômica e estrato de renda no estado de São Paulo e no Nordeste em 1988

Setor de Atividade	menos de 0,5 sm		de 0,5 a 1,0 sm		de 1,0 a 2,0 sm	
	SP	NE	SP	NE	SP	NE
	%	%	%	%	%	%
Ind. de Transf.	-	10,0	8,4	7,8	6,9	9,3
Ind. de Constr.	-	9,3	15,9	19,3	39,7	22,3
Outs. Ativs. Indls.	-	3,3	-	2,0	-	2,9
Comércio	54,9	39,3	18,0	36,1	22,3	33,6
Ativ. Financ/Imob..	-	-	1,7	-	1,5	0,2
Transp/Comunic.	8,5	8,2	4,5	8,0	3,7	8,3
Serv. Aloj/Aliment.	-	8,5	1,7	6,7	2,7	4,6
Serv. Rep/Conserv.	19,7	7,4	13,3	9,0	11,0	9,2
Serv. Pes./Domicil.	16,9	4,7	18,0	4,9	9,4	4,1
Serv. Div./Tec/Aux.	-	1,6	13,3	2,6	2,8	2,9
Ativs. Sociais	-	0,4	3,5	-	-	0,5
Adm. Pública	-	-	-	-	-	-
Outras	-	7,3	1,7	3,6	-	2,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE: PNAD, 1988. Tabulação Especial

Tabela 4.8 - Distribuição dos trabalhadores por conta própria do sexo feminino segundo setor de atividade econômica e estrato de renda no estado de São Paulo e no Nordeste em 1988

Setor de Atividade	menos de 0,5 sm		de 0,5 a 1,0 sm		de 1,0 a 2,0 sm	
	SP	NE	SP	NE	SP	NE
	%	%	%	%	%	%
Ind. de Transf.	1,5	25,4	1,8	3,5	0,4	2,9
Ind. de Constr.	-	-	-	0,1	-	0,2
Outs. Ativs. Indls.	0,7	0,3	-	0,2	-	-
Comércio	11,6	11,6	13,4	26,1	18,4	33,0
Ativ. Financ/Imob.	-	-	-	-	-	0,1
Transp/Comunic.	-	0,0	0,6	-	-	-
Serv. Aloj/Aliment.	1,5	5,0	4,8	9,1	5,2	11,4
Serv. Rep/Conserv.	0,8	0,1	0,6	0,1	-	0,9
Serv. Pes./Domicil.	79,4	54,0	74,3	57,0	68,9	44,6
Serv. Div/Tec/Aux.	0,7	1,1	1,3	1,1	2,7	2,3
Ativs. Sociais	3,8	2,1	3,2	1,8	4,4	2,7
Adm. Pública	-	-	-	-	-	-
Outras	-	0,4	-	1,0	-	1,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE: PNAD, 1988. Tabulação Especial

A seqüência da análise apresenta diversos aspectos dos trabalhadores por conta própria com renda superior a dois salários mínimos. Em primeiro lugar, como mostra a Tabela 4.9, tanto em São Paulo quanto no Nordeste, os homens predominam entre os conta própria ganhando renda acima de dois salários mínimos. Nas faixas de renda superior a cinco salários mínimos, entretanto, a proporção de homens é maior em São Paulo que no Nordeste, o contrário do observado para as faixas de baixa remuneração.²²

Tabela 4.9 - Distribuição dos trabalhadores por conta própria segundo sexo e estrato de renda no estado de São Paulo e no Nordeste em 1988

Sexo	de 2,0 a 5,0 sm		de 5,0 a 10,0 sm		mais de 10,0 sm	
	SP	NE	SP	NE	SP	NE
	%	%	%	%	%	%
Homem	72,0	74,1	86,3	76,6	80,8	74,6
Mulher	28,0	25,9	13,7	23,4	19,2	25,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE: PNAD, 1988. Tabulação Especial

²² Isto ocorre apesar do menor peso das profissões liberais no trabalho por conta própria bem remunerado do Nordeste. Nesta região, é relativamente maior a presença feminina nos pequenos negócios. Assim, por exemplo, na faixa de mais de dez salários mínimos, tanto em São Paulo quanto no Nordeste, 32,0% dos profissionais liberais são mulheres. A proporção de mulheres entre os pequenos negociantes que ganham mais de dez salários mínimos é de 24,0% no Nordeste e 13,0% em São Paulo.

As Tabelas 4.10 e 4.11 apresentam a distribuição por gênero e idade dos trabalhadores autônomos paulistas e nordestinos, que ganham mais de dois salários mínimos.

Os dados evidenciam que praticamente toda essa população de autônomos de alta renda tem idade superior a 25 anos independentemente do sexo e da região considerada. Ou seja, dificilmente um jovem que não atingiu a idade em que é mais intensa a participação na atividade econômica consegue estabelecer-se como pequeno negociante ou profissional liberal auferindo uma elevada remuneração.

Tabela 4.10 - Distribuição dos trabalhadores por conta própria do sexo masculino segundo faixas etárias e estrato de renda no estado de São Paulo e no Nordeste em 1988

Faixa Etária	de 2,0 a 5,0 sm		de 5,0 a 10,0 sm		mais de 10,0 sm	
	SP %	NE %	SP %	NE %	SP %	NE %
de 10 a 14 anos	-	0,3	-	-	-	0,6
de 15 a 17 anos	1,0	1,3	0,3	-	-	-
de 18 a 24 anos	10,2	13,5	4,4	8,4	3,7	8,3
de 25 a 29 anos	15,0	13,2	11,1	7,6	14,0	6,7
de 30 a 39 anos	29,2	28,5	37,5	34,7	38,8	33,5
de 40 a 49 anos	22,8	23,8	22,0	27,1	22,4	32,9
50 anos ou mais	21,8	19,4	24,7	22,2	21,1	18,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE: PNAD, 1988. Tabulação Especial

Tabela 4.11 - Distribuição dos trabalhadores por conta própria do sexo feminino segundo faixas etárias e estrato de renda no estado de São Paulo e no Nordeste em 1988

Faixa Etária	de 2,0 a 5,0 sm		de 5,0 a 10,0 sm		mais de 10,0 sm	
	SP %	NE %	SP %	NE %	SP %	NE %
de 10 a 14 anos	-	-	-	-	-	1,8
de 15 a 17 anos	0,5	1,2	-	-	-	-
de 18 a 24 anos	8,9	8,9	2,1	8,5	1,9	7,7
de 25 a 29 anos	15,3	13,5	21,8	15,8	10,5	21,7
de 30 a 39 anos	35,5	29,5	37,9	32,3	54,3	46,0
de 40 a 49 anos	27,0	27,1	16,1	32,8	20,6	18,2
50 anos ou mais	12,8	19,8	22,1	10,6	12,7	4,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE: PNAD, 1988. Tabulação Especial

As Tabelas 4.12 e 4.13 fornecem uma visão genérica dos setores de atividade econômica em que estão ocupados os homens e mulheres conta própria, que ganham mais de dois salários mínimos, em São Paulo e no Nordeste.

Tabela 4.12 - Distribuição dos trabalhadores por conta própria do sexo feminino segundo setor de atividade econômica e estrato de renda no estado de São Paulo e no Nordeste em 1988

Setor de Atividade	de 2,0 a 5,0 sm		de 5,0 a 10,0 sm		mais de 10,0 sm	
	SP	NE	SP	NE	SP	NE
	%	%	%	%	%	%
Ind. de Transf.	2,6	2,5	2,1	2,7	-	-
Ind. de Constr.	-	0,6	-	-	-	-
Out. Ativs. Indls.	-	-	-	-	-	-
Comércio	28,6	53,4	18,2	52,5	20,0	46,5
Ativ. Financ/Imob.	-	-	-	-	3,5	1,6
Transp/Comunic.	0,4	0,4	1,8	-	-	-
Serv. Aloj/Aliment.	7,8	7,9	16,1	8,3	1,9	4,8
Serv. Rep/Conserv.	0,5	0,4	-	-	1,9	1,6
Serv. Pes/Domicil.	47,4	26,0	26,6	17,0	5,4	4,8
Serv. Div/Tec/Aux.	3,0	3,4	16,1	8,7	31,6	17,5
Ativs. Sociais	9,7	3,4	19,1	10,8	35,7	23,2
Adm. Pública	-	-	-	-	-	-
Outras	-	2,0	-	-	-	-
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE: PNAD, 1988. Tabulação Especial

Tabela 4.13 - Distribuição dos trabalhadores por conta própria do sexo masculino segundo setor de atividade econômica e estrato de renda no estado de São Paulo e no Nordeste em 1988

Setor de Atividade	de 2,0 a 5,0 sm		de 5,0 a 10,0 sm		mais de 10,0 sm	
	SP	NE	SP	NE	SP	NE
	%	%	%	%	%	%
Ind. de Transf.	4,4	7,8	4,7	6,8	1,7	3,5
Ind. de Constr.	37,8	8,6	11,6	2,4	3,7	2,1
Outs Ativs. Indls.	-	1,3	-	2,8	-	1,5
Comércio	20,8	43,1	23,3	42,5	20,3	39,1
Ativ. Financ/Imob.	1,1	0,5	2,2	1,3	3,0	2,7
Transp/Comunic.	7,9	11,8	14,7	14,5	15,0	12,0
Serv. Aloj/Aliment.	4,8	5,1	7,1	2,8	4,2	2,0
Serv. Rep/Conserv.	13,2	9,6	15,8	7,2	8,6	3,3
Serv. Pes/Domicil.	3,4	3,4	8,2	2,3	1,7	0,5
Serv. Div/Tec/Aux.	6,0	5,9	11,1	13,1	29,2	24,5
Ativs. Sociais	0,4	1,5	1,0	4,0	12,6	8,3
Adm. Pública	-	-	0,3	-	-	-
Outras	0,2	1,4	-	0,3	-	0,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE: PNAD, 1988. Tabulação Especial

No caso das mulheres nordestinas que trabalham por conta própria e têm remuneração relativamente elevada sobressai a ocupação no Comércio de Mercadorias. Em São Paulo, este setor

pesa muito menos na ocupação de mulheres autônomas de alta remuneração. Nesse estado, tem maior presença na ocupação dessas mulheres os setores de Prestação de Serviços Pessoais e Domiciliares, Serviços Técnicos e Auxiliares à Atividade Econômica, Atividades Sociais e Serviços de Alojamento e Alimentação.

No caso dos homens, embora menos marcante que no das mulheres, também pesa o Comércio de Mercadorias na ocupação dos autônomos de alta renda. Em São Paulo, as ocupações de autônomos bem remunerados são também mais diversificadas, ressaltando-se os setores da Indústria da Construção Civil, Serviços de Reparação e Conservação, Transporte e Comunicação, e Serviços Técnicos e Auxiliares à Atividade Econômica.

A Tabela 4.14 mostra que, tanto em São Paulo quanto no Nordeste, predominam os pequenos negócios na ocupação de trabalhadores por conta própria de renda relativamente alta. Deve-se, entretanto, ter claro que a faixa de mais de dez salários mínimos em São Paulo abrange 33,0% de todos os conta própria, enquanto no Nordeste somente 2,3%. Nessa faixa, também predominam os pequenos negócios, mas é mais marcante a presença dos profissionais liberais em São Paulo.

Tabela 4.14 - Distribuição dos trabalhadores por conta própria do grupo a (profissionais liberais) e do grupo b (pequenos negociantes) segundo estrato de renda no estado de São Paulo e no Nordeste em 1988

Grupo	de 2,0 a 5,0 sm		de 5,0 a 10,0 sm		mais de 10,0 sm	
	SP	NE	SP	NE	SP	NE
	%	%	%	%	%	%
Grupo A	2,9	1,8	6,6	5,2	32,8	19,8
Grupo B	97,1	98,2	93,4	94,8	67,2	80,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE: PNAD, 1988. Tabulação Especial

A Tabela 4.15 indica em que setores estão esses pequenos negociantes de renda relativamente alta. No Nordeste, destaca-se a já mencionada predominância do Comércio de Mercadorias, enquanto em São Paulo também destacam-se os setores da Indústria da Construção Civil, Serviços Pessoais e Domiciliares, Serviços Técnicos e Auxiliares à Atividade Econômica, Transporte e Comunicação, e Serviços de Reparação e Conservação.

Tabela 4.15 - Distribuição dos trabalhadores por conta própria do grupo b (pequenos negociantes) segundo setor de atividade econômica e estrato de renda no estado de São Paulo e no Nordeste em 1988

	de 2,0 a 5,0 sm	de 5,0 a 10,0 sm	mais de 10,0 sm
--	-----------------	------------------	-----------------

Setor de Atividade	SP	NE	SP	NE	SP	NE
	%	%	%	%	%	%
Ind. de Transf.	4,0	6,5	4,6	6,2	2,1	3,3
Ind. de Constr.	28,0	6,7	10,8	1,9	4,5	2,0
Outs Ativs. Indls.	-	1,0	-	2,3	-	1,4
Comércio	23,8	46,7	24,2	47,1	30,2	51,2
Ativ. Financ/Imob.	0,8	0,4	2,0	1,1	4,6	3,0
Transp/Comunic.	6,0	9,0	13,9	11,7	17,9	11,1
Serv. Aloj/Aliment.	5,8	5,9	8,9	4,4	5,6	3,4
Serv. Rep/Conserv.	9,9	7,4	14,6	5,8	10,9	3,5
Serv. Pes/Domicil.	16,2	9,4	11,5	6,1	3,6	2,0
Serv. Div/Tec/Aux.	3,8	3,8	7,7	10,4	18,4	16,7
Ativs. Sociais	1,6	1,6	1,5	2,8	2,2	2,0
Adm. Pública	-	-	0,3	-	-	-
Outras	0,1	1,6	-	0,2	-	0,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE: PNAD, 1988. Tabulação Especial

Finalmente, tendo comparado as características mais marcantes dos trabalhadores por conta própria nas duas regiões consideradas, a análise dos dados precedentes permite a conclusão de que, por um lado, para a região Nordeste observou-se uma expressiva concentração de trabalhadores autônomos que ganham baixa remuneração no exercício dessa ocupação. Isso está associado a uma característica fundamental do trabalho autônomo nessa região, que se resume no fato, empiricamente comprovado, da proliferação e diversificação do trabalho por conta própria, entre grandes parcelas da população masculina autônoma. Por outro lado, é inexpressiva a fração de conta própria nordestinos que ganham alta renda.

Contrariamente, em São Paulo, os resultados obtidos mostram, em primeiro lugar, que o trabalho autônomo de baixa renda está estreitamente associado às ocupações específicas realizadas por mulheres nas funções do emprego doméstico autônomo, que é extremamente mal remunerado. Em segundo lugar, um contingente apreciável de trabalhadores autônomos obtém altas rendas em diversas ocupações, em relação à região Nordeste, confirmando, como já se apontou anteriormente, a diferença do dinamismo do mercado de trabalho em ambas as regiões estudadas.

CONCLUSÕES

A primeira interpretação importante dos problemas da estrutura ocupacional dos países em desenvolvimento foi dada pela CEPAL como sendo um reflexo da heterogeneidade estrutural produtiva destes países. Tal heterogeneidade foi levada a cabo por um estilo de industrialização, que envolveu uma incorporação não tanto lenta quanto desigual do progresso técnico. Desde o pós-guerra, as economias latino-americanas conseguiram um notável crescimento do produto social, mas ele foi insuficiente para absorver toda a população economicamente ativa urbana. Mais de três décadas de desenvolvimento econômico produziram, entretanto, um apreciável crescimento do emprego ancorado não apenas na expansão da indústria de transformação mas também do setor de serviços funcionais. Em simultâneo, observou-se a marginalização, tanto do emprego quanto do consumo, de uma parcela expressiva da população.

Esses problemas de falta de emprego foram acirrados por um crescimento explosivo da população economicamente ativa urbana. Além do elevado crescimento vegetativo populacional, verificou-se um intenso fluxo migratório do campo para as cidades. O setor agrícola tradicional perdeu a capacidade de manter em torno dele uma crescente população destacando-se em particular a ruptura dos vínculos entre o latifúndio e o minifúndio. Essas mudanças na estrutura da agricultura tradicional deflagraram um intenso processo migratório, dirigido tanto para as áreas de fronteira da produção agrícola quanto para as cidades em expansão.

A migração rural urbana foi tão intensa que acabou reproduzindo nas cidades o problema da subocupação. Essa característica da estrutura ocupacional foi um aspecto importante do modo como ocorreu em diversas partes da América Latina a transformação de uma sociedade agrícola atrasada em uma sociedade urbana industrial.

A rapidez do crescimento da população economicamente ativa urbana superou o crescimento relativo do emprego na indústria e nos serviços funcionais. Isso significa, que uma parcela daquela população não foi absorvida pelo emprego decorrente do desenvolvimento da economia e da sociedade. Resta entretanto esclarecer as formas de manifestação desse problema da falta de

emprego. Sabe-se que é pequeno o desemprego aberto e ele não atinge preponderantemente a parcela mais desfavorecida da população.

Uma parte desta população marginalizada reflete a própria heterogeneidade do aparelho produtivo. A indústria, os serviços funcionais, a administração e os serviços públicos não apresentam a homogeneidade produtiva observada nos países desenvolvidos e empregam um volume substancial de mão-de-obra com um nível salarial que impede o acesso pleno ao mercado de consumo. Em simultâneo, ocorreu uma proliferação de outras ocupações fora do núcleo dos setores público, industrial e terciário funcional. Destacam-se, em particular, as ocupações ligadas à prestação de serviços, principalmente para a classe média emergente, que dispõe de poder de compra para melhor deles usufruir.

A caracterização das formas de manifestação do problema da falta de emprego no desenvolvimento da economia e da sociedade pode avançar explicitando as possibilidades quanto à posição na ocupação dos indivíduos marginalizados, seja dentro do núcleo das atividades públicas e privadas, seja os que não conseguem sequer uma ocupação ou um lugar neste núcleo e vivem da prestação de serviços pessoais. Em qualquer desses setores de atividade salvo no setor público e no setor privado da indústria e serviços funcionais, em princípio, é possível encontrar as quatro principais posições na ocupação (empregador, empregado, trabalhador por conta própria e membros da família sem remuneração). Também em princípio, o nível de remuneração proporcionado pode ser muito variado em quaisquer daqueles setores. Vale a pena inclusive manter a separação entre o baixo salário e a baixa renda dos pequenos negócios como formas distintas de manifestação do problema da falta de emprego, ao contrário de algumas interpretações que costumam reuni-los numa categoria única, o chamado setor informal. Também é importante para a caracterização das manifestações dos problemas da falta de emprego manter a separação de grandes setores de atividade econômica como o setor público, setor privado industrial e de serviços funcionais e de prestação de serviços.

Destacam-se, entretanto, duas formas básicas de marginalização ocupacional. De um lado, o emprego assalariado, com inadequadas condições de trabalho e remuneração, e de outro, ocupações não assalariadas em pequenos negócios, que proporcionam um baixo nível de renda. Essas duas

situações foram em grande medida tratadas em conjunto pelo PREALC, ao destacar na definição do setor informal o pequeno tamanho dos negócios e a facilidade de entrada, não distinguindo porém as diversas posições na ocupação.

Desta forma, a marginalização ocupacional é interpretada como a exclusão dos empregos formais gerados pela indústria e serviços funcionais, ou seja, do próprio processo de industrialização; que vale enfatizar não são apenas dos empregos industriais e dos serviços funcionais, mas também dos da administração e prestação de serviços públicos.

Uma parte destes trabalhadores marginalizados, entretanto, tem uma relação de emprego assalariado mesmo que fora dos estabelecimentos modernos do núcleo produtor de bens e serviços. Outra parcela configura o universo dos não empregados, ou da informalidade *stricto sensu*. Essa distinção, não explicitada pelo PREALC, é não obstante importante para distinguir diferentes padrões de manifestação do problema da falta de emprego em regiões diferentes, levando-se em conta, o caráter concentrado e desigual do desenvolvimento econômico regional.

A importância desta separação das formas de não inserção na estrutura ocupacional é evidenciada quando se comparam as diferentes formas de incorporação da força de trabalho pelos mercados de trabalho do estado de São Paulo e da região Nordeste. Estas diferenças no uso da mão-de-obra urbana refletem o grau de dinamismo do mercado de trabalho e é produto da distinta integração econômica alcançada em cada uma das regiões.

No estado de São Paulo, a região mais rica do país e com uma estrutura econômica mais integrada, observa-se, evidentemente, o predomínio muito maior do emprego assalariado formal. Mas tal dinamismo da economia não provocou escassez de mão-de-obra e simultaneamente abriu maiores espaços para o não assalariamento. As conseqüências desta estrutura aparecem no perfil ocupacional das pessoas com diferentes idades. A comparação com o Nordeste é muito sugestiva. Em primeiro lugar, o emprego informal cumpre um papel expressivo na ocupação dos jovens que estão ingressando no mercado de trabalho. No Nordeste é ínfimo o acesso do jovem ao emprego formal, de modo que ele é obrigado a se inserir no mercado de trabalho, através de um emprego informal, ou de uma ocupação não assalariada de baixa renda.

Em segundo lugar, tanto em São Paulo quanto no Nordeste, a maioria das pessoas na força da idade mais apropriada para o trabalho e que consolidaram sua inserção no mercado tem emprego formal. Não obstante, a proporção de empregados informais e principalmente não assalariados de baixa renda é muito superior no Nordeste, evidenciando também o menor dinamismo no mercado de trabalho. Nas duas regiões, também, à medida que avança a idade tende a declinar gradativamente o peso do emprego formal e dos não assalariados. No Nordeste, destaca-se a parcela dos não assalariados de baixa renda, enquanto em São Paulo, além de uma maior proporção de empregos formais, a situação mais freqüente entre as pessoas de maior idade é o não assalariamento que não tem baixa renda.

As diferenças nos perfis ocupacionais segundo faixas etárias entre São Paulo e Nordeste sugerem que o trabalho por conta própria tem um papel diferente na estrutura ocupacional das duas regiões. Embora não seja desprezível o número de pessoas que trabalham por conta própria e têm baixo nível de renda, esta categoria ocupacional tem um papel muito menor em São Paulo como expressão do problema da falta de emprego. Além de predominarem os trabalhadores por conta própria que não têm renda baixa, entre os de baixa renda, têm maior freqüência as ocupações específicas, como é o caso de mulheres que trabalham por conta própria na prestação dos serviços domésticos. Apesar disso, mesmo em São Paulo, não são completamente desprezíveis os casos de homens de certa idade que não tendo mais oportunidade de emprego formal, ocupem-se em trabalhos por conta própria de baixa remuneração, principalmente nos setores da Construção Civil, Comércio de Mercadorias, Serviços de Reparação e Conservação e Serviços Pessoais e Domiciliares.

No Nordeste, como em São Paulo, na entrada do jovem no mercado de trabalho, pesa bastante o emprego informal. Porém, a partir da idade adulta, a principal manifestação da falta de emprego formal no Nordeste é a elevada freqüência de não assalariados de baixa remuneração. Dentre eles, destacam-se os trabalhadores por conta própria dos mais variados tipos de atividade econômica. A proliferação destes trabalhos por conta própria mal remunerados no Nordeste é bem mais evidente que em São Paulo, como sendo a principal manifestação do problema da falta de emprego para a mão-de-obra com idade para a inserção plena no mercado de trabalho. No que diz respeito à população ativa com essa idade o que se destaca no estado de São Paulo, além do emprego formal, é

o trabalho por conta própria que não tem baixa remuneração. Entre estes trabalhadores por conta própria, os que têm melhor remuneração, no caso de São Paulo, não são tanto os profissionais liberais, quanto os que mesmo não tendo título de curso superior, ou mesmo sequer a escola básica, conseguiram, após uma vida de trabalho, montar um próspero pequeno negócio.

Em síntese, no estado mais desenvolvido do país, o mercado de trabalho formal é predominante, existindo em simultâneo um mercado informal que também abre espaço para inserção dos que conseguem montar pequenos negócios próprios. O trabalho formal, entretanto, tem grande rotatividade e, com a idade, muitos não conseguem permanecer no mercado de trabalho trocando de um emprego formal a outro. Alguns destes conseguem uma ocupação não assalariada, que não é de baixa renda, mas outros são obrigados a se submeterem novamente a um emprego informal ou viver da baixa renda do trabalho por conta própria mal remunerado.

Na região Nordeste o problema da falta de emprego é bem mais grave e tem formas de manifestação diferentes, onde se destaca muito mais o papel das ocupações não assalariadas de baixa renda. Isso reflete o menor grau de desenvolvimento capitalista da região que gerou menos empregos formais e um excedente de mão-de-obra mais expressivo. Esses problemas de emprego ocorrem em todas as faixas etárias. O dinamismo da economia foi insuficiente para absorver toda a população economicamente ativa, mesmo no caso dos homens no vigor da idade produtiva. Por isso, a proliferação do trabalho autônomo de baixa renda que se verifica nessa região é uma clara manifestação da existência de um grande excedente estrutural de mão-de-obra.

O contraste das formas de manifestações do problema da falta de emprego em São Paulo e no Nordeste mostra a diversidade de situações que ocorrem quando há um desenvolvimento regional muito desigual. As categorias elaboradas pelo pensamento econômico latino-americano para dar conta desse problema foram muito marcadas pelo estudos de situações extremas, aquelas das regiões que menos avançaram no desenvolvimento capitalista, por esse motivo, essas categorias parecem ter maior utilidade para o estudo dos problemas de falta de emprego no Nordeste do que em São Paulo. Neste caso, outras elocubrações devem ser feitas para tentar exprimir melhor as formas de manifestação do problema da falta de emprego. É bem possível que a análise de situações intermediárias, entre os casos extremos do Nordeste e São Paulo, requeiram a combinação dos

elementos desses dois tipos de elaborações. O importante é que ficou evidenciada a necessidade de não tentar uma síntese global das manifestações do problema da falta de emprego numa única categoria do tipo setor informal, pois é fundamental nas análises das situações específicas destacar o peso dessas diferenças e sua relação com o grau de desenvolvimento e integração econômica da região e suas implicações sobre o mercado de trabalho.

ANEXO METODOLÓGICO

Os dados apresentados nas Tabelas do capítulo 2 foram obtidos a partir de uma manipulação das informações estatísticas oficiais, publicadas na RAIS do ano de 1988 e constante de uma Tabulação Especial da PNAD/1988.

Inicialmente, os dados do emprego total da RAIS referente a 31 de Dezembro e as informações sobre admissões e desligamentos mensais permitiram calcular o emprego formal em fins de setembro, época referida pelos dados da PNAD. Este procedimento é importante porque flutuações sazonais do emprego formal fazem com que ele seja bastante superior em setembro do que no final do ano. Para obter a distribuições desses empregados formais por faixa etária adotou-se a suposição de que em setembro esta distribuição é muito parecida com a observada no final de dezembro.

Os dados oficiais da PNAD foram corrigidos utilizando o crescimento populacional observado entre setembro de 1980 e setembro de 1991, admitindo-se a hipótese de que ele tenha ocorrido num ritmo constante. Esta hipótese permite estimar a população total das duas regiões examinadas em fins de setembro de 1988, substituindo nos dados oficiais da PNAD o número de pessoas correspondentes à população total pela estimativa obtida. As proporções entre os números oficiais da PNAD permitem reestimar os dados de pessoas ocupadas por posição na ocupação, segundo faixas etárias, ao multiplicá-los pela estimativa do total da população.

A Tabulação Especial da PNAD permitiu adicionalmente separar o nível de remuneração do conjunto de trabalhadores por conta própria, empregadores e membros da família sem remuneração. No cálculo da remuneração considerou-se o total de horas semanais trabalhadas. Supôs-se que dois salários mínimos era um limite adequado para separar as baixas remunerações dos não assalariados, utilizando-se o mesmo limite nas duas regiões.

O emprego informal foi calculado a partir da diferença entre o total de empregados e os calculados a partir dos dados da RAIS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, A.R. (1993) Trabalho à domicílio: uma forma de emprego. *Tempo e Presença*, São Paulo, v.15, n. 269, p. 38-40.
- ANUÁRIO RAIS* - 1988 (1991). Brasília: MTPS/SNT. Região Nordeste. 1180 p.
- ANUÁRIO RAIS* - 1988 (1991). Brasília: MTPS/SNT. Região Nordeste. 686 p.
- AZEVEDO, B.R.Z. (1986) A produção não capitalista - uma discussão teórica. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 10, 119 p.
- _____ (1993) A “pequena produção” manufatureira: uma interpretação à luz de uma nova problemática de desenvolvimento. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 94-113.
- BALTAR, P. E. A. (1985) *Salários e preços: esboço de uma abordagem teórica*. Campinas: UNICAMP.IE. 310 p. (Tese de Doutorado)
- _____, GUIMARÃES NETO, L. (1987) *Mercado de trabalho e crise: notas para uma abordagem*. [s.l.] ANPEC/PNPE. 184 p.
- _____, DEDECCA, C.S. (1992) *O mercado de trabalho nos anos 80: Balanço e Perspectivas*, Campinas: UNICAMP.IE.CESIT, 17 p., mimeo
- _____, DEDECCA, C.S., HENRIQUE, W. (1993) *Mercado de trabalho, precarização e exclusão no Brasil*. Campinas: UNICAMP.IE.CESIT. 28 p. mimeo
- _____, HENRIQUE, W. (1993) *Emprego e renda na crise contemporânea no Brasil*. Campinas: UNICAMP.IE.CESIT. 24 p. mimeo
- _____, _____ (1994) *O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo: Página Aberta. p. 605-18.
- _____, PRONI, M. W. (1995) *Flexibilidade do trabalho, emprego e estrutura salarial no Brasil*. Campinas: UNICAMP.IE.CESIT. 51 p. mimeo.
- BARROS, R., MELLO, R., PERO, V. (1993) Informal labor contracts: a solution or a problem? Brasília: IPEA. 49 p. (Texto para discussão, n.291)

CACCIAMALI, M. C. (1980) Algumas considerações metodológicas para pesquisas de emprego e renda: apreensão do mercado de trabalho em espaços urbanos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 8, Nova Friburgo, 1980. *Anais...* Pelotas: AIAMARA. p. 127-38.

_____ (1983) *Setor informal urbano e formas de participação na produção*. São Paulo:USP.IPE. p. 11-107. (Tese de Doutorado)

_____ (1989a) Expansão do mercado de trabalho não-regulamentado e setor informal no Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 19, p. 25-48. Número especial.

_____ (1989b) *Informalização recente do mercado de trabalho Brasileiro*. São Paulo, [s.ed.] p. 9-30. mimeo.

_____ [1992] *Notas sobre uso impreciso do conceito setor informal na literatura especializada sobre mercado de trabalho*. São Paulo: [s.ed.] 17 p. mimeo.

_____ [1993] *O novo ciclo tecnológico e as transformações nas estruturas de emprego e ocupacional*. São Paulo: [s.ed.] 53 p. mimeo.

CACCIAMALI, M.C., LACERDA, G.N. (1992) Processo de ajustamento no emprego público e diferenciações regionais dos mercados de trabalho no Brasil durante os anos 80. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 6, p.70-7.

CANO, W. (1977) *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro: Difel. p. 92-104; p. 227-43.

CASIMIRO, L.M.C. (1981) Mercado informal de trabalho: uma investigação preliminar. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 12, n. 2, p. 229-75.

CÓRDOVA, E. (1986) Del empleo total al trabajo atípico: hacia un virage en la evolución de las relaciones laborales? *Revista Internacional del Trabajo*, Ginebra: v. 105, n. 4, p. 431-49.

COUTINHO, M.C. (1988) Estatismo concorrência, livre empresa: novos e velhos argumentos em economia subterrânea de Fernando de Soto. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 22, p. 77-87.

DEDECCA, C.S. (1990) *Dinâmica econômica e mercado de trabalho urbano: uma abordagem da região metropolitana de São Paulo*. Campinas: UNICAMP.IE. 227 p. (Tese de Doutorado)

_____, FERREIRA, S.P. (1990) *O setor informal no funcionamento do mercado de trabalho urbano*, Campinas: UNICAMP.IE.NESUR. 62 p. mimeo.

- _____, MONTAGNER, P. (1992) *Crise econômica e desempenho do terciário nos anos 80*. Campinas: UNICAMP.IE.CESIT. p. 37. mimeo.
- DEQUECH FILHO, D. (1991) *Diferenças de emprego e renda nas regiões metropolitanas*. Campinas: UNICAMP.IE. (Dissertação de Mestrado).
- DUFOUR, C. (1978) Los trabajos desagradables o penosos en los países industrializados. *Revista Internacional del Trabajo*, Ginebra, v. 97, n. 3, p. 325-42.
- FARIA, V. (1974) Pobreza urbana, sistema urbano e marginalidade. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 9, p. 31-151.
- FERNANDES, A. (1984) *O trabalhador autônomo: posição na previdência social e no direito do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Atlas. 199 p.
- FISCHER, N. B. (1993) Economia informal e formação humana. *Revista do Imigrante: Desemprego e Subemprego*, São Paulo, v. 6, n. 16, p. 23-6.
- GAZETA MERCANTIL (1995), São Paulo, Por conta própria. Vários números.
- GUERA, K. (1989) Novos estudos sobre a economia subterrânea, *Jornal do Economista*, São Paulo, n. 14, p. 3.
- GUERGUIL, M. (1988) Algunos alcances sobre la definición del sector informal. *Revista de la CEPAL*, Santiago de Chile, n. 35, p. 55-63.
- GUIMARÃES NETO, L. (1986) *Nordeste: da articulação comercial à integração econômica*. Campinas: UNICAMP.IE. 350 p. (Tese de Doutorado)
- HAAN, H. (1985) El sector informal en Centroamerica: algunas experiencias en proyectos, programas y políticas de apoyo. Santiago de Chile: OIT. 107p. (*Investigaciones sobre empleo*, n. 27)
- HURT, K. (1973) Informal income opportunities and urban in Ghana. *Journal of Modern African Studies*, London.
- JACKSON, D. & TURNER, H.A. (1973) Como promover el empleo en una economía con excedente de mano de obra. *Revista Internacional del Trabajo*, Ginebra, v. 87, n. 4, p. 357-84.
- JATOBÁ, J. org. (1983) *Emprego no Nordeste 1950-1980: modernização e heterogeneidade, um estudo para uma política de emprego*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco. p. 215-315; p. 439-62.

- _____ (1986) El mercado del trabajo en una región en crisis: el Nordeste del Brasil. *Revista Internacional del Trabajo*, Ginebra, v.105, n. 1, p. 93-109.
- JELIN, E. (1974) Formas de organização da atividade econômica e estrutura ocupacional: *Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 9, p. 53-78.
- JOBS AND SKILLS PROGRAMME FOR AFRICA - JASPA (1985) *The informal sector in Africa*. Addis Ababa, Ethiopia.
- KON, A. (1994a) A produção brasileira de serviços. In: ENANPAD/ANPAD, 18, Curitiba, 1994. *Anais...* v. 9. p. 202-19.
- _____. (1994b) A segmentação ocupacional brasileira segundo gênero. In: ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9, Caxambú, 1994. *Anais...* Caxambú:ABEP. p.434-43
- _____. (1994c) Regiões metropolitanas brasileiras: etapas de evolução. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 23, Florianópolis, 1994. *Anais...* Florianópolis:ANPEC. 16 p.
- LEWIS, A. (1954) Economic development with unlimited supplies of labour. In: AGARWALA, A.; SINGH, S. P. *A economia do subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro: Forense. 512 p.
- LIMA, B.M.F., SILVA, S.S. (1985) Criptoeconomia ou economia subterrânea: uma investigação preliminar no Brasil. *Estudos Especiais IBRE*, Rio de Janeiro. 127 p.
- LOUTFI, M.F. (1991) Configuración y postulados básicos del trabajo por cuenta propia en Europa. *Revista Internacional del Trabajo*. Ginebra, v. 110, n. 2, p. 153-74.
- LUBELL, H. (1991) *Le secteur informel dans les années 80 et 90*. Paris: OCDE. p. 53-69; p. 115-17.
- MATTOS, F.A.M. (1994) *Emprego e distribuição de renda nas regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro: anos 80*. Campinas: UNICAMP.IE. (Dissertação de Mestrado)
- MUÑOZ, O. (1977) *Dualismo, organización industrial y empleo*. Santiago de Chile: OIT. p. 5-49.
- OLIVEIRA, F. (1972) A economia brasileira: crítica à razão dualista. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 2, p. 3-82.
- O RETORNO da ortodoxia: uma avaliação da economia brasileira em 1988. Campinas: UNICAMP.IE.CECON. p. 9-85. mimeo
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT (1972) *Employment, incomes and equality: a strategy for increasing productive employment in Kenya*. Ginebra: OIT. p. 503-4

- PENA, M.V.J. (1986) Anotações sobre a pobreza feminina na constituição de um mercado de trabalho informal do Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ.IEI, 26 p. (Texto para discussão, n. 295)
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS - PNAD (1988). Rio de Janeiro: IBGE. São Paulo; Nordeste.
- PINTO, A. (1979) Heterogeneidade estrutural e modelo de desenvolvimento recente. In: SERRA, J. *América Latina: ensaios de interpretação econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 44-82.
- _____ (1984) Metropolización y terciarización: malformaciones estructurales en el desarrollo latinoamericano. *Revista de la Cepal*, Santiago de Chile, n. 24, p. 17-38.
- PIRES, E.L.S. (1993) Espaço de revolução do trabalho informal, estado e classes sociais. *Revista do Imigrante: Desemprego e Subemprego*, São Paulo, v. 6, n. 16, p. 5-9.
- _____ (1995) Metamorfoses e regulação: o mercado de trabalho no Brasil dos anos 80. São Paulo: USP. 250 p. (Tese de Doutorado).
- PORTES, A., CASTELLS, M., BENTON, L.A (1989) *The informal economy: studies in advanced and less developed countries*. Baltimore: Johns Hopkins Univ. Press. p. 11-37.
- POSSAS, M. L. (1985) *Estruturas de mercado em oligopólio*. São Paulo: Hucitec. 195 p.
- POSSAS, M. S. (1993) *Concorrência e competitividade*. Campinas: UNICAMP.IE. 236 p. (Tese de Doutorado)
- PRANDI, J. R. (1978) *O trabalhador por conta própria sob o capital*. São Paulo: Símbolo. 165 p.
- PROGRAMA REGIONAL DEL EMPREO PARA AMERICA LATINA Y CARIBE - PREALC (1977) Capacitación para los ocupados en los sectores rezagados de la economía. *Revista Internacional de Trabajo*. Ginebra, v. 96, n. 2, p. 209-23.
- _____ (1978) *Sector informal: funcionamiento y politicas*. Santiago de Chile: OIT. 287 p.
- _____ (1987a) *La evolución del empleo formal e informal en el sector servicios latinoamericano*. Santiago de Chile: OIT. 43 p. (Documentos de trabajo, n. 279)
- _____ (1987b) *Notas sobre la segmentación de los mercados laborales urbanos*. Santiago de Chile: OIT. 29 p. (Documentos de trabajo, n. 289)
- _____ (1987c) *El sector informal hoy: el imperativo de actuar*. Santiago de Chile: OIT. 24 p. (Documentos de trabajo, n. 314)

- _____ (1988a) *Sobreviver en la Calle: el comercio ambulante en Santiago*. Santiago de Chile: OIT. 173 p.
- _____ (1988b) *Reflexiones sobre el sector informal la proposito de dos estudios de casos en Santiago y Lima*. Santiago de Chile: OIT. 33 p. (Documentos de trabajo, n. 319)
- _____ (1989) *Bibliografía comentada sobre el sector informal urbano en America Latina: 1975-1987*. Santiago de Chile: OIT. 1155 p. t. 1,2,3 (Documentos de trabajo, n. 332)
- _____ (1990a). *Urbanización y sector informal en America Latina, 1960-1980*. Santiago de Chile: OIT. p. 5-14.
- _____ (1990b) *Ventas informales: relaciones con el sector moderno*. Santiago de Chile: OIT. p. 1-41.
- _____ (1990c) *Lecciones sobre credito al sector informal*. Santiago de Chile: OIT. p. 1 -11.
- _____ (1991) *Empleo y equidad: el desafio de los 90*. Santiago de Chile: OIT. p. 9-41.
- QUADROS, W. J. (1985) *A nova classe média brasileira - :1950-1980*. Campinas: UNICAMP.IE. 157 p. (Dissertação de Mestrado)
- _____ (1991) *O “milagre brasileiro” e a expansão da nova classe média*. Campinas: UNICAMP.IE. 230 p. (Tese de Doutorado)
- RAMALHO, J.R. (1993) Terceirização e prática sindical. *Tempo e Presença*, São Paulo, v. 15, n. 269, p. 35-7.
- RAMOS, J. (1984) Urbanización y mercado de trabajo. *Revista de la Cepal*, Santiago de Chile, n. 24, p. 63-81.
- SALM, C. coord. (1987) *O mercado de trabalho brasileiro: estrutura e conjuntura*. Rio de Janeiro: MTb/UFRJ. p. 9-65.
- SANTOS, M. (1979) *Pobreza urbana*. São Paulo: Hucitec. 119 p.
- SANYAL, B. (1991) Organizar a los trabajadores por cuenta propia: la política del sector no estructurado urbano. *Revista Internacional del Trabajo*, Ginebra, v. 110, n. 2, p. 175-95.
- SETHURMAN, S.V. (1976) El sector urbano no formal: definición, medición y política. *Revista Internacional del Trabajo*, Ginebra, v. 94, n. 1, p. 77-90.

- SILVA, L.A.M. (1993) Trabalho informal: teoria, realidade e atualidade. *Tempo e Presença*, São Paulo, v. 15, n. 269, p. 31-4.
- SORJ, B. (1993) Vendedores ambulantes: visibilidade social e invisibilidade sociológica. *Tempo e Presença*, São Paulo, v. 15, n. 269, p. 41-3.
- SOTO, F. (1987) *Economia subterrânea: uma análise da realidade peruana*. Rio de Janeiro: Globo. 347 p.
- SOUZA, A.V., ARAÚJO, T.P. (1982) As atividades de microunidades de produção ao espaço urbano: um estudo na região metropolitana de Recife, Pernambuco. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 22 n. 4, p. 58-71.
- _____, GUIMARÃES NETO, L., ARAÚJO, T.P. (1983) Considerações sobre preposições de política para a pequena produção urbana na região metropolitana de Recife. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 419-36.
- _____, _____, _____ (1988) Las desposiciones relativas al sector no estructurado y sus efectos sobre el empleo el caso de gran Recife. *Revista Internacional del Trabajo*, Ginebra, v. 107, n. 2, p. 269-86.
- SOUZA, M.C.A.F. (1993) *Pequenas e médias empresas na reestruturação industrial*. Campinas: UNICAMP.IE., 270 p. (Tese de Doutorado)
- SOUZA, P.R.C. (1978) Las desigualdades de salários en el mercado de trabajo urbano. *Revista de la Cepal*, Santiago de Chile, n. 5, p. 211-36.
- _____ (1979a) *Emprego, salário e pobreza*. São Paulo: Hucitec. 187 p.
- _____ (1979b) O problema ocupacional: o setor informal urbano. In: SERRA, J. *Ensaio de interpretação econômica*, Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 150-71.
- _____ (1980) *A determinação dos salários e do emprego nas economias atrasadas*. Campinas: UNICAMP.IFCH. 181 p. (Tese de Doutorado).
- _____ (1981) Emprego e renda na “pequena produção” urbana no Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 57-82.
- _____ (1985) *Sector informal: evolución crítica después de 10 años*, Campinas: UNICAMP.IFCH. 51 p. mimeo.
- _____, TOKMAN, V. (1976) El sector informal urbano en América Latina. *Revista Internacional del Trabajo*, Ginebra, v. 94, n. 3, p. 385-97.

TAVARES, M.C. (1981) Problemas de industrialización avanzada en capitalismo tardío y periféricos. *Economía de América Latina*, México, n. 6, p. 21-30.

_____, SOUZA, P.R.C. (1980) Empregos e salários na indústria: o caso brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 8, Nova Friburgo, 1980. *Anais...* pelotas: AIMARA. p. 49-91.

TOKMAN, V. (1978a) Políticas para el sector informal urbano en América Latina. *Revista Internacional del Trabajo*, Ginebra, v. 97, n. 3, p. 311-24.

_____. (1978b) Las relaciones entre los sectores formal e informal. *Revista de la CEPAL*, Santiago de Chile, n. 5, p. 103-40.

_____. (1986) Ajuste y empleo en América Latina: los desafíos del presente. *Revista Internacional del Trabajo*, Ginebra, v. 105, n. 3, p. 307-78.

_____. (1987) El sector informal: quince años después. *El Trimestre Económico*, México. p. 513-36.

_____. (1994) Informalidad y pobreza: progreso social y modernización productiva. *El Trimestre Económico*, México, v. 61, n. 241, p. 177-99.

WEEKS, J. (1975) Políticas de expansión del empleo en el sector urbano no formal de economías en desarrollo. *Revista Internacional del Trabajo*, Ginebra, v. 91, n. 1, p. 1-15.